



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

CAMPUS ARACAJU

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ANA LÚCIA SILVA SANTOS

**CONFIGURAÇÕES E USOS DO ESPAÇO ESCOLAR: UMA ABORDAGEM SOBRE
A ARQUITETURA DO PRÉDIO CENTRAL DA ESCOLA AGROTÉCNICA
FEDERAL DE SÃO CRISTÓVÃO (1924-1964)**

Aracaju/SE

2019

ANA LÚCIA SILVA SANTOS

**CONFIGURAÇÕES E USOS DO ESPAÇO ESCOLAR: UMA ABORDAGEM SOBRE
A ARQUITETURA DO PRÉDIO CENTRAL DA ESCOLA AGROTÉCNICA
FEDERAL DE SÃO CRISTÓVÃO (1924-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Aracaju do Instituto Federal de Sergipe, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Marco Arlindo Amorim Melo
Nery

Aracaju /SE

2019

ANA LÚCIA SILVA SANTOS

**CONFIGURAÇÕES E USOS DO ESPAÇO ESCOLAR: UMA ABORDAGEM SOBRE
A ARQUITETURA DO PRÉDIO CENTRAL DA ESCOLA AGROTÉCNICA
FEDERAL DE SÃO CRISTÓVÃO (1924-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Aracaju do Instituto Federal de Sergipe, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 22 de outubro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Marco Arlindo Amorim Melo Nery
Orientador-IFS

Profª. Dra. Sônia Pinto Albuquerque Melo
Examinadora interna-IFS

Profº. Dr. Joaquim Tavares da Conceição
Examinador externo-UFS

ANA LÚCIA SILVA SANTOS

**“CONFIGURAÇÕES E USOS DO ESPAÇO ESCOLAR: UMA ABORDAGEM
HISTÓRICO-EDUCATIVA DO PRÉDIO CENTRAL DA ESCOLA AGROTÉCNICA
FEDERAL DE SÃO CRISTÓVÃO-SE (1924-1964)”**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 22 de outubro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Marco Arlindo Amorim Melo Nery
Orientador-IFS

Profª. Dra. Sônia Pinto Albuquerque Melo
Examinadora interna-IFS

Profº. Dr. Joaquim Tavares da Conceição
Examinador externo-UFS

Dedico este trabalho a minha mãe, minha rainha, meu tudo! Meu esposo, companheiro de todas as jornadas, aos meus filhos Wilson e Ruan, os grandes amores da minha vida! Enfim a todos da minha família e amigos que com seu carinho e apoio me fizeram acreditar e chegar até aqui. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me concedido o dom da vida e pela oportunidade deste momento tão especial da minha vida! O senhor é o meu refúgio e fortaleza!

Aos meus familiares, em especial minha mãe Maria Lúcia, meu esposo Carlos Alberto e meus filhos Wilson e Ruan pelo carinho apoio e dedicação sempre estendidos a mim.

Aos mestres pelos ensinamentos que transmitiram contribuindo para construção dos meus conhecimentos permitindo-me antever um futuro melhor.

Ao meu orientador pela simplicidade e humildade, sua paciência e atenção tornaram esta caminhada mais leve e me fez acreditar, até que cheguei aqui!

Ao professor Joaquim Tavares da Conceição pelo grande apoio, atenção e disponibilidade de material que contribuíram tanto para a concretização deste trabalho.

A professora Sônia que muito contribuiu com suas sugestões e dicas para melhoria deste trabalho.

A turma do mestrado pelo apoio e pelas dúvidas compartilhadas, em especial às colegas: Angilene, Carla, Fabiana e Verônica por partilhar suas experiências acadêmicas sempre que precisei.

A todos que fazem parte do Instituto Federal de Sergipe Campus São Cristóvão, em especial: A professora Lindamar de Oliveira pelo grande apoio que me prestou e por ter concedido o horário da sua disciplina para aplicação do produto educacional.

A turma do 1º ano A do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Agropecuária por ter participado da aplicação do produto educacional,

Aos docentes: Anselmo, Eliane, Francisco, Lindamar, Rafaela, Roger e Valéria pelo apoio e participação na avaliação do produto educacional.

Aos técnicos administrativos: Danise, Jaci, Josemberg, Lindivaldo, Murilo e Penha pelo grande incentivo e apoio ao participarem da aplicação do produto educacional.

Reservo um espaço especial para os queridos e grandes amigos da família CRE: Eline, Gustavo, Hilda, Jaci, Jane Luci, Karine, Murilo, Petrovsk, Wandréa etc, saibam que vocês contribuíram muito para esta vitória! Ressalto que essa conquista não é só minha, mas de todos que sempre estiveram diretamente ou indiretamente torcendo por mim! O meu muito obrigada!

RESUMO

Pretende-se neste trabalho abordar aspectos teóricos que tratam da trajetória histórica das configurações e usos do espaço escolar da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão durante o período de 1924 a 1964. Naquele período a escola possuía outras nomenclaturas, no entanto optou-se por esta, devido à predominância sobre as outras denominações. O marco temporal inicial desta pesquisa registra a criação oficial da instituição agrícola de Sergipe (31 de outubro) na figura do Patronato Agrícola São Maurício. A finalidade desta instituição era a regeneração da infância desvalida e a preparação de mão de obra par atender as necessidades do meio agrícola. O marco temporal final deste estudo de 1964 também é de extrema relevância na história do prédio central, tendo em vista que, até aquela data, o referido prédio agregava funções administrativas e pedagógicas devido à vivência (internato) dos estudantes no local, após este período o dormitório do prédio central foi completamente desativado, sendo o espaço reformado e aproveitado para atividades administrativas. Esta pesquisa tem o objetivo geral de ressaltar a trajetória dos espaços arquitetônicos do prédio central, assim como identificar e compreender as principais mudanças ocorridas durante o período de 1924-1964. Com o intuito de preservar a memória do patrimônio histórico e cultural do prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE, a mais antiga edificação do Instituto Federal de Sergipe (IFS), foi elaborado um produto educacional constituído por uma cartilha digital intitulada “Configurações e usos do espaço escolar: uma abordagem sobre a arquitetura do prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1924-1964)”, a qual contempla em seu conteúdo informações inerentes ao surgimento do prédio central e as principais mudanças ocorridas nas décadas de 1930, 1950 e 1960, incluindo, igualmente, o relato das memórias de alguns ex-alunos e ex-funcionários que vivenciaram o prédio central em alguma etapa do referido período. Assim como esta pesquisa, o produto educacional é requisito para conclusão do mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica-PROFEPT. Este estudo traz uma proposta que parte de abordagens de autores, como: Conceição, (2007, 2012); Nascimento, (2004); Nery, (2006, 2009) e Oliveira, (2016) os quais tiveram uma participação especial devido ao suporte teórico e metodológico por terem desenvolvido estudos ligados diretamente à instituição Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE, dentre outros. O resultado da avaliação do produto educacional através da aplicação da cartilha aos representantes dos docentes, discentes e técnicos administrativos obteve uma pontuação representativa e aceitável sobre os critérios de conteúdo, linguagem e ilustração, o que comprova a validade da cartilha e consequentemente o seu uso como apoio didático pedagógico, bem como; publica-la por meio do site eletrônico do IFS objetivando o conhecimento do público a história do prédio central favorecendo ao engrandecimento da história institucional. Os depoimentos coletados dos ex-alunos e ex-funcionários através das entrevistas associados à revisão bibliográfica ajudaram a compreender a realidade estudada bem como alcançar os objetivos propostos para este estudo.

Palavras-chave: Prédio Central. Espaços Arquitetônicos. Memória. Educação Patrimonial.

ABSTRACT

The aim of this paper is to approach theoretical aspects that deal with the historical trajectory of the configurations and uses of the school space of the Federal Agrotechnical School of São Cristóvão from 1924 to 1964. In this period the school had other nomenclatures, due to the predominance over the other denominations. The initial timeframe of this research records the official creation of the agricultural institution of Sergipe (October 31) in the figure of the São Mauricio Agricultural Patronate. The purpose of this institution was the regeneration of disadvantaged childhood and the preparation of labor to meet the needs of the agricultural environment. The final timeframe of this 1964 study is also extremely relevant in the history of the central building, given that, until that date, this building had added administrative and pedagogical functions due to the students' internship. After this period the dormitory of the central building was completely disabled, and the space was renovated and used for administrative activities. This research has the general objective of highlighting the trajectory of the architectural spaces of the central building, as well as identifying and understanding the main changes that occurred during the period of 1924-1964. In order to preserve the memory of the historical and cultural heritage of the central building of the Federal Agrotechnical School of São Cristóvão-SE, the oldest building of the Federal Institute of Sergipe (IFS), an educational product consisting of a digital booklet entitled “ Configurations and uses of the school space: an approach on the architecture of the central building of the Federal Agricultural School of São Cristóvão-SE (1924-1964) ”, which includes in its content information inherent to the emergence of the central building and the main changes that occurred in the 1930s, 1950s and 1960s, including, also, the recollection of the memories of some alumni and former staff members who experienced the central building at some stage during that period. Like this research, the educational product is a requirement for the completion of the professional master's degree in Professional and Technological Education-PROFEPT. This study brings a proposal that starts from authors approaches, such as: Conceição, (2007, 2012); Nascimento, (2004); Nery, (2006, 2009) and Oliveira, (2016) who had a special participation due to the theoretical and methodological support for having developed studies linked directly to the institution of the Federal Agricultural School of São Cristóvão-SE, among others. The result of the evaluation of the educational product through the application of the booklet to the representatives of teachers, students and administrative technicians obtained a representative and acceptable score on the criteria of content, language and illustration, which proves the validity of the booklet and therefore its use as a guide. pedagogical support as well as; publish it through the IFS website aiming at public knowledge of the history of the central building favoring the enhancement of institutional history. The testimonies collected from alumni and former employees through interviews associated with the literature review helped to understand the reality studied as well as to achieve the objectives proposed for this study.

Keywords: Central Building. Architectural spaces. Memory. Heritage Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Maurício Graccho Cardoso, presidente do Estado de Sergipe no período 1922-1926.....	18
Figura 2- São Maurício, soldado de Tebas que morreu como mártir da fé cristã.....	23
Figura 3- Patronato Agrícola São Maurício	24
Figura 4 - Grupo Escolar Manoel Luís	25
Figura 5 - Sala de aula no Patronato São Maurício	27
Figura 6 - Planta baixa do edifício – internato.....	28
Figura 7 - Edifício da Seção de Avicultura da Escola Nacional de Agronomia em 1938.....	29
Figura 8 - Fachada do edifício-internato do Colégio Agrícola Benjamin Constant 1970.....	30
Figura 9 - Visão panorâmica do Colégio Agrícola Benjamin Constant em 1960	32
Figura 10 - O edifício do Patronato São Maurício, uma das grandes obras do governo do doutor Graccho Cardoso	36
Figura 11- Pátio do prédio central no tempo do Patronato São Maurício	38
Figura 12 - Aspecto do dormitório do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant em 1940...39	
Figura 13- Aspecto do refeitório do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant em 1940.....	40
Figura 14 - Alunos formados defronte ao edifício-internato para as homenagens ao patrono Benjamin Constant (18/10/1956)	41
Figura 15 – Retrato de Benjamin Constant Botelho de Magalhães	42
Figura 16 - Ex-aluno Ademilson Vieira Santos	154
Figura 17 - Ex-aluno Aloisio dos Santos Braúna	155
Figura 18 - Ex-aluno João Ferreira Lima	156
Figura 19 - Ex-funcionário Laonte Gama da Silva	157
Figura 20 - Ex-funcionária Marita Santos da Cruz	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Perfil dos avaliadores discentes	69
Tabela 2 – Avaliação do critério conteúdo pelos discentes	70
Tabela 3 – Avaliação do critério linguagem pelos discentes	71
Tabela 4 – Avaliação do critério ilustração pelos discentes	71
Tabela 5– Perfil dos avaliadores docentes	72
Tabela 6 – Avaliação do critério conteúdo pelos docentes	73
Tabela 7 – Avaliação do critério linguagem pelos docentes	73
Tabela 8 – Avaliação do critério ilustração pelos docentes	74
Tabela 9– Perfil dos avaliadores técnicos administrativos	76
Tabela 10 – Avaliação do critério conteúdo pelos técnicos administrativos	77
Tabela 11 – Avaliação do critério linguagem pelos técnicos administrativos	77
Tabela 12 – Avaliação do critério ilustração pelos técnicos administrativos	78
Tabela 13 – Resultado geral da avaliação da cartilha pelos representantes: discentes, docentes e técnicos administrativos	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPE – Comitê de Ética em Pesquisa

CRE – Coordenação de Registro Escolar

EAFSC – Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IFS- Instituto Federal de Sergipe

IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISBN – International Standard Book Number

IUCN- União Internacional para a Conservação da natureza

IVC – Índice de Validade de Conteúdo

PROFEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O SURGIMENTO DO PRÉDIO CENTRAL NO GOVERNO DE GRACCHO CARDOSO.....	18
3 PANORAMA HISTÓRICO DA ARQUITETURA DO PRÉDIO CENTRAL DE 1924 A 1964.....	27
4 CONFIGURAÇÕES E USOS DO ESPAÇO ESCOLAR DO PRÉDIO CENTRAL DE 1924 A 1964	35
5 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	46
5.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	49
5.2 O PATRIMÔNIO NA SOCIEDADE	51
5.3 POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	53
6 METODOLOGIA.....	59
7 PRODUTO EDUCACIONAL	65
7.1 ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	65
7.2 CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	66
7.3 APRESENTAÇÃO E APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	67
7.4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	68
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICE A– PRODUTO EDUCACIONAL.....	89
APÊNDICE B– ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM EX-ALUNOS E/ OU EX-FUNCIONÁRIOS	131
APÊNDICE C– QUESTIONÁRIO DE APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL - DISCENTES	132
APÊNDICE D– QUESTIONÁRIO DE APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL - DOCENTES	134
APÊNDICE E– QUESTIONÁRIO DE APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL - TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	136
APÊNDICE F– ENTREVISTA GRAVADA COM EX-ALUNO E EX-FUNCIONÁRIO ADEMILSON VIEIRA SANTOS.....	138

APÊNDICE G– ENTREVISTA GRAVADA COM EX-ALUNO E EX-FUNCIONÁRIO ALOÍSIO DOS SANTOS BRAÚNA	142
APÊNDICE H– ENTREVISTA GRAVADA COM EX-ALUNO E EX-FUNCIONÁRIO JOÃO FERREIRA LIMA	144
APÊNDICE I– LAONTE GAMA DA SILVA	153
APÊNDICE J– PERFIL DO DEPOENTE ADEMILSON VIEIRA SANTOS.....	154
APÊNDICE L – PERFIL DO DEPOENTE ALOÍSIO DOS SANTOS BRAÚNA.....	155
APÊNDICE M– PERFIL DO DEPOENTE JOÃO FERREIRA LIMA.....	156
APÊNDICE N– PERFIL DO DEPOENTE LAONTE GAMA DA SILVA.....	157
APÊNDICE O– PERFIL DA DEPOENTE MARITA SANTOS DA CRUZ.....	158

1 INTRODUÇÃO

O projeto arquitetônico do prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão/SE, atual Instituto Federal de Sergipe Campus São Cristóvão, surgiu com a instituição do Patronato São Maurício no ano 1924 o qual recebeu alunos com finalidades básicas de regenerar e preparar para mão de obra agrícola. Durante o período de 1924 a 1964 a Instituição sofreu mudanças tanto nos espaços físicos (arquitetura do prédio central), quanto na denominação conforme demonstra o quadro 1.

Quadro 1– Denominações da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão

DENOMINAÇÃO	ANO DE ADOÇÃO
Patronato São Maurício	1924
Patronato de Menores Francisco de Sá	1926
Patronato de Menores Cyro de Azevedo	1931
Aprendizado Agrícola de Sergipe	1934
Aprendizado Agrícola Benjamin Constant	1939
Escola de Iniciação Agrícola Benjamin Constant	1946
Escola Agrícola Benjamin Constant	1952
Escola Agrotécnica Benjamin Constant	1957
Colégio Agrícola Benjamin Constant	1964
Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão	1979

Fonte: Nascimento, (2004).

Diante das diferentes nomenclaturas, optei pela denominação de ¹Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão por ser a que permaneceu durante maior tempo (1979 a 2008).

A construção arquitetônica do Prédio Central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão/SE remete ao início do século XX, (NASCIMENTO, 2004; NERY, 2006), carecendo de uma investigação e análise dos processos de mudanças que ocorreram em sua estrutura física ao longo do tempo, especificamente no período de 1924 a 1964. O marco inicial de 1924 registra a criação oficial da instituição agrícola de Sergipe na figura do Patronato Agrícola São Maurício, sendo que sua efetiva inauguração ocorreu no dia 7 de maio de 1925 cuja finalidade era a regeneração da infância desvalida e a preparação de mão de obra par atender as necessidades do meio agrícola. (NERY, 2006).

¹ A denominação Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão permaneceu de 1979 até o ano de 2008 quando passou a ser denominada Instituto Federal de Sergipe Campus São Cristóvão, através da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 com a criação dos Institutos Federais (BRASIL, 2008).

O marco temporal final de 1964 desta investigação é relevante na história do internato do prédio central tendo em vista que foi neste período que o prédio central perdeu a característica de edifício internato devido à mudança do dormitório coletivo que funcionava no interior do prédio ser transferido para os pavilhões de alojamentos (novos dormitórios) sendo o espaço aproveitado para atividades administrativas, desde então o prédio passou a ser conhecido como prédio central administrativo.

O tema desta pesquisa surgiu a partir de minhas inquietações enquanto servidora da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão/SE, atual Instituto Federal de Sergipe Campus São Cristóvão lotada na Coordenação de Registro Escolar (CRE) antiga Secretaria Escolar desde 1991, pude perceber trabalhando no atendimento ao público discente inclusive com ex-alunos dos mais variados períodos, o interesse e a emoção dos sujeitos que passaram pela escola em relembrar os momentos vividos na instituição principalmente, aqueles que vivenciaram o internato do prédio central.

Durante o período de 1924 a 1964 os espaços destinados ao internato dos alunos eram concentrados no prédio central o que me levou ao interesse de desenvolver uma pesquisa sobre a trajetória dos espaços arquitetônicos do prédio central especificamente nesse período. Diante disso, fazer alusões à trajetória dos espaços arquitetônicos no período supracitado, constitui-se na problemática deste estudo, já que as produções científicas e bibliográficas sobre a instituição não se dedicam estritamente ao trajeto arquitetônico do prédio central durante o referido período.

Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo ressaltar a trajetória dos espaços arquitetônicos do Prédio Central durante o período de 1924 a 1964, e como objetivos específicos, identificar e compreender as modificações ocorridas mediante sucessivas reformas e adaptações constituintes de sua história, bem como elaborar um produto educacional fruto desta pesquisa constituído por uma cartilha digital, a qual terá o propósito de servir como instrumento didático pedagógico e histórico-educativo de difusão e conhecimento sobre os aspectos mais relevantes da história da arquitetura do prédio central durante o período em que o internato se concentrou ali (1924-1964), ao mesmo tempo em que agregava funções administrativas.

A cartilha digital com possibilidades de ser publicada na página eletrônica do Instituto Federal de Sergipe (IFS) após validação da banca examinadora tem como título: “História e Educação no Prédio Central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1924-1964)”.

O Prédio Central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE, desde os tempos de Patronato Agrícola São Maurício (1924) até quando o dormitório e demais dependências específicas do internato foram substituídas e adaptadas para finalidades administrativas (1964), passou por várias transformações. Sendo assim, esta pesquisa visa continuar desenvolvendo estudos voltados à história da referida Instituição, com ênfase na arquitetura do prédio central como forma de preservar a sua memória.

Estudos voltados à instituição integram abordagens de autores como: Conceição, (2007, 2012); Nascimento, (2004); Nery, (2006); Oliveira, (2016), dentre outros, porém estes foram a maior fonte de inspiração e embasamento teórico por desenvolverem pesquisas sobre a instituição: **A pedagogia de internar: história do internato no ensino agrícola federal (1934-1967)**, Conceição, (2007, 2012); **Memórias do Aprendizado: oitenta anos de ensino agrícola em Sergipe**, Nascimento, (2004); **A Regeneração da Infância Pobre Sergipana no início do Século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas**, Nery, (2006) e **A trajetória histórica da formação em economia doméstica na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (1952 a 1967)**, Oliveira, (2016).

Dessa forma, este trabalho está dividido em oito seções: a primeira seção é a Introdução, a segunda seção vem abordar o surgimento do prédio central na figura do Patronato São Maurício identificando o caráter social e de modernização do estado de Sergipe, assim como, o movimento modernista e progressista do pensamento republicano e da simbologia da águia referentes a estudos de autores a exemplo de: Crislane Barbosa de Azevedo e Magno Francisco de Jesus Santos, dentre outros.

A terceira seção intitulada: Panorama histórico da arquitetura do prédio central de 1924-1964 trata da trajetória da arquitetura do prédio central desde sua origem no Patronato São Maurício, até quando houve a transição do dormitório coletivo para os pavilhões de alojamento. Nesta seção procuramos promover uma interlocução entre autores que relacionam as edificações arquitetônicas com questões relativas à higiene, vigilância e controle dos corpos, a exemplo; Antonio Vinão Frago e Augustin Escolano, (1998); Michel Foulcaul, (1995, 2001) etc.

A quarta seção com o título “Configurações e usos do espaço escolar do prédio central de 1924 a 1964”, aponta para a evolução da arquitetura do prédio central ao longo do período supracitado, indicando o uso dos espaços específicos do internato e suas finalidades. A quinta seção “Educação Patrimonial” vem tratar sobre os conceitos da educação patrimonial, enfatizando a sua importância na sociedade; A política de preservação do patrimônio cultural no Brasil tendo o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) como

principal órgão dedicado à preservação do patrimônio cultural no Brasil e do seu envolvimento na ampliação do conceito de patrimônio cultural adequando-o à diversidade brasileira.

A sexta seção refere-se à metodologia do trabalho abordando os caminhos percorridos para o desenvolvimento da pesquisa. A sétima seção traz o ordenamento da elaboração do produto educacional, sua aplicabilidade, seguido dos resultados da aplicação do produto educacional, e finalmente a oitava seção traz as considerações finais retomando as discussões antevistas nas seções.

Espera-se com esta pesquisa trazer subsídios para a promoção de ações educativas e resultados que levem ao exercício da cidadania e a conscientização de preservação do patrimônio histórico com vistas à manutenção de sua memória; bem como para o desenvolvimento de novos estudos.

2 O SURGIMENTO DO PRÉDIO CENTRAL NO GOVERNO DE GRACCHO CARDOSO

Como deputado federal na primeira década do século XX Graccho Cardoso já mantinha em seus discursos uma atenção voltada para a educação. Ao assumir a Presidência do estado de Sergipe, dando continuidade ao processo de modernização e embelezamento que tinha eclodido na década anterior ao seu governo, buscou inaugurar uma série de prédios que atenderiam ao ensino primário. Os edifícios construídos em sua gestão eram quase todos marcados pela imponência da fachada e presença de águias². Eram palacetes imponentes que emergiam no cenário urbano e transformavam as cidades sergipanas em verdadeiros canteiros de obras, “Todos eles eram marcados pela magnitude arquitetônica. Eram monumentos públicos destinados à instrução da infância sergipana” (SANTOS, 2014, p. 61). Contudo, além de inúmeros prédios escolares implantados na capital e no interior do estado, Graccho Cardoso a exemplo das demais obras da administração criou novas instituições científicas, sociais e de saúde pública.

Figura 1– Maurício Graccho Cardoso, presidente do Estado de Sergipe no período 1922-1926.



Fonte: Nery (2006, p. 24).

Graccho Cardoso reforçou a necessidade de atender aos pressupostos ideológicos da República de que a educação primária levaria o país ao progresso, sendo assim, as edificações

²Símbolo do governo Graccho Cardoso, como um pássaro que enxerga longe e voa alto - pretensões ideológicas e guias daquela profícua administração estadual (BARRETO E BERGE, 2005).

dos grupos escolares sergipanos deveriam seguir as novas tendências da arquitetura moderna com prédios que atendessem aos interesses do higienismo e da pedagogia moderna.

Logo, com a ascensão ao cargo de Presidente do estado de Sergipe, os encarregados pelos projetos dos grupos escolares os engenheiros Hugo Bozzi, Arthur Araújo e Alfredo Aranha foram responsáveis por criar uma identidade arquitetônica para o seu governo. Com um estilo diferente daqueles que o antecederam, o Presidente do Estado Maurício Graccho Cardoso, se fez mostrar através de suas obras “dentro de um estilo padronizado sempre identificado por águias de cimento colocadas ora no frontão central dos prédios, ora nas suas extremidades” (AZEVEDO, 2010, p. 131).

Dessa maneira, as características das edificações marcaram a sua gestão pelo mesmo traçado arquitetônico principalmente pela simbologia da águia, que segundo Santos (2010), tornou-se o símbolo maior das construções realizadas no governo de Graccho Cardoso representando a visão profícua e perspicaz.

À vista disso, em relação aos grupos escolares:

Os líderes republicanos desejavam perpetuar a sua memória por meio de monumentos e obras que tivessem as mesmas características. Assim, as disputas no campo educacional passaram a refletir também os anseios de políticos em busca de legitimação. Era o momento de aparecer, de tornar pública a imagem de governantes benevolentes e defensores da democratização do ensino e do próprio regime (SANTOS, 2013, p.122).

Portanto, a população sergipana assistia um diálogo entre arquitetura, modernidade e educação, visto que de acordo com Stamatto e Azevedo (2012, p.32), “Os prédios escolares fizeram parte da produção da leitura da modernidade e do progresso feita pelas elites locais e se transformaram em um dos alvos prediletos para a difusão do ideário republicano”.

Os grupos escolares em Sergipe integrantes de uma política educacional e do processo civilizatório e modernizador do regime republicano que se consolidou na responsabilidade do estado para com a educação, também são reflexo das críticas feitas pelos higienistas da época em que o Brasil tornou-se república (1889). Associado a isso, ocorreu à valorização da educação que passou a ser vista como sinônimo de progresso principalmente para as classes mais pobres da população.

A implantação desses monumentos públicos em Sergipe no início do século XX para Magno Francisco de Jesus Santos (2009, p. 54):

Passaram a desempenhar uma dupla função: a primeira a de monumento, de delegar uma imagem de si para o futuro, de criar representações e legitimar

os respectivos grupos políticos. A segunda era promover o embelezamento da cidade que auspiciava ser vista como moderna.

Assim sendo, vimos que a arquitetura escolar não é neutra, é como se por trás dela houvesse uma intenção, pois, associada à inovação e modernidade a ação governamental deveria se fazer valer pela democratização da educação segundo os interesses políticos e sociais vigentes.

Todavia, foi na eminência dos traçados arquitetônicos mediante o ideário de modernidade e progresso; suspensão das atividades na Escola de Tabaida³; bem como a preocupação com o desenvolvimento do setor primário da economia, que Maurício Graccho Cardoso o então Presidente do estado de Sergipe, tendo em vista grandes discussões em torno da criação de uma Escola Agrícola em nosso estado, criou em 1924 o Patronato⁴ Agrícola São Maurício, uma instituição educacional que teria por finalidade regenerar a infância pobre sergipana por meio do trabalho agrícola (NERY, 2006).

Dessa forma, mediante o ideário de modernidade e progresso com vistas a uma cidade modernizada, embelezada e higiênica, a qual deveria estar livre dos problemas sociais e urbanos, acometida de crianças perambulando pelas ruas demonstrando desordem, Graccho Cardoso procurou adequar à necessidade daquele momento histórico em que deveria ao mesmo tempo modernizar a cidade sergipana, ofertar mão de obra agrícola para o menor abandonado, cumprindo assim, um papel que abarcaria os ideais republicanos sob o lema da ordem e do progresso.

As obras do Patronato São Maurício começaram com muitas dificuldades tendo em vista a falta de material pela carência de transportes, sendo também prejudicadas por outras construções concomitantes. Contudo, mesmo diante dos obstáculos e das obras inacabadas, o Presidente do Estado de Sergipe, Maurício Graccho Cardoso, criou em 31 de outubro de 1924, o Patronato Agrícola São Maurício (NERY, 2006).

Dessa forma, o Presidente do estado de Sergipe, Maurício Graccho Cardoso, descreveu a arquitetura do Prédio Central na figura do Patronato São Maurício:

O corpo central, todo construído de tijolo e alvenaria e coberto de telhas, tipo nacional, mede treze metros de largura e treze metros de comprimento,

³Instituição especializada em educar os menores através de práticas agrícolas, criada em 1902 pelos Padres Salesianos, funcionou e manteve o ensino agrícola até 1922, quando então encerrou suas atividades. (NASCIMENTO, 2004)

⁴ Significa “Autoridade de patrão. O conjunto dos patrões. Organização para menores carentes” (BECHARA, 2011, p. 905).

constituído por duas alas distintas, dispondo cada uma de dez metros de largura e sete metros de comprimento (NERY, 2006, p. 28).

Quando edificado, o prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão/SE, objeto de investigação desta pesquisa tinha formato de U, essa fachada era típica das escolas construídas naquela época, bem como havia a presença de uma águia em seu frontispício símbolo muito utilizado nos prédios construídos durante o seu governo. Os edifícios que geralmente estavam construídos em forma de O ou U, permitiam através do olhar panóptico⁵, a vigilância e o controle dos corpos a fim de torná-los dóceis e propícios aos ensinamentos de novos valores e padrões cívicos e higiênicos (FOULCAULT, 2001), estes aspectos também eram requeridos como principais instrumentos para o sucesso da educação que versava sobre a utilização do espaço escolar como forma de alavancar o progresso do país e conseqüentemente a concretização dos anseios republicanos.

Diante de alguns fatores, houve impasse entre a criação oficial do Patronato Agrícola São Maurício (31 de outubro de 1924) e a efetiva inauguração (7 de maio de 1925), destacando o fato de que a instituição em dezembro de 1924 contava apenas com um número reduzido de (vinte e dois) alunos matriculados, quando se pretendia um número mínimo de 50 (cinquenta) internos para iniciar as atividades pedagógicas de acordo com a determinação do presidente do estado de Sergipe Maurício Graccho Cardoso.

Em virtude da inauguração do Patronato Agrícola São Maurício, o Presidente do estado de Sergipe Maurício Graccho Cardoso, pronunciou um discurso (NERY, 2006) conforme a seguir:

Com o convencimento de um crente, elevo o espírito ao Todo Poderoso que me inspirou a criação deste instituto e, na afetuosa simplicidade desta cerimônia, se apraz em exações um dos votos a que me obrigara para comigo mesmo, ao investir-me nas ingentes responsabilidades e extenuantes fadigas do Governo, em hora de breve refletir e fácil ponderação das coisas transitórias desta vida [...] O princípio divino da assistência à infância, da caridade legal, ensaia, pela primeira vez, insinuar-se na legislação do Estado e se estrutura no regulamento desta casa, fadada a reconstruir, pelo ensino, a nossa vitalidade agrária. Reconhecendo indubitavelmente no homem o mais precioso dos capitais, a administração pública espontaneamente se imite na tutela dos menores abandonados [...] Bem compreendeis que a ideia de institutos como este não admite cálculos egoísticos nem propósitos que não sejam frutos de uma paixão acendrada pelos ideais humanos. Não é o partidarismo que os cria, mas o afeto cristão, impondo-se como dogma imprescritível, impessoal e generoso, às sociedades e aos governos. Injunção imperativa dos tempos modernos pertence mais à moral que à política fundá-los e mantê-los [...] Quantos meninos não topamos por aí, a cada instante,

⁵ Panóptico é um termo utilizado para designar uma penitenciária ideal, concebida pelo filósofo jurista inglês Jeremy Bentham em 1785, que permite a único vigilante observar todos os prisioneiros, sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados (FOULCAULT, 2011).

desassistidos de tudo, sem ocupação nem teto. Indagai de um desses pequenos recrutas do vício que meio de vida aprende ou leva, e para logo vos entristecerão os sinais visíveis de uma perdição inconsciente. Ausência de tudo: o físico depauperado pelas privações; o moral derrancado por estigmas ignóbeis e precoces; mais um passo, e tereis em cada um deles, um candidato irremissível à delinquência [...] O Patronato Agrícola S. Maurício tem, sob esse aspecto, incontrastável finalidade patriótica e educativa. Não é seu objetivo diplomar agrônomos, fabricar doutores nem formar sábios; mas exclusivamente constituir o braço agrícola, torná-lo apto para as fainas do campo, mediante noções práticas rudimentares e imprescindíveis [...] Assim como a inteligência e as mãos, a alma tem necessidade de ser formada e dirigida em função da fé em que nos aleitamos. Nesse particular, é forçar o Estado substituir-se a família. A crença enobrece o trabalho. Destarte, o ensino religioso não pode ser banido deste recinto. Deus tem, conseqüentemente, de ser aqui também ensinado e reverenciado como autor que é da Natureza.

O discurso enunciado por Graccho Cardoso esteve repleto de princípios cristãos os quais ele deixou claro o desejo desses ensinamentos serem praticados no Patronato Agrícola São Maurício. Para Graccho Cardoso, a obra de caridade que ali estava sendo instituída em prol dos menores abandonados teve fundamento no amor a Deus e conseqüentemente no amor ao próximo, essa condição o impulsionou a criação da instituição para assistir aqueles que viviam vagando pelas ruas, desassistidos de tudo. A estes, caberia à instituição educar e regenerar baseada nos valores morais e pelo trabalho através de atividades agrícolas visando à transformação desses jovens em cidadãos de bem, a reintegração na sociedade, e na promoção do desenvolvimento agrícola do Estado de Sergipe. O presidente do Estado Maurício Gracho Cardoso ressaltou que a edificação do Patronato foi precisa, tendo sido fruto de boa vontade e caridade cristã.

Isso demonstra que não foi por acaso que Maurício Graccho Cardoso adotou para o Patronato Agrícola de Sergipe o nome de “São Maurício”, santo constituído para ser o padroeiro da instituição, ou seja, aquele que vela, protege e guarda. “A primeira denominação do Patronato Agrícola de Sergipe foi São Maurício, talvez uma auto-homenagem do Presidente do Estado Maurício Graccho Cardoso, idealizador da instituição” (NERY, 2006, p. 26).

Figura 2– São Maurício, soldado de Tebas que morreu como mártir da fé cristã.



Fonte: Nery (2006, p. 27)

Corroborando com a descrição das formas originais do antigo prédio, uma antiga funcionária a senhora Marita Santos da Cruz⁶, que viera ainda menina morar com a mãe para trabalhar no Patronato, assinalou referindo-se ao patronato quando este ainda não havia sofrido modificações na sua estrutura arquitetônica:

Não tinha a parte de cima. Ele era baixo, depois foi feito em cima. Tudo era ali em baixo. (...) Tinha uma águia, quando ele era baixo, como a do Manuel Luiz. Ele era baixo e tinha uma águia. Não dava para ver o telhado, tinha um platibanda (CRUZ, 2006 apud CONCEIÇÃO, 2012, p. 117).

Como já explicitado anteriormente por alguns estudiosos a exemplo de Crislane Barbosa dentre outros, a águia foi o símbolo que marcou o governo de Maurício Graccho Cardoso representando uma visão positiva que o governo tinha de tornar o Estado de Sergipe moderno. Desse modo, as edificações construídas em sua gestão traziam na platibanda⁷ a escultura da águia. Segundo os escritos de Santos (2014, p. 63) “na sua gestão quase todos com um mesmo traçado arquitetônico, marcados pela imponência da fachada e presença de águias”.

A maior evidência na semelhança das edificações entre “Grupos Escolares” e “Patronato Agrícola São Maurício”, está na figura da águia, símbolo maior do seu governo, “sua escolha como símbolo de governo pode ser atribuída à visão avançada de Graccho

⁶Entrevista concedida a Joaquim Tavares da Conceição em 4 de janeiro de 2006.

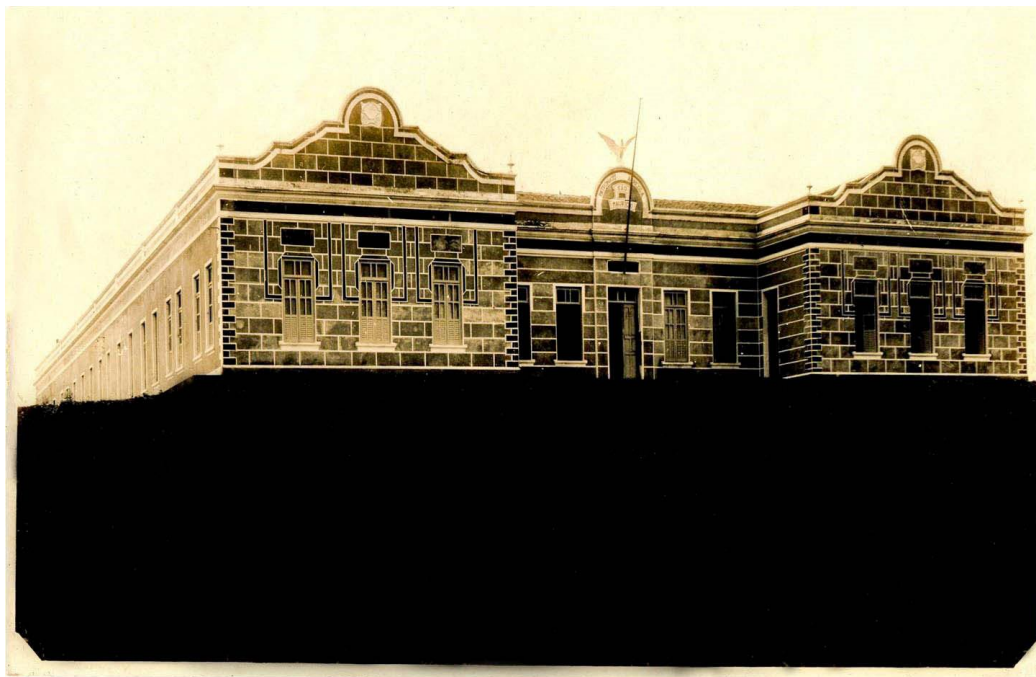
⁷Significa: “Grade ou mureta na parte mais alta das paredes externas de uma construção, que serve proteção ou de ornamento da fachada. Muro ou grade que circunda e delimita uma área” (BECHARA, 2011, p. 910).

Cardoso, sua capacidade de prever o futuro e realizar obras para o bem comum e com grande alcance social, numa perspectiva de modernização” (BERGER, 2006, p. 5).

Muito embora essa identidade simbólica criada para o seu governo revelasse ideologias partidárias expressas por alguns autores, percebemos através da citação supracitada, assim como, no discurso proferido por ocasião da inauguração do Patronato Agrícola São Maurício, que Graccho Cardoso era movido por uma fé cristã que segundo ele, o motivou a edificar o Patronato Agrícola São Maurício.

As figuras 3 e 4 do Patronato Agrícola São Maurício e do Grupo Escolar Manoel Luiz respectivamente, retratam os prédios encimados por uma águia conferindo neste aspecto a semelhança existente entre eles.

Figura 3– Patronato Agrícola São Maurício



Fonte: Acervo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB, 1924).

Figura 4– Grupo Escolar Manoel Luís.



Fonte: Azevedo, (2010, p. 126).

Sendo assim, diferente dos grupos escolares marcados pela magnitude arquitetônica símbolo do progresso e da modernidade destinados à instrução da infância sergipana, o Patronato Agrícola São Maurício fora criado longe dos espaços urbanos para receber meninos que geralmente eram considerados de má índole, já que estes menores⁸ eram quase sempre casos de polícia neste momento histórico, o que nos leva a crer que tanto as regras para os menores a exemplo da “revista diária antes do recolhimento ao dormitório” (CONCEIÇÃO, 2007, p. 109), quanto à arquitetura do Patronato Agrícola São Maurício devido à sua aparência era muito semelhante a uma prisão, ademais, a sua estrutura arquitetônica apresentou status de inferioridade em relação aos grupos escolares, talvez por se tratar de uma instituição designada para atender crianças carentes.

⁸Dos cinquenta e sete menores matriculados, vinte e um haviam sido encaminhados pelo chefe de polícia, o que correspondia a aproximadamente 36,84% dos internos (NERY, 2006, p. 67).

Mesmo diante das diferenças estruturais e arquitetônicas entre “Grupos Escolares” e “Patronato Agrícola São Maurício” este, também atendeu ao ideário republicano sob o lema da ordem e do progresso, à medida que a instituição teve como um de seus princípios, regenerar a juventude sergipana retirando-as das ruas da cidade promovendo uma ação modernizadora de embelezar a cidade que deveria estar livre dos problemas sociais e urbanos, limpa e organizada.

Assim como o Patronato Agrícola São Maurício, outros Patronatos surgiram na segunda década dos novecentos a exemplo do Patronato Agrícola de Anitápolis o qual também tinha o propósito de atender um público de crianças e adolescentes considerados de má índole com a finalidade de transformá-los em jovens trabalhadores, “o público atendido nesta instituição era formado por menores considerados perigosos, que andavam na contramão da pedagogia do progresso e do discurso modernizador” (BOEIRA, 2010, p. 7). Todos os Patronatos Agrícolas tiveram como fim preparar e formar trabalhadores advindos dos setores pobres da sociedade, contribuindo para a modernização social e cultural tendo em vista sua dupla função de regeneração e formação profissional agrícola. As primeiras instituições dessa natureza foram criadas pelo decreto nº 12893 de 28 de fevereiro de 1918 (NERY, 2009).

Contudo, diferenciado do Patronato Agrícola São Maurício que esteve sob a administração do governo do estado, os primeiros Patronatos Agrícolas surgiram no âmbito federal, e se espalharam por diversos estados brasileiros, foram uma das mais importantes atuações do governo da Primeira República na área das políticas sociais com vistas à socialização infanto-juvenil oriunda dos setores pobres da sociedade. “A denominação Patronato foi usual num período histórico em que a preparação para o trabalho ligava-se à moralização da sociedade e de sua adequação às necessidades liberais pregadas pela nova república” (BOEIRA, 2011, p. 5). A rede de Patronatos Agrícolas foi desarticulada no ano de 1934 perante o argumento de exercer a função de caráter corretivo em posição elevada ao da formação profissional agrícola para produção.

3 PANORAMA HISTÓRICO DA ARQUITETURA DO PRÉDIO CENTRAL DE 1924 A 1964

Situado à altura do Km 96 da BR 101 no Povoado Quissamã em São Cristóvão/SE, o prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE, hoje Instituto Federal de Sergipe Campus São Cristóvão, encontra-se localizado na parte mais elevada do terreno.

Durante o período de (1924-1934) os espaços arquitetônicos do prédio central, o qual recebeu as denominações: Patronato Agrícola São Maurício (1924-1926); Patronato de Menores Francisco de Sá (1926-1931) e Patronato de Menores Cyro de Azevedo (1931-1934), não sofreram modificações significativas na sua estrutura física. Sendo assim, tínhamos: a sala do diretor, enfermaria, museu, biblioteca, secretaria, refeitório, banheiros e dormitório, além das salas de aulas (NERY, 2006), a figura 4 mostra os alunos na sala de aula no interior do Patronato Agrícola São Maurício (prédio central).

Figura 5– Sala de aula no Patronato São Maurício



Aspecto de uma aula no Patronato São Maurício.

Fonte: Revista Fon-Fon, (1925, nº 25, p. 66).

Dez anos após a sua instalação, o Patronato de Menores Cyro de Azevedo última denominação do Patronato São Maurício, foi federalizado e transformado em Aprendizado Agrícola de Sergipe (NASCIMENTO, 2004), passando do governo do Estado de Sergipe para ser vinculado ao Ministério da Agricultura. Na fase de instalação do Aprendizado Agrícola de Sergipe de 1935 a 1940, ocorreram remodelações e novas construções para efetivação do novo modelo de ensino.

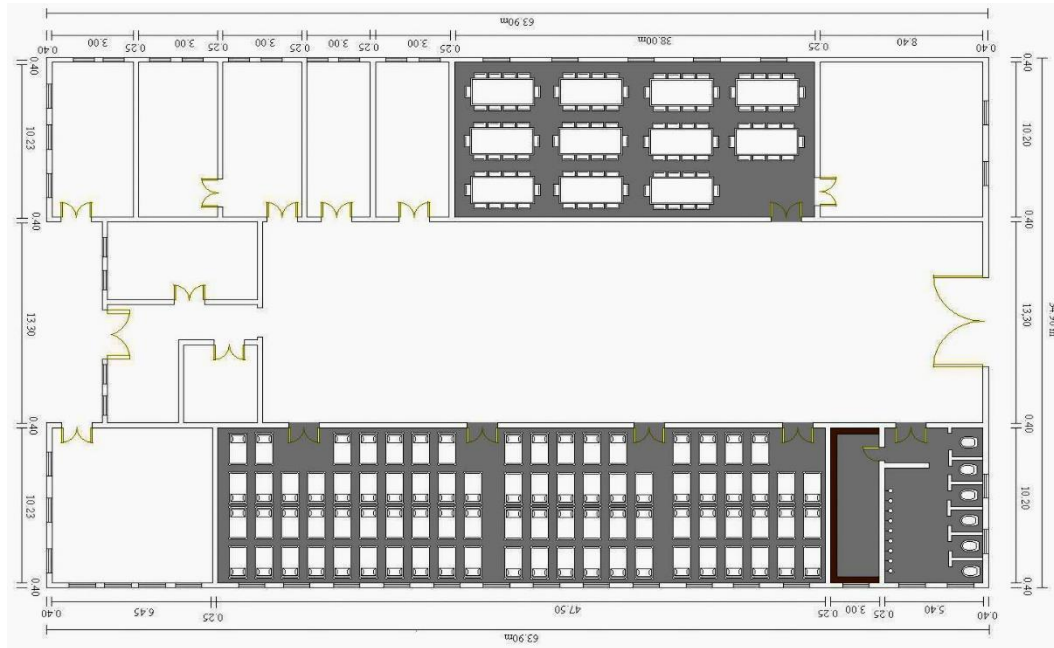
Na remodelação, na década de 1930,

[...] o edifício-internato sofreu transformações internas e externas. Internamente, o edifício-internato passou a contar com o gabinete do diretor, o setor de escrituração, um salão de aulas e celebrações religiosas, sala do gabinete de física, quatro salões de aula, o dormitório (um grande vão coletivo), rouparia, refeitório, cozinha, banheiros e sanitários e um grande pátio descoberto de terra batida, rodeado por uma pequena varanda. (CONCEIÇÃO, 2012, p. 120).

Em 1946, a Lei orgânica do ensino Agrícola estruturou o ensino técnico profissional no Brasil, e o Aprendizado Agrícola de Sergipe, recebeu além de nova denominação: Escola de Iniciação Agrícola Benjamin Constant, o curso de Iniciação Agrícola (dois anos de Iniciação e dois anos de Mestria Agrícola), (NASCIMENTO, 2004).

Até 1948 o edifício internato (prédio central) teve os espaços arquitetônicos constituídos das seguintes divisões conforme figura da planta baixa a seguir:

Figura 6– Planta baixa do edifício internato



Fonte: Conceição, (2007, p. 108).

Na primeira parte do prédio funcionava a administração (gabinete do diretor e escrituraria), gabinete de história natural e física e química e os salões de aula. Na segunda parte funcionavam os espaços específicos do internato. No lado direito do prédio ficavam o dormitório coletivo, o conjunto de sanitários e banheiros e o vestiário. No lado esquerdo ficava a cozinha, o refeitório, rouparia e salões para aulas e para outras finalidades, tais como a biblioteca, secretaria, “salão de honra”. Na parte central ficava o pátio; no “fundo do prédio existia um muro grande com um portão” (GREGÓRIO, 2005 apud CONCEIÇÃO, 2007, p. 108).

As mudanças no modelo de ensino possibilitaram no início de 1948 a ampliação do conjunto arquitetônico com a reforma da fachada do edifício-internato e a construção do pavimento superior do prédio central. Essa remodelação seguiu a determinação do Ministério da Agricultura sobre as normas pedagógicas do Ministério da Educação para realização de construções novas ou reformas nos prédios existentes, devendo obedecer ao modelo padrão adotado pelos estabelecimentos federais de ensino agrícola do Ministério da Agricultura.

Segundo estudos realizados por Conceição (2007, p. 102),

As novas construções e reformas nos estabelecimentos federais de ensino agrícola passaram a obedecer ao “tipo padrão” adotado pelas diretrizes unificadoras da Divisão de Obras do Ministério da Agricultura. Assim, o novo estilo arquitetônico da parte frontal do edifício-internato da escola seguiu o “tipo padrão” adotado pelos estabelecimentos federais de ensino agrícola do Ministério da Agricultura, como se pode observar, nas figuras que seguem, as semelhanças entre a parte frontal do edifício-internato da instituição com a do pavilhão principal da Seção de Avicultura da Escola Nacional de Agronomia.

Percebemos as semelhanças existentes conforme mostram as (figuras 7 e 8) respectivamente,

Figura 7– Edifício da Seção de Avicultura da Escola Nacional de Agronomia em 1938.



Fonte: Conceição, (2007, p. 103)

Figura 8– Fachada do edifício-internato do Colégio Agrícola Benjamin Constant 1970.



Fonte: Conceição, (2007, P. 103).

Dessa forma, na década de 1950 com a nova reforma do edifício-internato, (CONCEIÇÃO, 2007, 2012) a fachada foi alterada sendo retirada a escultura da águia situada na frente do prédio ganhando este, um primeiro andar conforme figura 8 sendo o gabinete do diretor e a escrituraria, fixados no pavimento superior possibilitando uma visão geral do pátio, entrada do dormitório e do refeitório, bem como da varanda que dava acesso ao lado externo.

Vale ressaltar que apesar de várias modificações nas instalações internas e novas construções no seu entorno, o prédio central (figura 8), desde 1950 quando então foi construído o pavimento superior, continua com a mesma estrutura externa até os dias atuais.

Nesta fase de mudanças na arquitetura,

O pavimento superior do edifício-internato com uma área total construída de 222,75 m² foi concluído em 1950, e a parte administrativa (gabinete da diretoria e escrituraria) foi transferida para esse novo espaço do prédio. A disposição do gabinete do diretor na parte superior do prédio possibilitava a este uma visão privilegiada para o pátio de recreio, de entrada do dormitório e do refeitório, e da varanda frontal tinha uma visão do movimento externo. (CONCEIÇÃO, 2012, p. 122-123).

Sobre esta disposição, vimos os espaços do prédio central como forma de controle sob o olhar vigilante, o olhar que vigia e pune, mediante a relação de poder-saber que ditam as regras, formam e organizam a sociedade. Em vigiar e punir, Foucault (2001) caracteriza a escola como um espaço fechado repleto de uma ordem mantida pelo controle disciplinar e poder de adestrar os corpos. Em vista disso, vimos que a arquitetura, os espaços nela distribuídos atuam como uma importante ferramenta de controle e poder ao que percebemos na imagem do prédio central na figura 7 a fachada voltada para a parte externa, servindo

como espaço para exercer a vigilância sobre os estudantes como nos diz Silva (2019) “eu as vezes da sacada do prédio pegava um binóculo e avistava os alunos no campo” (SILVA, 2019) assim como, para o interior do prédio avistava o pátio permitindo uma visibilidade que se traduz em mecanismos de vigilância, controle e poder, principalmente pela disposição da administração geral (sala do diretor) demonstrando o quanto é estratégica a posição de controle.

Mediante estes mecanismos de controle, vigilância e poder Foucault (2001, p. 145) conclui que:

As instituições disciplinares produziram uma máquina de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formam, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento.

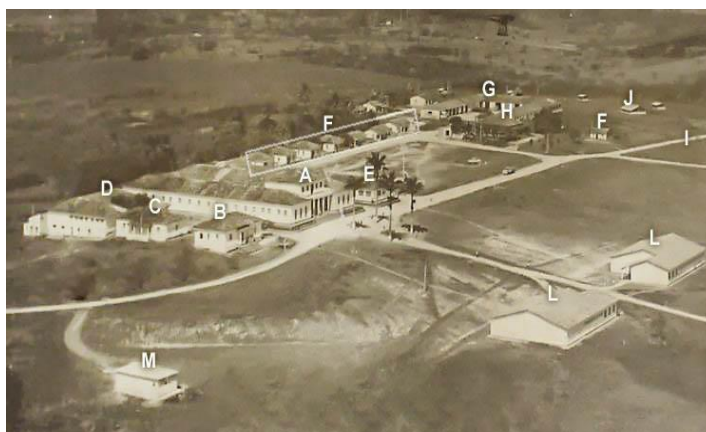
Dessa forma entendemos que a arquitetura escolar produz mecanismos, dispositivos de controle para estabelecer as relações de poder-saber as quais objetivam a disciplinarização dos corpos, inculcando valores e virtudes morais a fim de moldar o novo cidadão para o amor ao trabalho e o respeito pelos superiores. Entretanto a partir da década 1950 com o crescente aumento no número de matrículas os rigores disciplinares vão cedendo lugar a práticas de regulação mais flexíveis e menos rígidas.

Ocorreu em 1957, autorização para a escola ministrar o curso técnico o que provocou o aumento do número de internos, essa nova modalidade de ensino foi instituída com o objetivo de formar técnicos agrícolas de nível médio aumentando a demanda de internos pela possibilidade de oferta do Curso Profissional Agrícola concomitante com o Curso Colegial Agrícola (CONCEIÇÃO, 2012).

O prédio central na figura do Patronato Agrícola São Maurício construído na década dos anos vinte do século XX, destinou-se a finalidades de “regenerar e preparar mão de obra para o trabalho agrícola” (NERY, 2004. p. 43), tão crucial para aquele momento histórico quando desenvolvia uma prática pedagógica voltada para regeneração e formação de mão de obra de crianças pobres consideradas perigosas a fim de reintegrá-las na sociedade. Diante das mudanças em todas as áreas da sociedade, o caráter assistencialista destinado a crianças carentes, passou a assumir outra dimensão em virtude das mudanças e novas demandas profissionais no mundo do trabalho, sendo que, “a parte de funcionamento do internato não sofreu alterações substanciais até meados de 1960, quando o dormitório coletivo no corpo do prédio começou a ser desativado, com a construção de dois pavilhões de alojamentos” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 128).

Isso nos leva a crer que as inovações do novo modelo de ensino provocaram uma nova mudança no espaço físico de grande importância para o internato que implicou na construção de dois pavilhões de alojamentos defronte ao prédio central quando então houve a separação entre prédio administrativo e dormitório. “O crescimento de matrículas nas décadas de 1950 e 1960 impôs ampliações permanentes” (NASCIMENTO, 2004, P. 103), resultando nas reformas e adaptações dos espaços arquitetônicos do prédio central, como podemos observar na figura que segue letras L a construção dos dois pavilhões de alojamentos.

Figura 9– Visão panorâmica do Colégio Agrícola Benjamin Constant em 1960.



Fonte: Conceição (2007, p. 107).

De acordo com a Figura 8, destaca-se a localização do edifício internato letra (A) e dos dois pavilhões de alojamento letras (L), “a disposição e localização dos prédios facilitavam a vigilância das atividades desenvolvidas pelos internos, especialmente o comportamento no dormitório” (CONCEIÇÃO, 2007, p. 107).

Em vista disso, percebemos que a arquitetura especificamente o modo de organização e distribuição dos espaços nela contidos atuam como uma importante ferramenta de controle e poder.

Sendo assim, durante o percurso transitório (1961 a 1964) do dormitório coletivo localizado no prédio central para os novos dormitórios nos pavilhões de alojamentos, os dois foram utilizados concomitantemente, alguns internos experimentaram os dois cômodos ficando os internos mais novos do curso ginásial agrícola no dormitório do prédio central e os internos do curso colegial agrícola ocuparam os novos alojamentos construídos em frente ao prédio central conforme a figura 8 letras L. “Quando cheguei em 1961 já tinha sido iniciado os 2 prédios lá embaixo, foram as primeiras mudanças que eu peguei” (SANTOS, 2019).

E finalmente em 1964, o dormitório do edifício-internato foi completamente desativado sendo o espaço aproveitado para atividades administrativas, (CONCEIÇÃO,

2012), dessa forma o prédio central, considerado como a maior referência da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE, atual Instituto Federal de Sergipe Campus São Cristóvão, representa um verdadeiro significado para a história da instituição.

Em razão disso, a escola não é mais vista apenas como espaço físico, mas como dimensão social a qual institui em sua materialidade um sistema de valores que se traduz em aprendizagens que visam à transformação das pessoas através de práticas adotadas e ideologias que intentam formar e conformar os sujeitos para o tipo de sociedade que se pretende ter de acordo com cada tempo histórico. Esta expressão corrobora com a reflexão de Frago e Escolano, (1998, p. 26):

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina, vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos.

Ao registrar a trajetória das principais mudanças ocorridas nos espaços arquitetônicos do prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE, em suas diferentes épocas, percebemos que tais mudanças estiveram relacionadas ao processo educacional do período, seguidas dos diversos modelos de ensino que acompanharam a história do ensino agrícola da instituição. A respeito disso Frago e Escolano (1998, p. 47) reforçam a ideia de que:

A escola, em suas diferentes concretizações, é um produto de cada tempo, e suas formas construtivas são, além dos suportes da memória coletiva cultural, a expressão simbólica dos valores dominantes nas diferentes épocas.

Sendo assim, vale ressaltar quatro fases ou momentos distintos de transformações que segundo Conceição, (2007, p. 96), compreenderam em: “fase inaugural ou de federalização (1934); fase de instalação de Aprendizado Agrícola de Sergipe (1935-1940); fase de ampliação do conjunto arquitetônico (1948-1953); e a de instalação do Curso Técnico Agrícola (1958-1960)”.

Dessa forma, a arquitetura do prédio central esteve relacionada a distintos períodos históricos educacionais desde a edificação do Patronato Agrícola São Maurício em 1924 quando este recebeu menores abandonados a fim de serem internados, educados e moldados aos bons costumes e assim retornar ao convívio social, “somado ao controle do tempo estava o uso dos espaços que perpassava inclusive pela própria arquitetura escolar, sendo esta, parte integrante do direcionamento dado ao ensino no Patronato Agrícola” (NERY, 2006, p.47).

Assim também com a implantação do Aprendizado Agrícola e outros modelos de ensino subsequentes, gradativamente houve o aumento do número de matrículas e conseqüentemente a necessidade de ampliação nas instalações físicas (internas e externas) até o período em que o prédio central (1964) deixou de funcionar como internato de alunos para exercer atividades administrativas.

Podemos perceber, portanto, como a trajetória histórica dos espaços arquitetônicos do prédio central, desde sua criação 1924 até 1964, quando deixou de servir como prédio internato, esteve diretamente relacionada com os projetos sociais de cada momento histórico.

4 CONFIGURAÇÕES E USOS DO ESPAÇO ESCOLAR DO PRÉDIO CENTRAL DE 1924 A 1964

O espaço escolar não é apenas um espaço físico, mas se constitui uma construção social com distribuição e usos do tempo apropriados para uma determinada época, pois é mediante o espaço que se desenvolve as relações sociais e são as modificações nas formas das representações das relações sociais que surgem as necessidades de mudanças na organização dos espaços.

Dessa forma,

(...) a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, lugar. Um lugar específico, com características determinadas, aonde se vai, onde se permanece umas certas horas de certos dias, de onde se vem. Ao mesmo tempo, essa ocupação espaço e sua conversão em lugar escolar leva consigo sua vivência como território por aqueles que com ele se relacionam. Desse modo é que surge, a partir de uma noção objetiva - a de espaço - lugar - uma noção subjetiva, uma vivência individual ou grupal, a de espaço-território. (VINÃO, 2005, p.17).

O prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE, na figura do Patronato Agrícola São Maurício, fora construído afastado dos centros urbanos, mais precisamente na zona rural, característica marcante no projeto de instalação a fim de dificultar a fuga dos internos e ao mesmo tempo de reabilitar os valores morais na convicção de que a vida no campo possibilitaria a regeneração dos indivíduos. O espaço da arquitetura escolar uma vez que não é neutra, foi organizado de modo a tornar os indivíduos socialmente mais úteis, (NASCIMENTO, 2004), é como se a arquitetura do espaço escolar integrasse aquilo que se entende por currículo oculto, consolidado em normas e valores que embora não estejam visíveis são propagados pela escola sendo elementos significativos do currículo escolar a fim de moldar os sujeitos que por ali passarem.

Nos tempos de Patronato Agrícola, os internos permaneciam na escola durante um período de três anos, não podendo ausentar-se a não ser uma vez ao mês e acompanhados de funcionário competente, a não ser também por problemas de saúde sendo necessária a petição do médico a remoção para o hospital. O uso do tempo naquele espaço também fazia parte da vida dos funcionários, já que estes também residiam na instituição, e só gozavam férias por um período máximo de quinze dias e com a permissão do diretor da escola, e só podiam gozar férias por um mês com a permissão do Presidente do Estado (NERY, 2006).

Destinado a um público formado por menores desvalidos, abandonados, que se encontravam vagueando pelas ruas, o Patronato Agrícola, tinha a função de servir muitas vezes de reformatório de hábitos e costumes para crianças ali internadas. “Depois que

chegavam ao Patronato os alunos estavam proibidos de sair do seu espaço interno e dali somente se retiravam após a conclusão do curso, os passeios individuais ou visitas às famílias não eram permitidos” (NASCIMENTO, 2004, p. 240). Essas normas modificaram-se gradativamente e na década de 1960 esses padrões já estavam menos rígidos, quinzenalmente os estudantes passavam o final de semana com suas famílias.

Assim foi idealizado o Patronato Agrícola de Sergipe constituído pelo prédio central dentro dos padrões exigidos e considerados necessários para uma instituição escolar, observados sua luminosidade e a higiene, “sua localização evitará as condições anti-higiênicas e contrárias à sua missão social e educadora” (FRAGO E ESCOLANO, 1998, p. 32).

Figura10– O edifício do Patronato São Maurício, uma das grandes obras do governo do doutor Graccho Cardoso



Fonte: Revista Fon-Fon, (1925, nº 25, p. 66).

As práticas de higiene objetivavam evitar doenças cabendo à escola o papel de propiciar um ambiente saudável a fim de acabar com os vícios e cultivar hábitos saudáveis nos internos tão necessários ao processo modernizador e civilizatório do ideário republicano.

Ao analisar as construções escolares do Governo de Graccho Cardoso, Santos (2014, p. 67) assevera:

Por ser um espaço público de grande movimentação de pessoas, era necessário observar as questões de higiene para evitar problemas com a disseminação de doenças... O Presidente do Estado reforçou a ideia de que é necessário construir prédios que atendessem aos anseios do período.

Dessa forma, o prédio central foi situado no eixo central longitudinal NNE (Norte-Nordeste) “considerada uma localização mais conveniente sob o aspecto higiênico, pois essa

disposição permite que o sol banhe a face do edifício logo às primeiras horas da manhã” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 127), a preocupação em desenvolver práticas higienistas e hábitos saudáveis eram objetivos que deveriam ser concebidos por meio da educação escolar a fim de evitar doenças, bem como criar hábitos saudáveis desde a infância.

As ações estabelecidas eram específicas daquele sistema de internato inclusive os horários regrados para as refeições, aulas, atividades práticas e teóricas, de recolhimento para pernoite e de horário para levantar, também são reflexos da forma de pensar da época e, não é de se estranhar, que as características arquitetônicas influenciassem nas práticas pedagógicas e vice-versa. “No internato da Instituição todas as atividades diárias eram rigorosamente estabelecidas em horários impositivos, controlados e fiscalizados pelo inspetor e pelos guardas de alunos” (CONCEIÇÃO, 2008, p. 68).

Na Instituição, preconizava-se pelo controle imposto sobre a moral e os corpos os quais deveriam ser condicionados a obedecerem às regras que regiam o sistema da vida escolar, a fim de formar homens pátrios de corpos saudáveis e úteis para o trabalho.

De acordo com Nery (2006, p. 137-138):

A rotina de atividades do Patronato servia para disciplinar, moralizar e higienizar os corpos dos menores. Era uma forma de civilizá-los, passando-lhes bons hábitos que serviriam para que eles pudessem viver em sociedade. Horários fixos para o desenvolvimento das atividades serviam, também, para dar responsabilidade aos menores. Havia a hora de acordar, de estudar, de comer e de dormir. Somado ao controle do tempo, havia o do uso dos espaços, estando os dois entrelaçados, pois enquanto um grupo de menores participava, por exemplo, de práticas agrícolas, outro grupo participava das aulas do ensino primário, vindo os dois a se encontrarem nos momentos destinados ao recreio. O controle do tempo e do espaço no Patronato tinha, dessa forma, um caráter pedagógico, formativo, respondendo aos anseios disciplinadores e moralizantes apreçados pela instituição.

Tudo indica que o controle do tempo e do espaço não foram princípios restritos apenas ao Patronato Agrícola, podendo ser constatado também na fala de Braúna (2019), ex-aluno no período de 1959 a 1961 “estudei e morei no prédio central na época que a escola possuía a denominação de Colégio Agrícola Benjamin Constant [...] As regras eram muito rígidas e tinha que cumprir” de modo que o caráter disciplinar e controlador estiveram presentes durante as atividades laborais praticadas pelos alunos no interior do prédio central, tinha horário para tudo: comer, dormir, estudar e deveres a serem cumpridos por todos, os próprios alunos cuidavam da limpeza do dormitório, banheiros, ajuda na cozinha etc. “havia uma escala dos alunos para fazer a limpeza do pátio, do refeitório, copa, cozinha”, (LIMA, 2019).

Acreditamos que os espaços arquitetônicos do prédio central por serem caracterizados por ambientes fechados, facilitava a vigilância, imposição de ordem e poder (FOULCAULT, 2001), dentre outros aspectos, tinham o intento de formar e controlar os indivíduos. Não se excluindo dessa característica, a imagem do pátio em formato de “U” descoberto, de terra batida, rodeado por uma pequena varanda localizava-se no interior do prédio. Conforme Burke (2004, p. 17), “imagens nos permitem 'imaginar' o passado de forma mais vívida”, sendo elas testemunhas históricas que contribuem para evidências dos fatos. O pátio servia de apoio para a prática de diversas atividades entre elas destacava-se: a revista antes de entrar no dormitório para dormir, exercícios físicos, cumprimento de castigos e descanso, organização de filas para entrar no refeitório, ou no dormitório, bem como para ventilação e iluminação (CONCEIÇÃO, 2012).

Figura –11 O Pátio do prédio central no tempo de Patronato São Maurício



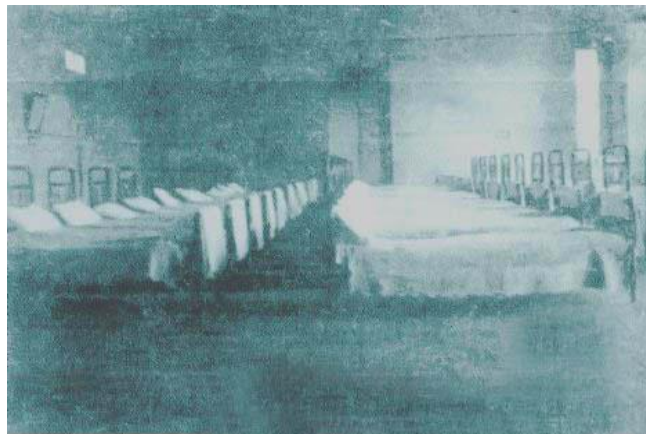
Fonte: Revista Fon-Fon, (1925, nº 25, p. 66).

Durante décadas o pátio foi usado para variadas atividades, a exemplo das práticas esportivas que por vezes “quando era 5 da manhã o guarda de alunos chamava todos porque o professor de educação física já estava ali esperando para fazer educação física” (LIMA, 2019). Além das referidas ocupações, o pátio também favorecia para atividade de inspeção dos internos “os guardas ficavam a noite toda rondando” (BRAÚNA, 2019), sem dúvida a vigilância que circundava no interior do prédio era desde o tempo de Patronato, bastante rigorosa, “de seu interior, ela disciplina o comportamento das pessoas que nela circulam, por meio de olhar observador possível das janelas ou da porta do prédio administrativo, que dão para o pátio interno da escola” (RAIMANN E RAIMANN, 2008 p. 10), em vista disso, percebemos que todos os espaços frequentados pelos alunos no interior do prédio central

estavam sempre acompanhados pelo olhar vigilante, o qual impunha controle, disciplina e poder.

Outro espaço específico do internato que funcionava no interior do prédio central constituía o dormitório coletivo, este, conforme a figura que segue mostra um grande vão com camas dispostas em fileiras de forma que podia se ver todas as camas, provavelmente pela facilidade de vigilância e controle dos internos, a disposição das camas era semelhante ao de um quartel típica de uma disciplina severa. O dormitório coletivo foi herança do Patronato Agrícola construído para menores desvalidos. (CONCEIÇÃO, 2007). Contudo, com o passar dos anos essa disposição ficou bastante inviável devido à superlotação tornando o ambiente insalubre e propício a promiscuidade entre os internos dentre outros agravantes, provavelmente por essa razão houve a necessidade de construir novos alojamentos denominados de “dormitórios apartamentos” sendo a obra iniciada em 1959 e inaugurada em 1960.

Figura 12– Aspecto do dormitório do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant em 1940.



Fonte: Conceição, (2007, p. 111).

Segundo as autoras Raimann e Raimann (2008, p. 2),

Essa descrição minuciosa do espaço tem sua relevância assegurada por refletir a busca em Foucault de referências para estabelecer como se efetivam relações de poder-saber, ou seja, como as arquiteturas das instituições da sociedade disciplinar viabilizam alguns dos mecanismos ou dispositivos de poder-saber que objetivam a disciplinarização.

Isso nos leva a refletir sobre o papel dos possíveis significados da arquitetura escolar na constituição dos espaços os quais são construídos de forma a possibilitar disciplina controle e poder sobre os corpos.

Quanto à disposição do refeitório como mostra a figura 10 onde era servida a refeição dos internos, o mesmo situava-se do lado esquerdo do prédio separado do dormitório pelo grande pátio tendo a seguinte descrição:

O ambiente do refeitório passou a ser servido de mesas de madeira retangulares, com capacidade para 10 pessoas e forradas com toalhas brancas. Inicialmente os copeiros colocavam os alimentos em tigelas, e os internos serviam-se em pratos. Sentavam dez alunos, quatro de um lado e quatro do outro, e os dois chefes de mesa (CONCEIÇÃO, 2012, p. 135).

Figura 13– Aspecto do refeitório do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant em 1940.



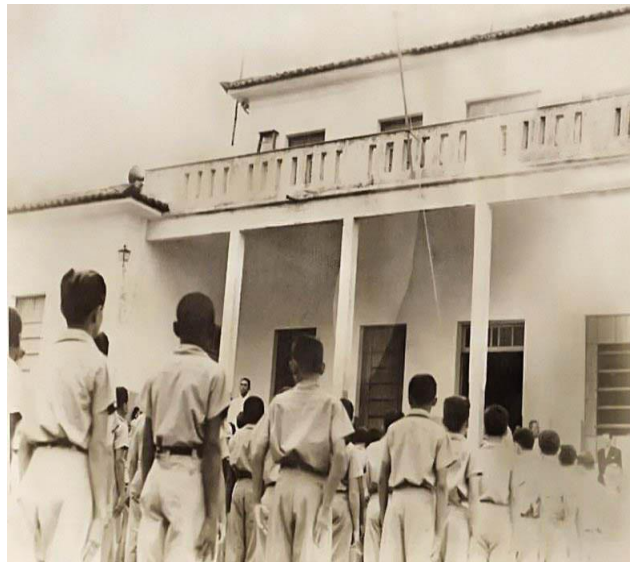
Fonte: Conceição, (2007, p. 116).

Em vista disso podemos notar que o controle e a vigilância eram mantidos em toda disposição e organização dos espaços que compunham o prédio central, esses dispositivos viabilizavam a disciplinarização dos corpos (FOULCAULT, 2001), contribuindo na produção de sujeitos destinados a obedecer. “No refeitório, se conversasse era posto para fora, a mesa comportava oito pessoas, entre alunos e funcionários, ou comia calado ou era colocado para fora, tinha que respeitar as normas do colégio” (BRAÚNA, 2019). O local reservado para as refeições também era alvo das relações de poder, a presença de vigilantes possibilitava o cumprimento das regras de conduta social, assim, pela observação do olhar que vigia e regula se abrigavam as condicionantes de poder.

O uso do prédio central esteve para além do internato, pois dentre outras finalidades realizava também cerimônias religiosas a exemplo das missas celebradas até o início de 1950, em um salão onde ficava situado o altar de São Maurício e de Nossa Senhora da Conceição (CRUZ, 2006, apud CONCEIÇÃO, 2007). As atividades comemorativas também estiveram relacionadas ao uso dos espaços conforme mostra a figura 11 dos alunos defronte ao prédio

central, em posição de sentido para cantar o hino e hastear os pavilhões na cerimônia de homenagem a Benjamin Constant no dia 18 de outubro de 1956 (CONCEIÇÃO, 2007).

Figura 14– Alunos formados defronte ao edifício-internato para as homenagens ao patrono
(18/10/1956)



Fonte: Conceição, (2007, p. 138).

Benjamin Constant Botelho de Magalhães nasceu na cidade de Niterói (RJ) em 18 de outubro de 1836 e faleceu no dia 22 de janeiro de 1891 na cidade do Rio de Janeiro. “O dia 18 de outubro, nascimento de Benjamin Constant, foi a data mais comemorada na escola e ensejou cerimônias anuais com diversos atos solenes alusivos” (CONCEIÇÃO, 200, p. 133). O patrono da instituição, Benjamin Constant, foi um militar e político brasileiro que teve um papel importante no movimento político que resultou no processo de proclamação da República no Brasil (15 de novembro de 1889).

Figura 15– Retrato de Benjamin Constant Botelho de Magalhães.



Fonte: Conceição, (2007, p. 134).

Outro espaço importante que compunha o interior do prédio central era a cozinha, situada vizinha ao refeitório, dispunha de fogão de ferro movido à lenha e depois a óleo diesel. Para preparação do alimento o cozinheiro tinha que madrugar na cozinha. “Os internos também ajudavam na cozinha” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 136).

Na década de 1960, com o gradativo aumento do número de matrículas, o espaço e o uso dos equipamentos necessários ao atendimento dos internos precisaram se adequar, os antigos fogões a lenha foram substituídos por fogões a gás e os caldeirões foram substituídos por grandes painéis de pressão industrial em aço inox. Com a reforma do refeitório, iniciou-se o sistema de bandejão com seis divisões para colocação dos alimentos onde os internos eram servidos por funcionários e alunos escalados para servir, (CONCEIÇÃO, 2012).

Exaustores e máquinas para lavagem automática das bandejas foram instalados “e o sistema para manter os alimentos preparados aquecidos no momento de servir. Os cozinheiros tiveram que adaptar-se às novas tecnologias” (CONCEIÇÃO, 201, p. 136).

Mediante essas mudanças vimos que:

A definição desse espaço chamado escola, a sua arquitetura, a sua divisão em salas de aula, em anos de escolaridade, em um determinado currículo,

remetem a escolhas tecnológicas. Podemos dizer, portanto, que o trabalho escolar é um trabalho permeado pela tecnologia, ou se quisermos, pela técnica. Mas essas tecnologias não estão ligadas exclusivamente aos instrumentos, são por essência tecnologias sociais, pois expressam uma determinada cultura. Ao optarmos por usar uma outra tecnologia, realizamos escolhas e estas são históricas e culturais (MOLL, 2010. p. 292).

Estamos diante de um quadro inovador, à medida que novos equipamentos tiveram que ser inseridos para facilitar a vida humana, surge uma nova realidade em face às transformações e necessidade de conhecimento técnico científico e tecnológico.

As instalações sanitárias (banheiros e vasos sanitários) e o vestiário ficavam vizinhos ao dormitório coletivo. Os vãos sanitários eram separados por meio de paredes divisórias e portas. O vestiário era vizinho aos banheiros, onde os internos trocavam de roupa após o banho ou para se recolher ao dormitório. O vestiário continha diversos armários individuais que serviam para os internos guardarem os seus pertences. A rouparia ficava vizinha ao refeitório onde se colocavam as roupas dos internos, lá as roupas sujas eram lavadas e depois distribuídas, o espaço funcionava também como alfaiataria para confecção das fardas e conserto de roupas dos internos. Até o início da década de 1960, as roupas eram lavadas no riacho que passava próximo do edifício internato “as roupas dos alunos eram lavadas no rio” (SILVA, 2019). Desde os tempos de Patronato as roupas dos internos eram lavadas no rio que se situava próximo ao prédio central, essa ação de lavar as roupas no rio permaneceu conforme citado anteriormente até o começo do ano de 1960, já em meados de 1960 foi construído um espaço próprio para a lavanderia sendo a mesma equipada com grandes máquinas elétricas de lavar e secar.

No prédio central tudo era em um só lugar (dormitório, refeitório, sanitários, salões de aula), além dos espaços destinados a atividades administrativas, porém a maior parte dos espaços construídos no prédio central era destinada para a utilização do internato “no internato escolar o indivíduo passa a dormir, brincar, trabalhar, no mesmo local, com os mesmos co-participantes” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 22), até quando estes espaços foram designados para funções administrativas na década de 1964 com a transferência do dormitório coletivo para os pavilhões de alojamentos. Para Escolano (1998, p. 47), a arquitetura escolar “cumprе determinadas funções culturais e pedagógicas” e pode ser considerada como um currículo oculto, uma vez que “define o espaço em que se dá a educação formal e constitui um referente pragmático que é utilizado como realidade ou como símbolo em diversos aspectos do desenvolvimento curricular”. Em outras palavras o autor quer dizer que o “currículo

oculto” embutido na arquitetura escolar desempenha um papel importante na formação dos alunos, pois “o espaço não é neutro, sempre educa” (FRAGO E ESCOLANO, 1998, p. 75).

Neste sentido a configuração do espaço escolar, as práticas adotadas são representações sociais que implicam na organização do espaço em que se desenvolvem as relações sociais, e mantém um estreito vínculo com as intervenções sociais que se constituem em identidades. Os espaços do prédio central representam lugares “onde as memórias e as identidades adquirem materialidade” (PELEGRINI, 2007, p. 87) e refletem um guardião de significados presente em cada objeto, nos espaços vividos, nas práticas realizadas, nas comemorações, enfim, em tudo aquilo que constitui a história dos que ali passaram.

O prédio central, por ser um patrimônio histórico cultural da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE, caracteriza um lugar de memória uma vez que estabelece um elo entre os sujeitos que o vivenciaram e portam consigo as lembranças. Devemos lembrar que o passado também se faz presente nas memórias quando os indivíduos que fizeram parte dessa história relembram seus tempos de estudantes, de funcionários e relatam suas experiências, “Uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais” (POLLAK, 1989, p. 3).

Desta maneira, o tempo encarregado de mudar e transformar a história da humanidade encontra na memória a ponte de preservação das coisas que mudaram, mas permanecem nas lembranças, pois, pertence à memória estabelecer um vínculo entre o homem e o tempo histórico.

Para Le Goff (2003), a memória por ter a capacidade de conter e preservar informações, acaba contribuindo para que o passado não se perca. Dessa maneira, os relatos de ex-alunos e ex-funcionários a partir de suas impressões e lembranças do prédio central subsistem ao tempo e estão dotados de um sentimento de pertencimento e identidade enquanto indivíduos que relembram e contam a sua história “permitindo aflorar lembranças e formas de ser que constituem sua identidade” (CIAVATTA, 2012, p. 95). Diante disso, apresentamos nos apêndices (J, L, M, N, O) os perfis dos depoentes contendo: uma síntese biográfica e fotos deles.

Ao falar sobre os relatos das memórias, estas nos direcionam para a seguinte reflexão:

A identidade é um processo dinâmico, sujeito permanentemente à reformulação relativa às novas vivências, às relações que estabelecem. De outra parte, esse processo está fortemente enraizado na cultura do tempo e do lugar onde os sujeitos sociais se inserem na história que se produziu a

partir da realidade vivenciada, que constitui ela mesma um lugar de memória (CIAVATTA, 2012, p. 97-98).

Dessa forma, conhecer a história do prédio central suscitada a partir de lembranças evocadas pela existência desse patrimônio, ultrapassaram os anos e até hoje se fazem reflexos. Neste sentido, valorizar o patrimônio histórico cultural a partir de ações que possam contribuir com atitudes voltadas para a sua preservação é fundamental. Sendo assim, a educação patrimonial (seção que discorreremos a seguir), responsável pela disseminação de informação sobre o patrimônio cultural e sua preservação, se faz necessária na “formação” de sujeitos cumpridores de seus direitos e deveres.

5 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Educação Patrimonial visa promover tanto a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural quanto a utilização desse patrimônio como fonte de conhecimento e aprendizado. Instrumento importante de sensibilização da sociedade busca estimular e qualificar sua participação na preservação do patrimônio cultural. As ações educativas destinam-se a diferentes públicos e trabalham na direção do fortalecimento de identidades e da cidadania. A atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nesse campo não é recente, mas somente a partir da década de 2000 deixou de ser pontual, visando abrangência nacional. Desde sua criação, em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei n. 378, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas, os conceitos que orientam a atuação do instituto têm evoluído.

De acordo com o IPHAN⁹, Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de “patrimônio cultural”.

Para ampliar as ações nesse campo, o IPHAN realizou a capacitação de seus técnicos ao longo de 2008 e estimulou a criação de projetos pilotos em todos os estados, envolvendo comunidades, escolas, centros históricos, sítios arqueológicos, museus e bibliotecas. O grande desafio no setor é incluir o patrimônio cultural no currículo escolar, seguindo os passos do que vem ocorrendo com o tema meio ambiente. É preciso restabelecer o vínculo entre a educação e a cultura brasileira.

Um dos pressupostos de ampliação desse campo é a parceria com estados e municípios. O IPHAN realizou projetos de parceria com a rede escolar em cidades históricas como João Pessoa, Alcântara, São Luís e Laranjeiras, envolvendo a capacitação de

⁹O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cidadania que responde pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. O IPHAN nasceu como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) dentro do Ministério da Educação e da Saúde.

professores, a produção de material didático e a disponibilidade de seus técnicos para palestras e orientação de roteiros de visitação e de vivência.

Por muito tempo, o conceito de “patrimônio histórico e artístico” que orientou a ação do IPHAN limitou o foco da instituição a identificar e proteger bens destacados por sua excepcionalidade histórica monumental ou artística. Tal atenção esteve voltada à proteção do legado material de colonização portuguesa e do período imperial, concentrando a ação do IPHAN no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e nos estados em que estão presentes os maiores legados da cultura do açúcar, destacadamente Bahia e Pernambuco.

As discussões sobre a necessidade de atualização e ampliação do conceito de “patrimônio” capaz de alcançar os diversos legados históricos e culturais da trajetória brasileira tiveram início na década de 1970. Essa abrangência incluiu os legados da cultura indígena, da cultura afro-brasileira e da cultura popular de uma sociedade resultante de uma diversidade cultural constante.

Os legados reconhecidos como saberes, modos de fazer, celebrações e expressões artísticas estavam contemplados no projeto de criação do IPHAN elaborado por Mário de Andrade, “considerado pelos especialistas como pai fundador das políticas de preservação no Brasil, pois redigiu o anteprojeto que possibilitou a criação do SPHAN” (PELEGRINI, 2006, p. 64), porém não foram incorporados ao modelo adotado em termos de instrumentos de ação e metodologias de pesquisa, não sendo, portanto, alvo de pesquisa e preservação. Contudo, a Constituição Federal de 1988 foi um marco para a atualização da política de preservação do patrimônio no Brasil, instituindo em seu texto o conceito de “patrimônio” mais amplo e abrangente, como também as responsabilidades pela sua preservação e os instrumentos para efetivá-la. Tal conceito, de certa forma, retomou o que fora proposto por Mário de Andrade, nos seguintes termos:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, art. 216).

Quanto à responsabilidade na preservação do patrimônio cultural, o texto não apenas atribui competência comum à união, estados e municípios como também aponta a responsabilidade da comunidade no apoio à política de preservação. Em relação aos

instrumentos, o texto é modernizador ao não sinalizar o tombamento como instrumento central de proteção: “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.” (BRASIL, 1988, art. 216, § 1º, p. 142).

A partir da década de 2000 é que foram lançados os primeiros marcos de uma nova política de patrimônio: o Decreto n. 3551 (2000), que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, dando início às primeiras ações de inventário e registro (2002); o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (2004), lançado pelo Presidente da República à época, que institucionaliza e disponibiliza recursos para salvaguarda, apoio e fomento ao patrimônio imaterial; os primeiros tombamentos de áreas remanescentes de quilombos (2002), em acordo com a proteção a esses testemunhos, prevista na Constituição; o início do Programa Legados da Imigração, que resultou no tombamento de diversos bens relacionados à imigração alemã, italiana, ucraniana e polonesa em Santa Catarina (2007); o tombamento da casa de Chico Mendes, entendida como testemunho singular de um processo social relevante para o País (2008); a portaria de criação da chancela Paisagem Cultural (2009); o primeiro tombamento relativo à cultura indígena, protegendo como patrimônio nacional os locais sagrados dos povos do Xingu (2010); e, por fim, os primeiros tombamentos relativos ao patrimônio naval (2010), protegendo quatro embarcações tradicionais e o acervo do Museu Nacional do Mar.

A partir da referida década o IPHAN passou a atuar de forma a atender em termos de linhas e instrumentos de ação à efetivação de um novo conceito de “patrimônio”, mais consistente e alinhado à diversidade cultural brasileira, atualizando o que se entendia por “patrimônio histórico e artístico”, em direção a uma visão mais abrangente dos legados culturais presentes no Brasil. O País conta com um número muito maior de brasileiros que encontram na valorização de suas referências culturais um espaço para a participação social, bem como para a afirmação de sua identidade e cidadania. Sendo assim, o conceito de “patrimônio cultural”, as identidades e a memória coletiva tornaram-se imprescindíveis para ampliar o envolvimento e o comportamento da sociedade com a preservação de seu patrimônio cultural proporcionando com o incentivo e apoio do IPHAN, à prática de ações voltadas para a preservação do patrimônio cultural em âmbitos nacional e local.

5.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Através da Educação Patrimonial, é possível buscar formas de preservar o patrimônio, conhecer o passado e, assim, identificar o significado da memória para construir o presente. Desta forma o passado é preservado e conseqüentemente a conservação da memória.

A mediação educativa do uso público do patrimônio gera uma grande ferramenta para o desenvolvimento de políticas de turismo nas cidades, crescendo a atratividade e criando experiências turísticas culturais enriquecedoras. A Educação Patrimonial requer ações interdisciplinares que sejam eficientes e valorizem o potencial do patrimônio. A formação de educadores sobre a importância do patrimônio é de grande interesse para todos, pois este busca fortalecer identidades e mostrar para as pessoas que elas são sujeitos e agentes importantes na manutenção social, cultural, histórica da comunidade.

O envolvimento da sociedade na política de preservação é proporcional ao grau de conhecimento e informação a que tem acesso, assim como aos instrumentos de participação que lhe sejam disponibilizados. Por isso, a oferta da informação e a construção de instrumentos de participação social são hoje tarefas fundamentais na pauta dos órgãos de preservação (PORTA, 2012, p. 16).

Não existem dúvidas de que a Educação Patrimonial fortalece as culturas locais, sendo a memória a protagonista no processo de conscientização histórica e cultural dos indivíduos, ela parte do princípio de que o trabalho com a memória fortalece a comunicação com o passado e pode criar um reconhecimento por meio das atividades cotidianas. O trabalho da Educação Patrimonial possui como objetivo fazer com que crianças e adultos possuam um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural. “Não bastam a restauração, a conservação ou a documentação: um bem cultural é preservado quando tem uma função social e se degrada quando a perde. Reinserir um bem cultural na dinâmica social significa reforçar ou restabelecer essa função” (PORTA, 2012, p. 18).

Desde 1940, em Minas Gerais, já existiam ações de Educação Patrimonial, e ressaltavam-se a conscientização cultural, a valorização e a preservação do patrimônio. Porém, foi no ano de 1983, no 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial de Petrópolis (RJ), que a expressão “Educação Patrimonial” foi de fato introduzida no Brasil, como uma metodologia que embasava as ações educativas de valorização e preservação do patrimônio cultural inspirada no modelo da *Heritage Education* desenvolvido na Inglaterra (DIMENSTEIN, 2017).

Diante das perspectivas para a Educação Patrimonial, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram em 1999 o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, que se tornou o principal material de apoio para as ações educativas realizadas pelo IPHAN.

Segundo o IPHAN, Educação Patrimonial, 2014, “não paginado”

Todas as vezes que as pessoas se reúnem para construir e dividir conhecimentos, investigar para conhecer melhor, entender e transformar a realidade que as cercam estão realizando uma ação educativa. Quando tudo isso é feito levando em conta algo relativo ao patrimônio cultural, então se trata de Educação Patrimonial.

Atualmente, a Educação Patrimonial serve para fortalecer as identidades por meio de atividades educativas que visam conscientizar a sociedade sobre sua cultura local, os patrimônios da sua comunidade; conseqüentemente, gera uma preservação espontânea. Vale salientar que as ações de Educação Patrimonial são também um trabalho educacional: o ambiente escolar se mostra como um espaço de grande potencial.

Segundo os estudos realizados por Fratini (2009, p. 3):

A educação patrimonial pode contribuir de forma muito relevante para a democratização da cultura e ao acesso à informação, para a incorporação do patrimônio por toda a sociedade –não somente por alguns –, e para a formação de cidadãos capazes de se reconhecer como parte desse patrimônio histórico-cultural.

Os monumentos ou o patrimônio histórico precisam ser uma forma de unir o presente ao passado histórico, e devem fazer sentido em nosso cotidiano para a construção da noção de cidadania. A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, reforça a importância do patrimônio cultural para preservação da memória e constituição da identidade como uma necessidade básica do indivíduo e da coletividade.

Estudos realizados por Dantas (2010, p. 66) revelam que:

A memória é uma necessidade fundamental, pode-se afirmar que o direito à memória existe e consiste no poder de acessar, utilizar, reproduzir e transmitir o patrimônio cultural, com o intuito de aprender as experiências pretéritas da sociedade e assim acumular conhecimentos e aperfeiçoá-los através do tempo.

Sendo assim, é notável que a educação patrimonial é uma das ferramentas essenciais para a preservação da cultura, permitindo às futuras gerações melhor entendimento sobre sua própria identidade. O processo educativo tem como objetivo instigar os alunos a usarem suas

capacidades intelectuais para o alcance de conceitos e habilidades; sendo assim, por meio da Educação Patrimonial, o processo de ensino e aprendizagem pode ser ampliado para além do ambiente escolar: toda uma comunidade pode desenvolver o papel de despertar nos educandos o aprendizado sobre o processo cultural, e também a curiosidade, levando-os a compreender sua identidade cultural e a se reconhecerem como sujeitos da sua própria história.

Porta (2012, p. 15) ressalta que:

A importância da colaboração da comunidade na política de preservação, preconizada no texto constitucional, ganhou destaque no cotidiano do Iphan ao longo da década de 2000. Hoje ela é entendida como a principal diretriz orientadora da ação do instituto, aquela que deve ser perseguida com tenacidade, pois é determinante para a eficácia de qualquer ação de preservação.

Dessa forma, torna-se cada vez mais necessária a busca de soluções capazes de promover cursos de Educação Patrimonial com o intuito de incitar a participação da comunidade em direção à preservação do patrimônio cultural. Essa ação participativa da população tende a ser cada vez mais importante no que se refere aos seguintes aspectos:

1. identificação do patrimônio a ser conhecido e preservado;
2. fiscalização da conservação e do uso conferido ao patrimônio;
3. aporte de conhecimento;
4. contribuição para a formulação de ações pelos órgãos de preservação;
5. apresentação de projetos de preservação a serem aprovados com recursos públicos. (PORTA, 2012, p. 16).

Portanto, a importância do uso ou da função social de um bem cultural já é elemento reconhecido como fundamental para a política de preservação. Pouco a pouco essa importância vem sendo traduzida no instrumento de ação.

5.2 O PATRIMÔNIO NA SOCIEDADE

A identidade se manifesta através do nosso patrimônio cultural. O patrimônio é um conjunto de tudo o que se acumula na vida, seja material (construções físicas, objetos, fotografias, etc.) ou imaterial (expressões mais subjetivas como o fazer, o pensar, etc.). O patrimônio material ou imaterial eleva o desenvolvimento econômico e social das localidades, comunidades, cidades ou estados. Recorrendo ao dicionário do Aurélio, encontramos o significado de “patrimônio” como “herança paterna”; isso denota, em síntese, que patrimônio é um complexo de bens legados pelos nossos antepassados, representados não apenas no seu

sentido restrito de patrimônio, como elementos protegidos pelos órgãos oficiais e tombados, mas também na condição de bens que assumem outras dimensões.

“Patrimônio cultural” elemento da Educação Patrimonial, é para a sociedade tudo aquilo que lhe é mais representativo, assim como, toda manifestação e formas de expressão criadas pelo homem que vão passando para cada geração (HORTA; et al, 1999).

O reconhecimento do que será determinado como patrimônio cultural é definido conforme o conceito que se tenha de cultura e de relevância cultural, respeitando toda a história e as relações sociais, por isso tem-se tornado cada vez mais importante refletir sobre todas as formas de patrimônio cultural. Existiam conceitos construídos de que patrimônio seria apenas um bem tombado e reconhecido pela legislação vigente. Com o passar do tempo, essa noção foi se estendendo à diversidade cultural brasileira; dá-se, hoje, a abrangência de patrimônio a objetos, construções, manifestações, saberes e fazeres – assim obtiveram-se as expressões coletivas repassadas a cada geração.

Grunberg, (2007) ressalta que Patrimônio Cultural não é apenas o que herdamos de nossos antepassados; o patrimônio também é produzido no presente, como expressão de cada geração (chamado de patrimônio vivo): formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, culinária, meios de transporte, jogos, expressões artísticas e religiosas. Ressalta, ainda, que os bens culturais podem ser consagrados, protegidos por leis e decretos; ou não consagrados, que fazem parte do nosso dia a dia e revelam a cultura viva de uma comunidade.

O patrimônio é uma escolha social, também a resposta das atitudes humanas deixadas às gerações seguintes, sejam elas de caráter histórico, tradições de forma imaterial, ou até pinturas corporais. Se existem diversos tipos de patrimônio, portanto, compreender toda a transformação das produções humanas em patrimônio gera nos indivíduos uma condição cultural elevada, capaz de aumentar sua ação educativa e, por meio desta, criar condições de apresentar o patrimônio àquelas pessoas que ainda não o conhecem, a turistas, por exemplo.

Sendo assim, patrimônio cultural é a herança cultural acumulada ao longo do tempo pelos homens, integrante da história e realizações de uma sociedade; a qual passa a usufruir do patrimônio cultural, sendo responsável por cuidar e preservar para que cada vez mais esse bem seja valorizado, de forma que as gerações futuras possam recebê-lo nas melhores condições de vitalidade.

5.3 POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Para garantir o direito à memória, o poder público precisa criar ações para proteger o patrimônio cultural, assim como desenvolver políticas públicas educacionais eficientes.

Em 1972, a Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (UNESCO) adotou, em âmbito internacional, a política de Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, a qual tem o objetivo de incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade.

De acordo com o IPHAN, Patrimônio Mundial, 2014, “não paginado”

Cabe aos países signatários desse acordo indicar bens culturais e naturais a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. As informações sobre cada candidatura são avaliadas pelos órgãos assessores da Convenção (Icomos e IUCN) e sua aprovação final é feita, anualmente, pelo Comitê do Patrimônio Mundial, composto por representantes de 21 países. O Brasil ratificou a Convenção, em 1978.

O patrimônio cultural preza sempre a preservação e conservação de todos os patrimônios que pertencem à sociedade. Sem ele, com o passar do tempo, causas naturais ou atitudes mal planejadas podem levar à perda de sua função. Destruições sejam elas por vandalismo, guerras ou até pela alienação cultural, são uma grande perda para a sociedade.

Segundo Barretto (2003, p. 13),

Para proteger o patrimônio dessas ameaças, são necessárias políticas de preservação. Essas políticas não são neutras, espelham a ideologia dos que fazem as leis. Determinar o que é digno de preservação é uma decisão político-ideológica, que reflete valores e opiniões sobre quais são os símbolos que devem permanecer para retratar determinada sociedade ou determinado momento, donde os grandes questionamentos sobre quem tem ou deveria ter autoridade para decidir.

As atitudes educacionais geram conhecimento da comunidade, visto que a ligação com a memória possibilita o conhecimento a partir de uma consciência histórica. Existe uma relação entre a Educação Patrimonial e os museus: através destes, ocorre o processo de conscientização e, conseqüentemente, o desejo pela preservação desenvolvido pela experiência de vida dos participantes, gerando espaço para as memórias, através do falar e do ouvir.

Através de incentivos financeiros do governo federal, a exemplo do Programa Mais Educação, que tem como lema “mais cultura nas escolas”, as atitudes relacionadas à Educação Patrimonial estão ganhando destaque ao longo dos anos. Mesmo com todas as

dificuldades enfrentadas, a cultura local, a história, a memória das comunidades, das cidades têm saído da legislação, das prescrições curriculares e passado à prática de ensino. Com o passar do tempo, aumentou a quantidade de projetos e programas de políticas de preservação do patrimônio. Essas atividades de Educação Patrimonial visam incentivar práticas educativas patrimoniais conduzindo escolas e comunidade onde estão inseridas tornarem-se espaços educativos de preservação.

A Educação Patrimonial, por meio de práticas educacionais, realiza trabalhos coletivos que vão muito além de leis e decretos, envolvendo as comunidades que sabem da memória do lugar, da história que pode e deve ser construída a partir da experiência. Essa pode ser uma forma interdisciplinar de ensino que tem o patrimônio cultural como objeto de conhecimento; ela enriquece e fortalece “o conhecimento individual e coletivo de uma nação sobre sua cultura, memória e identidade” (DIMENSTEIN, 2017, p. 21).

A Educação Patrimonial possui uma atitude pedagógica segundo a qual o educando desenvolve um processo de construção do conhecimento. Ela é de grande importância na construção da cidadania, e envolve a comunidade na gestão do patrimônio. Vale ressaltar que as pessoas da comunidade também são responsáveis pela preservação e conservação dos bens patrimoniais. Para que ocorra a preservação do patrimônio é necessário identificar, valorizar e conhecer. Esse conhecimento pode ser adquirido através da Educação Patrimonial de forma que a comunidade seja conscientizada sobre a importância da preservação do patrimônio.

As atitudes educacionais devem ser uma ferramenta para valorizar a diversidade cultural e estimular a identidade local, colocando-se em prática toda a aprendizagem construída coletivamente. As políticas de preservação criam espaços de aprendizagem e também de interação que fazem com que os grupos sociais tenham uma reflexão voltada ao patrimônio respeitando sempre a diversidade sociocultural.

Para aumentar as chances de ações educativas por meio da preservação e valorização do patrimônio cultural, é de grande importância que as políticas públicas estejam interligadas às culturais, de turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas, para que seja possível enaltecer o processo pedagógico.

Vale salientar que, após alguns avanços, ainda é possível identificar problemas que dificultam a prática efetiva da Educação Patrimonial nas escolas: percebe-se a falta de uma política estatal de patrimônio direcionada à educação; precisa ser criada uma política de educação orientada à preservação do patrimônio e da memória. Ainda, existem poucas divulgações voltadas aos educadores que se refiram a assuntos sobre educação e cultura oferecendo alternativas para a prática cotidiana.

A Educação Patrimonial necessita de uma maior ampliação das suas capacidades na escola, pois é desta forma que serão construídos o respeito e a preservação do patrimônio cultural brasileiro, inclusive do patrimônio escolar que muitas das vezes é depredado necessitando do desenvolvimento de ações e campanhas de conscientização que busquem informar aos educandos sobre a importância de preservar um bem que pertence ao povo e danificá-lo irá tão somente prejudicar a atual quanto a futuras gerações que tem o direito de usufruir da melhor forma possível desse bem. A conscientização é uma das maneiras de se preservar o patrimônio escolar, pois é a partir da reflexão sobre o mau uso da escola e suas consequências, que atitudes conscientes podem brotar e trazer resultados positivos.

Todos são responsáveis por preservar o patrimônio escolar, importante para o valor da conservação da memória da escola e nos processos de construção de identidades.

Segundo Martins (2001, p. 15)

O patrimônio da escola não é constituído apenas pelos recursos materiais, a infra-estrutura, os equipamentos etc. Ele tem ainda uma dimensão imaterial, que pode ser percebida nos símbolos da escola, em sua memória, em sua história. Gerir o patrimônio escolar significa não apenas conservar o que se vê como, também, o que ele representa na vida da comunidade escolar e dos que a cercam.

Neste sentido, cabe a todos respeitar e reconhecer o legado do conjunto de bens culturais escolares como patrimônio histórico educativo, onde todos são responsáveis por sua preservação, pois tudo que constitui o espaço escolar a edificação arquitetônica, os mobiliários, os arquivos escolares, as práticas educativas adotadas, etc. são partes constituintes da história dos sujeitos e de suas relações entre o espaço e o tempo, importantes para a construção da identidade e da memória escolar.

As políticas de preservação do patrimônio têm como objetivo realizar uma interação das comunidades ao patrimônio, à memória, ao bem cultural, de forma agradável, prazerosa e até lúdica. É fundamental que os professores desenvolvam trabalhos sobre a Educação Patrimonial nas escolas, a fim de instruir os alunos a respeito do patrimônio cultural de sua comunidade. É possível despertar a conscientização sobre a importância de seus bens na construção de uma memória coletiva e, conseqüentemente, da preservação de suas riquezas culturais. Essas atitudes possibilitam à escola o estudo do patrimônio histórico e a consequente adoção de projetos de Educação Patrimonial. Estes, certamente criam uma possibilidade de valorização do patrimônio cultural inserido no ambiente escolar e em seu entorno, visto que é a partir do conhecimento que surge a iniciativa de preservação.

É de grande importância a preservação do patrimônio cultural para que o povo e sua cultura possam ser desenvolvidos e enriquecidos. As informações transmitidas pelos bens culturais de uma determinada época refletem crenças, gosto estético, condições sociais, econômicas, as ideias; todos os registros culturais permitem conhecer o grupo cultural e as expressões da sua cultura.

A preservação do patrimônio cultural permite o direito à memória individual e coletiva e possibilita que os indivíduos entendam o universo sociocultural em que estão inseridos.

No que concerne à Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil, O IPHAN completa neste ano de 2019, 82 anos de atividade, sendo, portanto, uma das mais longevas instituições públicas brasileiras e a primeira dedicada à preservação do patrimônio cultural na América Latina. O instituto trabalha árdua e ininterruptamente em parceria com a União, estados e municípios, a comunidade e o setor privado, buscando apoio e investimento na ampliação de uma rede de proteção e valorização do patrimônio. Vemos que ao longo de sua trajetória e com o apoio de órgãos estaduais e municipais, o IPHAN tem realizado e incentivado a difusão e a democratização do acesso ao conhecimento sobre o patrimônio cultural do País. O envolvimento social que atingiu ao se abrir para a diversidade cultural pertencente à nação brasileira foi, sem dúvida, o maior de todos os avanços alcançados pela Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural ao longo da década de 2000.

Os primeiros anos do IPHAN foram voltados à sensibilização da população quanto ao valor e à importância do acervo cultural representado pelos edifícios que compunham os núcleos tombados e pelos bens móveis neles existentes, com o desejo de proteger o que fosse possível, principalmente os bens excepcionais de pedra e cal, ou seja, a arquitetura monumental e as chamadas “cidades históricas”.

A Política de Preservação do Patrimônio no Brasil obteve um avanço significativo durante a década de 2000. Os princípios modernizadores instituídos pela Constituição de 1988, na década de 2000, se manifestaram em ação, conduzindo diversas inovações para a política de preservação do patrimônio. Essas inovações reelegeram o País a uma condição de vanguarda nesse campo, a qual já ocupara nos anos de 1930, quando criou uma das principais instituições de preservação do mundo: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

De acordo com Porta (2012, p.7), dentre os principais aspectos que constituem o avanço da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil, destacam-se:

1. a atualização do conceito de patrimônio, adequando-o à diversidade cultural brasileira;
2. a formulação de diretrizes para orientar a ação institucional, tendo como foco o envolvimento da sociedade, a promoção do desenvolvimento local e a potencialização das possibilidades de fruição do patrimônio cultural;
3. a abertura para novas áreas de atuação, de forma a abranger os diferentes legados da cultura brasileira;
4. a formulação e a implantação de novos instrumentos de ação;
5. a revisão das metodologias de trabalho;
- 6 o fortalecimento do órgão Nacional de Preservação para dar suporte à ampliação do campo de ação;
7. o esforço para construir instrumentos de ação conjunta e de gestão compartilhada do patrimônio entre união, estados e municípios;
8. o progressivo e substancial aumento do investimento em preservação e promoção de bens culturais.

No que respeita às diretrizes da Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural, elas resultam em experiência perceptível do IPHAN, de seus sucessos e insucessos a partir de uma análise das potencialidades, do alcance e dos limites dos instrumentos de preservação. Essas diretrizes visam à formulação e implantação dos programas de ações para preservar e promover o patrimônio cultural do País. Elas contemplam a atualização da política nacional quanto ao conceito de “patrimônio cultural”, quanto aos instrumentos de preservação e quanto à necessidade de contar com a participação da sociedade.

Segundo Porta (2012, p. 15), são quatro as diretrizes gerais da política de preservação:

1. participação social;
2. reinserção dos bens protegidos na dinâmica social;
3. qualificação do ambiente em que estão inseridos os bens culturais;
4. promoção do desenvolvimento local a partir das potencialidades do patrimônio cultural.

Essas orientações tendem a refletir sobre a atualização da política nacional com relação ao conceito de patrimônio cultural, quanto aos instrumentos de preservação como também a necessidade de contar com a participação da sociedade para alcançar aquilo que se tem como meta em prol da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

As discussões trazidas sobre a educação patrimonial e as políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, destacam-se e revelam expressivamente uma evolução no campo da preservação da memória social do país e no exercício da própria cidadania, constituindo-se como mecanismo fundamental para sanar ou minimizar a falta de conscientização da comunidade no tocante à importância de preservação do seu patrimônio cultural.

Neste sentido, entendemos que a educação patrimonial é de extrema importância e se faz necessária na formação integral do cidadão devendo a escola incorporá-la como proposta

pedagógica, constituindo-se num espaço privilegiado para o exercício da cidadania de nossos educandos por meio do conhecimento e valorização dos bens culturais que integram o patrimônio histórico nacional. Diante do exposto, vale ressaltar que o Instituto Federal de Sergipe (IFS) Campus São Cristóvão, não possui uma política voltada para a educação patrimonial.

6 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza descritiva e traz uma abordagem quali-quantitativa. Para o desenvolvimento das seções dispostas neste trabalho foram utilizadas fontes secundárias como: livros, artigos e dissertações abordando assuntos relacionados à instituição a qual está inserido o prédio central, especificamente aos espaços arquitetônicos objeto de investigação desta pesquisa, além de outras que pudessem dialogar sobre a arquitetura escolar. Inicialmente procuramos relacionar a edificação do prédio central, na figura do Patronato Agrícola São Maurício com as construções dos grupos escolares no governo do estado de Sergipe, Maurício Graccho Cardoso (1922-1926).

Porém, foi nos estudos voltados para a instituição em questão, que encontrei maior fonte de inspiração a saber: **A pedagogia de internar**: história do internato no ensino agrícola federal (1934-1967), Conceição, (2012); **Memórias do Aprendizado**: oitenta anos de ensino agrícola em Sergipe, Nascimento, (2004); **A Regeneração da Infância Pobre Sergipana no início do Século XX**: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas, Nery, (2006) e **A trajetória histórica da formação em economia doméstica na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (1952 a 1967)**, Oliveira, (2016). Encontrei seção especial em Nery, (2006) por ter realizado pesquisa sobre o Patronato Agrícola São Maurício (1924-1934), tendo abordado aspectos importantes sobre a organização e uso dos espaços nos tempos de Patronato agrícola e em Conceição, (2007, 2012) com a dissertação e o livro a Pedagogia do Internar: História do internato no ensino agrícola Federal (1934-1967) respectivamente, os quais destinaram uma seção específica sobre a organização espacial e predial do internato enfatizando o uso dos espaços arquitetônicos durante o período do Aprendizado Agrícola sob a administração do Ministério da Agricultura.

O lócus de investigação deste estudo é o prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE, atual Instituto Federal de Sergipe (IFS) Campus São Cristóvão, localizado à altura do KM 96 da BR 101 no povoado Quissamã do município de São Cristóvão/SE, onde procuramos abordar a respeito dos espaços arquitetônicos ressaltando as principais mudanças ocorridas durante o período de 1924 a 1964.

A pesquisa se qualifica como quali-quantitativa devido ao tratamento dado aos resultados da pesquisa por possibilitarem inferências qualitativas através de entrevistas semiestruturadas bem como as quantitativas devido ao uso de questionário com questões fechadas destinado à aplicação do produto educacional o que nos permitiu um apuramento de dados numéricos e estatísticos.

A abordagem qualitativa está diretamente vinculada ao objeto de estudo dessa pesquisa considerando que a partir dos dados qualitativos buscamos tratar os resultados deste estudo levando em conta conceitos e ideias que partem da experiência e vivências de terceiros. Sendo assim, foram convidados a participar da amostra para coleta de dados quatro personagens entre ex-alunos e ex-funcionários. Os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas envolvendo ex-funcionários e ex-alunos a saber: (dois ex-alunos que passaram em seguida a ser funcionários da referida instituição); (um ex-aluno); e outro ex-funcionário. As entrevistas foram todas gravadas em áudio e posteriormente transcritas à linguagem escrita, um dos entrevistados, ex-aluno que estudou no período de 1961 a 1967 tendo cursado o ginásio agrícola e o colegial agrícola passou pela experiência de dois momentos importantes na história do edifício internato, pois vivenciou o dormitório do edifício-internato (prédio central), que a partir de 1964 foi completamente desativado e o dormitório dos pavilhões de alojamento, construído em frente ao prédio central, o outro ex-aluno que participou da pesquisa teve passagem no período de 1959 a 1961 como aluno do curso Colegial Agrícola, os outros entrevistados passaram por experiência no prédio central pelo menos até marco final desta pesquisa (1964), quando o referido espaço ainda era caracterizado por edifício internato por concentrar em suas instalações os espaços específicos do internato, em especial o dormitório coletivo.

A escolha da técnica de entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, foi a mais viável por possibilitar aos entrevistados condições de estarem mais livres para apontar os seus pontos de vistas sobre assuntos relacionados ao prédio central. O roteiro da entrevista foi pautado nos seguintes questionamentos: a) Que lembranças têm do prédio central? b) O que continha nas instalações do prédio central durante o período que estudou e /ou trabalhou na instituição? c) Presenciou alguma mudança nos espaços arquitetônicos do prédio central? d) Como eram utilizados os espaços do prédio central? e) O que representou o prédio central? As vozes dos entrevistados serviram de suporte para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, bem como para confrontar com o referencial teórico metodológico levando-nos a entender melhor a realidade estudada.

Quanto à abordagem quantitativa esta é classificada devido à inferência dos dados quantitativos coletados através dos questionários utilizados na aplicação do produto educacional, instrumento este elaborado com questões fechadas, todavia com possibilidades para os avaliadores darem sugestões para possíveis melhorias do produto educacional que no caso, trata-se de uma cartilha digital intitulada “Configurações e usos do espaço escolar: uma abordagem sobre a arquitetura do prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São

Cristóvão-SE (1924-1964)”. O instrumento utilizado para avaliação do produto educacional foi constituído pelo Índice de Validade de Conteúdo (IVC) o qual tem por finalidade medir a proporção ou a porcentagem dos avaliadores que estão em concordância com os itens relacionados aos critérios de avaliação: **conteúdo, linguagem e ilustração**, permitindo inicialmente analisar cada item individualmente e em seguida o instrumento como um todo o qual indicará o grau de significância ou insignificância relativo ao critério de avaliação, (ALEXANDRE E COLUCI, 2011).

O referido instrumento (IVC) é organizado por uma escala do tipo Likert a qual prevê uma posição em quatro níveis avaliativos de graduação “(1) DISCORDO PARCIALMENTE”, “(2) DISCORDO TOTALMENTE”, “(3) CONCORDO PARCIALMENTE”, “(4) CONCORDO TOTALMENTE”, onde o escore do índice é calculado mediante a soma de concordância dos itens assinalados no questionário pelos avaliadores como: “(3) concordo parcialmente” e “(4) concordo totalmente” e o resultado é dividido pelo número total de respostas do item avaliado. Os itens indicados pelos níveis de pontuação “(1) discordo parcialmente” ou “(2) discordo totalmente” devem ser revistos ou eliminados.

Como coleta de dados, buscamos nas imagens fotográficas uma forma de contextualizar melhor o momento histórico, Joly (1994, p. 142) ressalta que: “a análise das palavras inspiradas pela fotografia [...] nos permite compreender a razão pela qual a fotografia, mais do que qualquer outra imagem pode engendrar o sonho e a ficção”, dessa forma as imagens utilizadas como fontes históricas nos auxiliam assim como os textos a interpretar um passado que parece estar presente por nos permitir acesso ao mundo social e remeter a representações e lembranças, além de atuar como uma forma importante de evidência histórica (BURKE, 2004). Dentre as imagens, uma em especial que se encontra localizada no hall de entrada do prédio central, retrata a primeira edificação do prédio na figura do “Patronato Agrícola São Maurício”. As fotografias em sua maioria foram cedidas pelo professor Dr. Joaquim Tavares da Conceição, e pelo professor Dr. Marco Arlindo Amorim Melo Nery, tanto dos seus acervos fotográficos quanto de suas dissertações de mestrado. Os espaços arquitetônicos ilustrados nas imagens indicam o contexto social em que viviam os alunos no prédio central, o significado das imagens depende do seu contexto social, (BURKE, 2004).

Coletamos dados também das fichas de matrículas de dois ex-alunos para compor os perfis dos depoentes (apêndices J e L) através do arquivo escolar mantido sob a guarda da Coordenação de Registro Escolar (CRE) antiga secretaria escolar tendo em vista alguns dados

não terem sido questionados no momento das entrevistas. Para Le Goff (2003), os documentos são marcados e selecionados para integrar o trabalho do historiador.

Como procedimento para coleta e análise dos dados, foi apresentada ao responsável pela instituição da pesquisa realizada, carta de anuência para assinatura, termo de Consentimento Livre e Esclarecido para submissão à Plataforma Brasil e após autorização do Comitê de Ética foram realizadas as entrevistas, todas gravadas em áudio, sendo três presenciais e uma por meio de aparelho celular, tendo em vista o entrevistado residir na cidade de Cariacica no estado do Espírito Santo. As transcrições completas das entrevistas se encontram nos apêndices do F ao I deste trabalho, os dados dos “depoimentos” encontram-se introduzidos no corpo da pesquisa e os perfis dos depoentes com fotos e síntese biográfica incluindo os dados de D. Marita Santos da Cruz (retratando a década de 1930), obtidos a partir da entrevista cedida à autora por Joaquim Tavares da Conceição, encontram-se nos apêndices do J ao O.

Por fim com o intuito de promover um instrumento didático-pedagógico para perpetuar a memória e valorizar o patrimônio institucional, foi desenvolvido um produto educacional com base na pesquisa configurado por uma cartilha nos formatos digital e impresso, intitulada “Configurações e usos do espaço escolar: uma abordagem sobre a arquitetura do prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1924-1964)”. O referido produto educacional foi aplicado no Instituto Federal de Sergipe Campus São Cristóvão a três grupos de avaliadores representados por discentes, docentes e técnicos administrativos, em seguida submetidos à avaliação através do questionário de avaliação.

O corpo discente foi representado pela turma do 1º ano “A” do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Agropecuária, (no parágrafo subsequente a este descrevemos a justificativa pela escolha da referida turma); Quanto aos representantes do corpo docente a escolha foi aleatória por meio de convite informal até alcançar o número de 6 participantes até porque sendo professores do Ensino Técnico Profissional e Tecnológico lecionam disciplinas integrantes das modalidades de ensino: integrado, concomitante, subsequente e superior, constituintes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) deste IFS Campus São Cristóvão. Para representar os técnicos administrativos foram convidados 6 servidores pertencentes ao quadro funcional desta instituição sendo 2 do cargo auxiliar de agropecuária, 1 do cargo auxiliar de cozinha (ambos ex-alunos da referida instituição), 1 bibliotecária, 1 assistente administrativo e 1 pedagoga. A escolha por 3 ex-alunos e 3 não ex-alunos, justifica-se pela “possibilidade” dos ex-alunos obterem um olhar mais crítico no momento da avaliação sobre

os itens relacionados à memória do prédio central, em relação aos não ex-alunos justamente por que eles terem vivenciado os dois momentos: como alunos e servidores.

O produto educacional foi inicialmente aplicado na turma do 1º ano A do Curso Técnico Integrado em Agropecuária no dia 9 de setembro de 2019 no turno da manhã durante a aula da disciplina de Artes ministrada pela professora Lindamar de Oliveira. Anterior à aplicação da cartilha digital foi mantida uma conversa prévia com o líder da turma sobre a apresentação da cartilha e entrega do termo de consentimento livre e esclarecido para distribuição aos menores de idade para assinatura dois pais e/ou responsável, bem como foi compartilhada (cartilha digital) no grupo da referida turma por meio de WhatsApp a fim de possibilitar a pré-visualização antes da apresentação propriamente dita. Posterior a esse processo, houve a apresentação da cartilha por meio de data show, e em seguida a distribuição do questionário de avaliação para quem desejou participar da pesquisa sendo que apenas 11 aceitaram participar. Foram avaliados os itens relacionados aos critérios de conteúdo, linguagem e ilustração, cada item com opção para as respostas: “discordo parcialmente”, “discordo totalmente”, “concordo parcialmente”, “concordo totalmente”. O resultado da avaliação encontra-se na subseção 7.4 “Apresentação dos Resultados da Aplicação do Produto Educacional”. A escolha pela turma do 1º A do curso Técnico de Nível Médio Integrado em Agropecuária justifica-se por fazer parte do componente curricular da 1ª série a disciplina de “Arte e Educação” sendo esta de abrangência a conteúdos que envolvem a questão do patrimônio cultural material e imaterial, levando-os a refletir melhor no momento de avaliar questões referentes ao prédio central quando este também se caracteriza como um patrimônio cultural material. As turmas do 1º ano são constituintes por (A, B, C e D), onde A e C pertencem ao curso Técnico Integrado de Nível Médio em Agropecuária, a turma B integra o Curso Técnico de Nível Médio em Agroindústria e a turma D faz parte do Curso Técnico de Nível Médio em Manutenção e Suporte em Informática. Contudo foi dada a liberdade a professora da disciplina Lindamar de Oliveira a escolher a turma para participar da aplicação e avaliação da cartilha tendo a mesma indicado a turma do 1º ano A.

A apresentação da cartilha aos representantes dos docentes e técnicos administrativos aconteceu mediante convite informal até alcançar o número de 6 docentes e 6 técnicos administrativos. Ao aceitaram participar da pesquisa foi feita uma breve explanação a respeito do produto educacional (cartilha digital), assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido e distribuição do questionário de avaliação para respostas dos itens relacionados aos critérios: “conteúdo”, “linguagem” e “ilustração” tendo como opção para cada item: “discordo parcialmente”, “discordo totalmente”, “concordo parcialmente” e “concordo

totalmente”. Após a visualização da cartilha digital disponibilizada por meio de WhatsApp, os participantes deram suas opiniões e sugestões a respeito da cartilha digital. O resultado da aplicação da cartilha encontra-se na subseção 7.4 “Apresentação dos Resultados da Aplicação do Produto Educacional”. Após submetido à banca examinadora para validação, o produto educacional constituído por uma cartilha digital será encaminhado para registro no ISBN – International Standard Book Number e seguinte a este processo, deverá ser depositado na Plataforma EDUCAPES e finalmente disponibilizada no site do Instituto Federal de Sergipe - IFS para acesso do público e em especial, servir de instrumento educativo para ser trabalhado pelos professores das diversas áreas de ensino a partir da perspectiva histórica. A escolha pelos representantes discentes, docentes e técnicos administrativos para avaliação do produto educacional, fundamenta-se por constituírem os segmentos que integram o Instituto Federal de Sergipe (IFS) Campus São Cristóvão.

7 PRODUTO EDUCACIONAL

Nos mestrados profissionais em ensino, categoria na qual o Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) está inserido a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), indica como produção para obtenção do título de mestre um produto educacional, passível de aplicabilidade e que possibilite melhoria na prática profissional das instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Dessa forma, em face da variedade de produtos educacionais previstos para o ensino, o produto educacional produzido com base nesta pesquisa considerando o objeto de estudo, se enquadra na categoria de material textual constituído por uma cartilha nos formatos digital e impresso intitulada: “Configurações e usos do espaço escolar: uma abordagem sobre a arquitetura do prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1924-1964)”, a qual tem por finalidade divulgar a história do prédio central enfatizando os espaços arquitetônicos durante o período (1924-1964) em que serviu de internato para os alunos contemplando informações relevantes para preservação da memória institucional.

7.1 ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A elaboração da cartilha digital seguiu o seguinte planejamento:

- **SISTEMATIZAÇÃO DO CONTEÚDO**

A cartilha digital é composta por conteúdos informativos ressaltando a trajetória dos espaços arquitetônicos do prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (SE), atual Instituto Federal de Sergipe (IFS) Campus São Cristóvão, durante o período de 1924 a 1964, enfatizando o seu surgimento e as principais mudanças ocorridas nas décadas de 1930, 1950 e 1960, incluindo, igualmente, o relato das memórias de alguns ex-alunos e ex-funcionários que vivenciaram alguma etapa do referido período.

O conteúdo da cartilha será estruturado da seguinte forma: Apresentação; Introdução; O surgimento do prédio central; Ante a denominação de Patronato Agrícola nasce o prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE; O dormitório coletivo do prédio central permaneceu no interior do prédio até o ano de 1964; Configuração do refeitório; A planta baixa do prédio central mostra suas divisões até 1948; Mudança na fachada do prédio central: construção do pavimento superior; O pátio do prédio central; O uso do prédio central para além do internato; Modificação dos espaços arquitetônicos na década de 1960:

transferência do dormitório do prédio central para os pavilhões de alojamentos; Um prédio e suas memórias.

- **SELEÇÃO DAS ILUSTRAÇÕES**

As figuras utilizadas na cartilha são do acervo da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, atual IFS-Instituto Federal de Sergipe Campus São Cristóvão/SE; Da dissertação do Profº. Dr. Joaquim Tavares da Conceição “A Pedagogia do Internar: Uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão/SE (1934-1967)” Conceição, (2007); da dissertação de Marco Arlindo Amorim de Melo Nery “A Regeneração da Infância Pobre Sergipana no início do Século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas”, Nery, (2006). Tais figuras integram o corpo do trabalho da dissertação.

- **MÉTODO UTILIZADO PARA A CONFECÇÃO DA CARTILHA DIGITAL**

A cartilha foi criada pelo profissional de Designer Gráfico, no formato vertical de 140 por 210mm com 300dpi de resolução e diagramado no Adobe InDesign CC, fechado para impressão no perfil de cor Uncoated FROGA29 (ISO1247-2:2004). Todas as imagens da cartilha foram criadas e editadas no Adobe Photoshop CC. A capa é uma manipulação da fotografia do prédio central. As fontes usadas na capa e edição da cartilha são Playfair Display para títulos e Georgia para textos corrido.

7.2 CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS DO PRODUTO EDUCACIONAL

O teor das informações contidas na cartilha representa um material educativo que esperamos possibilite ao público o acesso à história de um patrimônio cultural do início do século XX, como forma de preservar a sua memória e, consequentemente, a valorização da história institucional, podendo também ser utilizado como instrumento didático para os professores das diversas áreas de ensino trabalhar a partir da perspectiva histórica. Corroborando com esta ação, serão disponibilizados alguns exemplares impressos para a biblioteca viabilizar consultas e empréstimos, além do formato digital com possibilidade de disponibilidade na página eletrônica do Instituto Federal de Sergipe (IFS), fatores estes que contribuem para a preservação do patrimônio histórico cultural (prédio central) e consequentemente da identidade institucional, bem como para que as gerações futuras possam compreender e valorizar a instituição.

7.3 APRESENTAÇÃO E APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional constituído por uma cartilha digital intitulada “Configurações e Usos do Espaço Escolar: uma abordagem histórico-educativa do prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1924-1964)” foi apresentado e aplicado aos representantes do corpo discente, docente e técnico administrativo do Instituto Federal de Sergipe (IFS) Campus São Cristóvão da seguinte forma:

Aos representantes do corpo discente: para apresentação e aplicação da cartilha digital foi convidada a turma do 1º ano A do Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária.

No primeiro momento conversamos com a professora da disciplina de Arte Lindamar de Oliveira, a fim de solicitar o dia e horário em que a disciplina é lecionada para apresentação e aplicação da cartilha digital, comunicamos também ao líder da sala a intenção em apresentar a cartilha quando neste momento pedimos que fossem distribuídos os termos de consentimento livre e esclarecido para os pais e/ ou responsáveis autorizar a participação na pesquisa dos menores de idade; bem como o termo de assentimento livre e esclarecido para assinatura dos alunos (menores de idade), em seguida acordamos em compartilhar a cartilha digital por meio de WhatsApp para acesso e familiarização da turma com a mesma. Sendo assim, no dia 9 de setembro de 2019, na sala 1 do pavilhão pedagógico do (IFS) Campus São Cristóvão durante a primeira aula (07:30 às 08:20) da disciplina de Arte foi feita uma explanação sobre o trabalho a ser realizado, em seguida deu-se início a apresentação da cartilha digital por meio de data show, posterior a apresentação, foram distribuídos os questionários de avaliação para os menores que trouxeram os termos assinados pelos pais e/ou responsáveis bem como; os maiores de idade que participaram da avaliação da cartilha digital.

Aos representantes do corpo docente: a cartilha digital foi apresentada aos professores por meio do compartilhamento via WhatsApp, e posterior a visualização os professores fizeram a avaliação através do questionário de avaliação.

Aos representantes dos técnicos administrativos: a apresentação da cartilha digital aos técnicos administrativos aconteceu de maneira similar aos professores, sendo também compartilhada via WhatsApp e após visualização da mesma, o feedback da avaliação com a aplicação do questionário.

7.4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Pesquisadores da área de saúde preocupados em usar medidas e instrumentos confiáveis para determinado público tem utilizado como procedimento metodológico o Índice de Validade de Conteúdo (IVC), método bastante empregado em diversos estudos que objetivam a construção de cartilhas para os seus clientes (MELO, 2017; MOURA, 2018), estas pesquisas, dedicadas à área de saúde com aplicabilidade no uso do Índice de Validade Conteúdo (IVC) revelam a sua eficiência.

O IVC tem por finalidade medir a proporção ou porcentagem dos avaliadores “que estão em concordância sobre determinados aspectos do instrumento e de seus itens. “Permite inicialmente analisar cada item individualmente e depois o instrumento como um todo” (ALEXANDRE E COLUCI, 2011, P. 3065). O escore do índice é calculado baseado na soma de concordância dos itens que foram assinalados por “(3) concordo parcialmente” ou “(4) concordo totalmente” pelos avaliadores. Os itens apontados nos níveis de pontuação “(1) discordo parcialmente” ou “(2) discordo totalmente” devem ser revisados ou eliminados. No caso de seis ou mais avaliadores, a literatura recomenda o ponto de corte do IVC não inferior a 0,78 para considerar o material (cartilha) representativo e aceitável (ALEXANDRE E COLUCI, 2011).

Sendo assim, com base no Índice de Validade de Conteúdo (IVC) método que emprega uma escala tipo Likert com pontuação de um a quatro “(1) discordo parcialmente”, “(2) discordo totalmente”, “(3) concordo parcialmente”, “(4) concordo totalmente” (ALEXANDRE E COLUCI, 2011), elaboramos um questionário utilizando a referida escala (Apêndices– G, H, I), para aplicar a cada grupo de avaliadores.

Fórmula para o cálculo do IVC (ALEXANDRE E COLUCI, 2011, p. 3065).

$$IVC = \frac{\text{número de respostas "3" e "4"}}{\text{número total de respostas}}$$

Fórmula para calcular a porcentagem de concordância:

$$\% \text{ concordância} = \frac{\text{número de participantes que concordaram}}{\text{número total de participantes}} \times 100$$

A aplicação da cartilha digital: “Configurações e Usos do Espaço Escolar: uma abordagem histórico-educativa do prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1924-1964)”, reuniu três grupos de avaliadores (discentes, docentes e técnicos administrativos) os quais responderam o questionário de avaliação (apêndices G, H, I) apresentando suas opiniões de concordância parcial ou total; discordância parcial ou total

sobre os itens relacionados aos critérios de conteúdo, linguagem e ilustração da cartilha com espaços para sugestões no caso de haver discordância parcial ou total sobre algum item avaliativo e partir disso, apreciar a possibilidade de melhorias da cartilha.

Diante do exposto, apresentamos os perfis de cada grupo de avaliadores e na sequência, os resultados da avaliação através das tabelas representativas dos IVCs conforme o que segue:

Aplicação da cartilha aos representantes dos discentes

Para aplicação da cartilha convidamos a turma do 1º ano A do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Agropecuária onde fizemos uma explanação prévia do que traduz o produto educacional e em seguida apresentamos a cartilha digital por meio de data show. Dos 38 alunos integrantes da turma que frequentam o curso, estiveram presentes na sala de aula no momento da apresentação 24 alunos, desses, 11 alunos concordaram em participar da pesquisa de acordo com o perfil definido na tabela 1.

Tabela 1– Perfil dos avaliadores discentes

VARIÁVEL/SEXO	QUANTITATIVO	%
MASCULINO	2	18,18
FEMININO	9	81,82
VARIÁVEL/IDADE	QUANTITATIVO	%
De 15 a 17 anos	9	81,82
De 18 anos	2	18,18
VARIÁVEL/ CIDADE QUE RESIDE	QUANTITATIVO	%
AMPARO DO SÃO FRANCISCO	1	9,09
ITAPORANGA D’AJUDA	6	54,55
LARANJEIRAS	1	9,09
SÃO CRISTÓVÃO	2	18,18
NOSSA SENHORA DO SOCORRO	1	9,09

Fonte: Elaborada pela autora

De acordo com a variável sexo dos avaliadores, o gênero feminino predominou correspondendo a 81,82% sobre 18,18% do gênero masculino, com relação a variável idade a maioria possui entre 15 a 17 anos o que indica uma porcentagem de 81,82% com domínio sobre a idade de 18 que atinge 18,18%. A cidade de Itaporanga D’Ajuda é onde reside maior

número de alunos entre os participantes da pesquisa com 54,55%, isso decorre em função do convênio existente entre a instituição IFS Campus São Cristóvão e a prefeitura municipal de Itaporanga D'Ajuda. As cidades de Amaparo do São Francisco, Laranjeiras e Nossa Senhora do Socorro coincidiu no número de discentes avaliadores, cada uma com uma porcentagem de 9,09%, e São Cristóvão com 18,18% integrando os 100% de avaliadores discentes. Queremos esclarecer que os alunos das cidades circunvizinhas de Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, são alunos semi-residentes, ou seja permanecem na instituição no turno integral retornando para suas residências diariamente no final da tarde, quanto ao aluno da cidade de Amaparo do São Francisco, este é aluno do regime de residente, ou seja, permanece na instituição durante a semana retornando para a sua residência na sexta-feira no final da tarde. Nas tabelas 2, 3 e 4 apresentamos os resultados da avaliação da cartilha pelos representantes dos discentes:

Tabela 2 – Avaliação do critério conteúdo pelos discentes

Conteúdo	FREQUÊNCIA				IVC
	1	2	3	4	
O conteúdo da cartilha aborda informações importantes sobre o prédio central.			4	7	1
Os textos parecem claros e compreensivos			4	7	1
O título da cartilha é sugestivo.			6	5	1
O conteúdo da cartilha ajuda a entender a evolução das modificações dos espaços arquitetônicos do prédio central.			2	9	1
Considera importante o conhecimento sobre o prédio central, (no passado serviu de internato para os alunos).			1	10	1
IVC GERAL DO CONTEÚDO					1

Fonte: Elaborada pela autora

No critério conteúdo 100% dos avaliadores discentes concordaram com os itens avaliativos: no primeiro e segundo itens igualmente 36,36% concordaram parcialmente e 63,64% concordaram totalmente; no terceiro item 54,55% concordaram parcialmente, o que torna o item com maior fragilidade indicativo de uma possível alteração no título da cartilha e 45,45% concordaram totalmente, no quarto item 18,18% concordaram parcialmente e 81,82% concordaram totalmente. O quinto e último item (específico para os discentes) 9,09% concordaram parcialmente e 90,91% concordaram totalmente prevalecendo um número maior dos concordaram totalmente sobre os que concordaram parcialmente resultando um IVC = 1 o qual, representa um índice significativo e aceitável para validade da cartilha. Ressaltamos que o cálculo do IVC de cada item é realizado a partir da soma das respostas 3 e 4 e dividido pelo

número total de respostas e o resultado do IVC geral é calculado com base na média aritmética dos IVCs dos itens avaliados.

Tabela 3 –Avaliação do critério Linguagem pelos discentes

Linguagem	FREQUÊNCIA				IVC
	1	2	3	4	
O texto é atrativo e de fácil leitura.			7	4	1
As palavras são de fácil compreensão.			4	7	1
O tamanho das letras facilitam a leitura.				11	1
IVC GERAL DALINGUAGEM					1

Fonte: Elaborada pela autora

O critério linguagem coincidiu na avaliação dos discentes atingindo 100% sobre os itens avaliados. A avaliação dos itens obteve os seguintes dados quantitativos: o primeiro item foi avaliado com predominância de 63,64% de concordância parcial sobre 36,36% de concordância total, apesar de não haver discordância sobre o referido item, houve uma concordância parcial que excedeu a concordância total, sendo assim, existe uma probabilidade de mudança da cartilha para outra com mais atratividade. O segundo com prevalência de 63,64% de concordância total sobre 36,66% de concordância parcial e o terceiro e último item do critério “linguagem” superou os itens anteriores com prevalência de 100% de concordância total dos avaliadores discentes. Os itens avaliados, resultou no IVC GERAL= 1 correspondendo a 100% de concordância sobre os itens avaliados, representando um índice geral que classifica a validade da cartilha.

Tabela 4 –Avaliação do critério Ilustração pelos discentes

Ilustração	FREQUÊNCIA				IVC
	1	2	3	4	
As ilustrações ajudam no entendimento do conteúdo.			3	8	1
As ilustrações são importantes para retratar o passado histórico.			2	9	1
A capa é sugestiva.			4	7	1
IVC GERAL DA ILUSTRAÇÃO					1

Fonte: Elaborada pela autora

Coincidentemente o critério “Ilustração” também obteve um IVC GERAL= 1 equivalente a 100% o que torna o referido critério validado pelos avaliadores discentes mediante uma concordância geral dos avaliadores sobre os referidos itens. Individualmente os

itens alcançaram as seguintes porcentagens: o item “As ilustrações ajudam no entendimento do conteúdo” obteve uma concordância total de 72,73% com preeminência sobre 27,27% de concordância parcial. Quanto ao item “As ilustrações são importantes para retratar o passado histórico” este também alcançou um índice maior de concordância total com o domínio de 81,82% sobre 18,18% de concordância parcial. O último item “A capa é sugestiva”, obteve 36,36% de concordância parcial e 63,64% de concordância total, também com uma porcentagem superior de concordância total sobre a concordância parcial. Dessa forma, concluímos que o critério “Ilustração” superou o índice de concordância total sobre a concordância parcial, e como resultado geral obteve um IVC GERAL= 1 o que torna válido o critério avaliativo da cartilha com 100% de concordância.

Aplicação da cartilha aos representantes dos docentes

Para aplicação da cartilha foram convidados 6 (seis) docentes de ambos os sexos, idades variadas e tempo de trabalho distintos no IFS Campus São Cristóvão conforme demonstra o perfil apresentado na tabela 5.

Tabela 5 – Perfil dos avaliadores docentes

VARIÁVEL/SEXO	QUANTITATIVO	%
MASCULINO	3	50,00
FEMININO	3	50,00
VARIÁVEL/IDADE	QUANTITATIVO	%
≤ 30	–	–
≥ 30	6	100,00
VARIÁVEL/ TEMPO DE TRBALHO NO (IFS) CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO	QUANTITATIVO	%
≤ 10	4	66,67
≥ 20	2	33,33

Fonte: Elaborada pela autora

A variável sexo dos avaliadores docentes corresponde a mesma porcentagem, ou seja, (50,00 %) masculino e (50,00%) feminino, diferente da variável idade que variou entre 33 a 58 anos de idade com predominância sobre os que possuem acima de 40 anos, correspondendo a 100% a variável idade maior que 30 anos, com relação a variável tempo de trabalho no Campus São Cristóvão sobressaiu os que possuem menos de 10 anos equivalente a 66,67% o que se deve a uma política de expansão da rede federal de ensino que se deu com

a criação dos Institutos Federais de Educação a partir de lei nº 11.892/2008 e os que possuem mais de 20 anos proporcional a 33,33%. Nas tabelas 6,7 e 8 apresentamos os resultados da avaliação da cartilha pelos representantes dos docentes consoante o que segue:

Tabela 6 –Avaliação do critério conteúdo pelos docentes

Conteúdo	FREQUÊNCIA				IVC
	1	2	3	4	
O conteúdo da cartilha aborda informações importantes sobre o prédio central.			1	5	1
Os textos parecem claros e compreensivos			1	5	1
O título da cartilha é sugestivo.	1	1	2	2	0,67
O conteúdo da cartilha ajuda a entender a evolução das modificações dos espaços arquitetônicos do prédio central.			1	5	1
A cartilha é apropriada para uso como material de apoio didático pedagógico			2	4	1
IVC GERAL DO CONTEÚDO					0,93

Fonte: Elaborada pela autora

No critério conteúdo, apesar da concordância de 93% dos avaliadores o item “o título da cartilha é sugestivo”, ocorreu discordância parcial e total envolvendo 2 avaliações, correspondendo a 33,33% do total de avaliadores resultando um IVC= 0,67 na avaliação. Sendo assim, visto que a literatura considera uma taxa não inferior a 0,78 no caso de seis ou mais avaliadores (ALEXANDRE E COLUCI, 2011), o referido item deve ser revisto e modificado conforme sugestão dos avaliadores que discordaram. No entanto, a avaliação geral do critério conteúdo apresentou um IVC Geral de 0,93, valor considerado válido para o critério conteúdo pelos avaliadores docentes.

Tabela 7 –Avaliação do critério Linguagem pelos docentes

Linguagem	FREQUÊNCIA				IVC
	1	2	3	4	
O texto é atrativo e de fácil leitura.			2	4	1
As palavras são de fácil compreensão.			1	5	1
O tamanho das letras facilitam a leitura.			1	5	1
IVC GERAL DALINGUAGEM					1

Fonte: Elaborada pela autora

No critério linguagem 100% dos avaliadores docentes concordaram com os itens indicados para avaliação: no primeiro item 33,33% concordaram parcialmente e 66,67% concordaram totalmente; no segundo e terceiro itens igualmente 0,17% concordaram parcialmente e 0,83% concordaram totalmente, prevalecendo um número maior de concordância total sobre os que concordaram parcialmente resultando um IVC = 1 o qual, representa um índice significativo e aceitável para validade da cartilha.

Tabela 8 –Avaliação do critério ilustração pelos docentes

Ilustração	FREQUÊNCIA				IVC
	1	2	3	4	
As ilustrações ajudam no entendimento do conteúdo.			1	5	1
As ilustrações são importantes para retratar o passado histórico.				6	1
A capa é sugestiva.	1		1	4	0,83
IVC GERAL DO ILUSTRAÇÃO					0,94

Fonte: Elaborada pela autora

O critério ilustração obteve um IVC Geral equivalente a 0,94 o que torna o referido critério validado pelos avaliadores mediante uma concordância de 94% sobre os itens avaliados. Individualmente, os itens “As ilustrações ajudam no entendimento do conteúdo” e “As ilustrações são importantes para retratar o passado histórico” alcançaram IVC = 1 equivalendo a 100% de concordância. Com relação ao item “A capa é sugestiva”, este obteve uma discordância parcial com o seguinte comentário: “As letras do título estão sobrepostas as imagens, está pouco atraente para os jovens, um bom título e uma boa imagem estimulam a leitura” (D2). Sendo assim, conforme Alexandre e Coluci (2011, p. 3065) “os itens que receberem pontuação “1” ou “2” devem ser revisados ou eliminados”. Revendo o referido item conforme recomenda a literatura e ao mesmo tempo procurando atender a sugestão dos avaliadores, o título constante na capa da cartilha será alterado e um novo título constará na capa da segunda versão da cartilha. Dessa forma, em acordo com a sugestão do docente (D2) e com o intuito de tornar a leitura mais atrativa por entende-la como uma importante ferramenta para melhorar o desempenho no aprendizado de crianças, jovens e adultos o item “a capa é sugestiva” relacionado ao critério de ilustração foi revisto resultando numa capa mais atrativa e com um novo título que constará na versão final deste trabalho. Porém com relação a imagem, a mesma representa o objeto de estudo da pesquisa (prédio central durante o período de 1924-1964), sendo a imagem de 1970 o que justifica uma imagem antiga retratando a década de 1950 quando o prédio central ganhou um novo pavimento superior.

Ainda com relação à imagem foi realizado o tratamento da mesma pelo profissional fotógrafo resultando na imagem que constitui a capa da cartilha, o que justifica a imagem do prédio central na capa da cartilha não sendo possível descartá-la pois trata-se da maior referência histórica da instituição sendo ela, a mais antiga edificação dos Institutos Federais de Sergipe (IFS).

Entretanto, apesar da discordância parcial equivalente a 0,17 o que significa 17% de discordância, houve uma concordância de 0,83 com percentual de 83% sobre o item avaliativo. De modo geral o IVC = 0,94 auferido no critério de ilustração por meio da avaliação dos docentes, contempla a validação da cartilha. Diante do exposto e tendo em vista os resultados inferidos pelos IVCs a partir da avaliação dos critérios “Conteúdo”, “linguagem” e “ilustração” o qual obteve um índice geral de IVC = 0,96, (cálculo realizado com base na média aritmética dos referidos critérios de avaliação) a cartilha apontou para uma concordância de 96% sobre os critérios avaliativos, o que torna uma concordância representativa e consequentemente validada pelos avaliadores docentes.

Contudo, vale a pena ressaltar as declarações feitas por alguns docentes:

Entendo o valor histórico da cartilha e acredito que parte dela deveria compor um manual para ser entregue aos alunos que ingressam, dentro do manual o conteúdo desta cartilha abordaria o tópico “História da Instituição”. As cartilhas devem ser diagramadas para atrair um público que muitas vezes não está habituado a ler, por isso, entendo que deveria ter mais ilustrações e mais interatividade com o leitor **(D2)**.

A cartilha em questão, constitui-se num importante instrumento para a preservação da história do Campus São Cristóvão, sendo o prédio central, o complexo arquitetônico que outrora aglutinou as diversas atribuições e atividades no passado, como os alojamentos que hoje estão localizados em outro espaço. Sem dúvidas, trata-se de um produto educacional relevante à memória de uma instituição de ensino centenária, com reconhecimento social junto à sociedade, pela belíssima trajetória no campo da educação sergipana **(D3)**.

Sou ex-aluna do Curso Técnico em economia Doméstica. Agradeço ao Ensino Agrícola esta oportunidade na vida. Sou muito grata por ter vivenciado em minha adolescência os saberes e fazeres do mundo agrário. Lendo a cartilha fiquei muito emocionada, lágrimas encharcaram meus olhos. A educação família, vivenciada e educação recebida neste espaço engrandeceu minha alma, minha formação pessoal e profissional. Sou o que sou também por conta da escola. Não poderia ser diferente minha trajetória de vida! O produto educacional será de grande valia, relevância para uso nas atividades didático pedagógica na disciplina de Arte e Educação, especialmente na temática Patrimônio Material e Imaterial, Parabéns! **(D5)**.

Aplicação da cartilha aos representantes dos técnicos administrativos

Para aplicação da cartilha foram convidados 6 (seis) técnicos administrativos estando os mesmos nas funções: (gerente administrativo; gerente de apoio aos educandos; coordenador de alunos, pedagoga, bibliotecária e assistente administrativo), com perfil determinado pelas variáveis sexo, idade e tempo de trabalho no IFS Campus São Cristóvão segundo a tabela 9 abaixo.

Tabela 9 – Perfil dos avaliadores técnicos administrativos

VARIÁVEL/SEXO	QUANTITATIVO	%
MASCULINO	3	50,00
FEMININO	3	50,00
VARIÁVEL/IDADE	QUANTITATIVO	%
≤ 30	1	16,67
≥ 30	5	83,33
VARIÁVEL/ TEMPO DE TRBALHO NO (IFS) CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO	QUANTITATIVO	%
≤ 10	2	33,33
≥ 20	4	66,67

Fonte: Elaborada pela autora

A variável sexo dos avaliadores técnicos administrativos coincidiu na quantidade sendo (50,00 %) masculino e (50,00%) feminino, quanto a variável idade esta variou entre 28 a 55 anos predominando os que possuem acima de 30 anos correspondendo a (16, 67% e 83,33%) respectivamente, com relação a variável tempo de trabalho no Campus São Cristóvão prevaleceu os que detêm um tempo de trabalho acima de 20 anos representando (66,67%). Na sequência apresentamos os resultados da avaliação dos técnicos administrativos conforme as tabelas que seguem:

Tabela 10 – Avaliação do critério conteúdo pelos técnicos administrativos

Conteúdo	FREQUÊNCIA				IVC
	1	2	3	4	
O conteúdo da cartilha aborda informações importantes sobre o prédio central.				6	1
Os textos parecem claros e compreensivos				6	1
O título da cartilha é sugestivo.				6	1
O conteúdo da cartilha ajuda a entender a evolução das modificações dos espaços arquitetônicos do prédio central.				6	1
IVC GERAL DO CONTEÚDO					1

Fonte: Elaborada pela autora

A tabela 10 demonstra que o critério “Conteúdo”, conforme análise dos técnicos, por unanimidade apresenta um nível significativo de concordância geral de 100% tendo em vista a concordância de todos na avaliação. O cálculo do IVC geral de cada critério avaliado nesse estudo foi feito a partir da média aritmética. A avaliação realizada pelos técnicos quanto a linguagem da cartilha segue representada na tabela 11.

Tabela 11 – Avaliação do critério linguagem pelos técnicos administrativos

Linguagem	FREQUÊNCIA				IVC
	1	2	3	4	
O texto é atrativo e de fácil leitura.				6	1
As palavras são de fácil compreensão.				6	1
O tamanho das letras facilitam a leitura.				6	1
IVC GERAL DA LINGUAGEM					1

Fonte: Elaborada pela autora

A tabela 11 demonstra que o critério “Linguagem”, conforme análise dos técnicos apresenta um nível significativo de concordância geral de 100%, tendo em vista a concordância de todos na avaliação. O cálculo do IVC geral de cada critério avaliado nesse estudo foi feito a partir da média aritmética. A avaliação realizada pelos técnicos quanto à ilustração da cartilha segue representada na tabela 12.

Tabela 12 – Avaliação do critério ilustração pelos técnicos administrativos

Ilustração	FREQUÊNCIA				IVC
	1	2	3	4	
As ilustrações ajudam no entendimento do conteúdo.				6	1
As ilustrações são importantes para retratar o passado histórico.				6	1
A capa é sugestiva.			1	5	1
IVC GERAL DO ILUSTRAÇÃO					1

Fonte: Elaborada pela autora

Com relação ao critério ilustrativo da cartilha, este alcançou um índice de 100% de concordância na avaliação dos técnicos administrativos sendo que houve uma concordância parcial de 16,66 % e uma concordância total de 83,33 representando 99,99% de concordância sobre os itens avaliativos. Apesar de não haver discordância no critério ilustração, entre os itens avaliados o técnico **T4** avaliou o item “**A capa é sugestiva**” como “**concordo parcialmente**” deu a seguinte sugestão: “Quanto a capa poderia mostrar o antes e o depois já que é (1924-1964)”. No entanto a justificativa de não acatar a sugestão se dá pelo fato da ilustração da capa ser a representada pela edificação que mais perdurou durante a história do prédio central até os dias atuais, sendo portanto, a imagem do prédio central a maior referência da instituição Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE, atual Instituto Federal de Sergipe (IFS) Campus São Cristóvão.

Após terem visualizado a cartilha e respondido os questionários de avaliação os técnicos administrativos fizeram alguns comentários que vale ressaltar: O técnico **T1** disse: “Observando a cartilha voltei ao tempo e realmente a disciplina era muito rígida naquela época, ainda peguei uma disciplina rígida do tempo de Laonte Gama com o diretor conhecido por Chico Teco”, que assumiu a direção após o diretor Laonte Gama”;

O técnico **T5** relatou: Gostei muito da cartilha digital está dentro do contexto estudado, parabéns!”;

O técnico **T6** comentou: “Parabéns! Fiquei viajando no tempo aqui, fiquei imaginando uma exposição dela para os alunos internos e também a avaliação dela pelos assistentes de alunos, que hoje muitas vezes são vistos como esses “guardas de alunos” que se refere na história da cartilha”.

Diante do exposto, considerando o julgamento de avaliação pelos técnicos administrativos o IVC (Índice de Validade de Conteúdo) geral representou 100% (cem por

cento) mediante as concordâncias dos itens avaliados, dessa maneira, a cartilha digital foi considerada validada por esse grupo de avaliadores.

Tabela 13 – Resultado geral da avaliação da cartilha pelos representantes: discentes, docentes e técnicos administrativos

CRITÉRIOS	ÍNDICE DE VALIDADE DE CONTEÚDO (IVC)			PORCENTAGEM DE CONCORDÂNCIA(%)		
	DOCENTES	DISCENTES	TÉCNICOS	DOCENTES	DISCENTES	TÉCNICOS
CONTEÚDO	0,93	1	1	93	100	100
LINGUAGEM	1	1	1	100	100	100
ILUSTRAÇÃO	0,94	1	1	94	100	100

Fonte: Elaborada pela autora

A tabela 13 aponta a apuração geral dos critérios avaliados pelos representantes dos docentes, discentes e técnicos administrativos, sendo os resultados auferidos com base no índice de validade de conteúdo (IVC) e pela porcentagem de concordância acerca dos critérios avaliados.

Diante do resultado geral apresentado a partir da avaliação dos representantes docentes, discentes e técnicos administrativos sobre a avaliação da cartilha *“Configurações e usos do espaço escolar: uma abordagem sobre a arquitetura do prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1924-1964)”* podemos conferir a validade da cartilha estando portanto, apta a servir de instrumento didático pedagógico, bem como, a ser publicada no site eletrônico do Instituto Federal de Sergipe-IFS para acesso e conhecimento do público acerca da história do prédio central como forma de preservar e valorizar a memória institucional.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período de 1924 a 1964 os espaços arquitetônicos do prédio central agregaram funções administrativas e pedagógicas tendo em vista o funcionamento da administração da escola composta pela direção e funcionários e o internato dos alunos constituído por espaços específicos para o internamento a exemplo do dormitório coletivo, o refeitório, a cozinha, a rouparia, o vestiário, e as instalações sanitárias, além das salas de aula que funcionaram no interior do prédio até o início da década de 1950. No decurso do referido período o exercício do poder disciplinar exercido por uma equipe dirigente formada pelo diretor, inspetor e guarda de alunos mantinha os espaços sob uma vigilância rígida e controle do uso do tempo e dos espaços instituídos por imposições de regras e controle do uso do tempo e dos espaços.

No Patronato Agrícola São Maurício (1924-1926), o qual recebeu outras denominações: Patronato Agrícola Francisco de Sá (1926-1931), e Patronato Agrícola Cyro de Azevedo (1931-1934), a função disciplinar designada a formar corpos dóceis e civilizados através da educação e do trabalho permaneceu inflexível. O modelo implantado no Patronato Agrícola tinha a função de atender crianças carentes e abandonadas que viviam pelas ruas a fim de reintegrá-las à sociedade e transformá-las por meio de uma educação disciplinar e pelo trabalho agrícola. Certamente, o controle para manter a ordem e a disciplina tão acirradas esteve relacionado a questões político-ideológica que via na educação a solução para resolver os problemas sociais com o intuito de promover o progresso e a modernidade presentes nos ideais republicanos.

Contudo, a ênfase dada aos padrões regenerativos os quais buscavam incutir valores cívicos e morais em detrimento à formação agrícola elementar prevista no regulamento da instituição, ocasionou a queda do Patronato Agrícola de Sergipe cujo modelo fora definido e organizado para cumprir uma dupla finalidade: a de recuperar crianças carentes e abandonadas proporcionando uma educação adequada para vida em sociedade e uma formação agrícola eficiente para a vida produtiva.

Nesse contexto, no ano de 1934 o Patronato Agrícola de Sergipe, foi federalizado e vinculado ao Ministério da Agricultura sendo implantado em seu lugar o Aprendizado Agrícola de Sergipe. A partir daí conforme foi se desenvolvendo outros modelos de ensino os espaços arquitetônicos do prédio central foram sofrendo mudanças significativas mediante sucessivas reformas e adaptações a exemplo da construção do pavimento superior, mudanças das salas de aulas para o pavilhão pedagógico construído anexo ao prédio central, transferência do dormitório coletivo para os pavilhões de alojamentos construídos em frente

ao referido espaço etc. Dentre as mudanças consideramos como as principais: 1) a construção do pavimento superior do edifício internato (prédio central) como uma grande reforma que durou cerca de dois anos sendo iniciada em 1948 e concluída em 1950, essa construção não foi por acaso tendo em vista que obedeceu ao tipo padrão para atender as diretrizes estabelecidas pela Divisão de Obras do Ministério da Agricultura devendo o modelo arquitetônico seguir o mesmo estilo que deveria ser aderido por todos os estabelecimentos federais de ensino agrícola do Ministério da Agricultura; 2) transferência do dormitório que funcionava no interior do prédio central para os pavilhões de alojamentos, quando a partir de então o espaço do dormitório passou a cumprir outras finalidades neste caso administrativas deixando de funcionar como edifício-internato devido o dormitório dos alunos não mais funcionar neste espaço passando então a ser denominado de prédio central administrativo.

Diante do exposto, vimos no prédio central um espaço repleto de história construído na década dos anos vinte do século XX, onde inicialmente destinou-se a finalidades de regenerar e preparar mão de obra para o trabalho agrícola, tão crucial para aquele momento histórico quando desenvolvia uma prática pedagógica voltada para regeneração de crianças pobres consideradas perigosas a fim de reintegrá-las na sociedade. Diante das mudanças em todas as áreas o caráter assistencialista destinado a crianças carentes passou a assumir outra dimensão em virtude das mudanças e dos novos modelos de ensino implantados na instituição. O mergulho no Prédio Central da Escola Agrotécnica Federal de Sergipe, atual, Instituto Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão revelam formas arquitetônicas peculiares frutos de períodos relevantes de sua trajetória histórica.

Apesar de ter sofrido notáveis transformações por ocasião de algumas reformas o prédio central ainda conserva a estrutura e traços marcantes daquela época revelando muitos indícios do seu passado. Trata-se de um patrimônio histórico cultural rico de memórias, e de grande significação simbólica capaz de promover o fortalecimento de sentimentos de pertencimento e identidade que induzam a sua sustentabilidade como função social. Neste sentido, a educação patrimonial no ambiente escolar se faz necessária por entendemos que a escola deve incorporá-la como proposta pedagógica, por constituir-se num espaço privilegiado para o exercício da cidadania dos educandos por meio do conhecimento e valorização do patrimônio histórico escolar.

Dessa forma, é importante preservar o “**Prédio Central**” da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE, atual IFS Campus São Cristóvão para garantir que a sociedade tenha a oportunidade de conhecer a sua própria história e de outros, pois este permite estimular a memória das pessoas que em algum momento da história estiveram vinculadas a

ele tornando-o um local privilegiado onde as memórias adquirem materialidade. Infelizmente em nosso país pouco se valoriza a preservação do patrimônio cultural, quantas arquiteturas são destruídas para a construção de novas edificações. Vimos o prédio central como um lugar de memórias onde tudo que o constitui faz parte da memória coletiva enquanto indivíduos e grupos sociais fizeram e se fazem presentes nessa história.

Diante do exposto, o produto educacional previsto para este mestrado profissional vinculado ao Programa em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) elaborado a partir desta pesquisa, materializado em forma de cartilha digital, contribui para retratar o passado histórico do prédio central durante o período em que serviu de internato para os alunos (1924-1964) ao tempo em que possibilita a divulgação desse patrimônio histórico cultural quase centenário sendo a edificação mais antiga de todo o Instituto Federal de Sergipe (IFS) de grande relevância para a memória e valorização institucional.

Por fim, queremos ressaltar que este trabalho integra outros tendo em vista que estudos voltados para a referida instituição também abordam aspectos a respeito do prédio central, porém, este, se propõe estritamente a retratar sobre a trajetória histórica dos espaços arquitetônicos do prédio central especificamente durante o período de 1924-1964. Buscamos fazer referências aos usos dos espaços, e de sua importância na vida de muitos alunos e funcionários que deles se serviram. Acreditamos que novos estudos sobre esta temática poderão e deverão ser realizados, pois esta produção acadêmica não tem a intenção de ser a única tendo em vista que novas fontes poderão ser encontradas, possibilitando um amadurecimento no aprendizado acadêmico. Estamos certos da existência de lacunas que deixaram de ser concluídas, porém diante dos obstáculos e desafios buscamos dissertar sobre questões que no nosso ponto de vista são oportunas para este estudo assim como para os que ensejarem dar continuidade a este tema.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Neusa Maria Costa; COLUCI, Marina Zambon Orpinelli. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(7), 3061-3068, 2011.

Aurélio, Dicionário do. Patrimônio: significado. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/patrimonio>> Acesso em: 15 de maio de 2019.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Nos majestosos Templos de Sabedoria: a implantação dos grupos escolares em Aracaju**. São Cristóvão. 148p. Monografia (Graduação em História). DHI, CECH, UFS, 2003.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Arquitetura e grupos escolares em Sergipe: uma relação entre espaço e educação na escola primária. **Revista Outros Tempos**. Dossiê História e Educação. Vol. 7 n. 10, dez/2010.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **A modernidade no governo Graccho Cardoso (1922-1946) e a reforma educacional de 1924 em Sergipe**. 2. Ed. Natal, RN:EDUFRN, 2015.

BARRETTO, Margarita. Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento. 4. ed. Campinas: Papirus, 2003.

BECHARA, Evanildo. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

BENJAMIN CONSTANT. Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/biografias/benjamin_constant.htm> Acesso em: 06 de agos. 2019.

BERGER, Miguel André. **A instrução pública em Sergipe na era da modernidade: analisando a trajetória dos grupos escolares**. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/186.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2019.

BISPO, Luana Maria Cavalcanti. A educação patrimonial e suas práticas de incentivo às culturas locais. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/viewFile/14619/10256> Acesso em: 16 de maio de 2019.

BOEIRA, Daniel A. Alunos ou prisioneiros? O caso do patronato agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930). Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, agosto de 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278296755_ARQUIVO_Alunosouprisioneiros-textocompleto-fazendogenero2010.pdf> Acesso em: 31 mai. 2019.

BOEIRA, Daniel A. Menoridade, historiografia e cultura escolar no patronato agrícola de Anitápolis S/C (1918-1930). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011. Disponível em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307738959_ARQUIVO_TextofinalAnpuh2011-DanielA.Boeira.pdf> Acesso em: 10 abr. 2019.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Decreto-lei de nº 25, 30 de novembro de 1937. Organização do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

BRASIL. Constituição (1988): **República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988>>. Acesso em: 16 fev.2019.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**. História e imagem. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: EDUSC, 2004. 270 p.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. 2005. Disponível em:<<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>> Acesso em: 4 mar. 2019.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **A pedagogia de internar: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1934-1967)**. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. UFS. 2007.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **O Controle do Espaço, do Tempo e das Atividades no Internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE**. Revista Tempos e Espaços em Educação, UFS, v. 1, p. 57-70 jul./dez. 2008.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **A pedagogia de internar: história do internato no ensino agrícola federal (1934-1967)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Cerimônias de homenagens ao “fundador da República brasileira” realizadas na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1939-1960). **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 34, p. 225-241, maio/ago. 2016.

COSTA, Korina; MOREIRA, Maria de Fátima Salum; SANTOS, Genivaldo de Souza. **A Arquitetura Escola no Brasil: um abrigo para as práticas de poder**. Belo Horizonte, novembro de 2014.

DANTAS, Fabiana Santos. **Direito Fundamental à Memória**. Curitiba. Juruá Editora, 2010.

DIMENSTEIN, Dora. **Educação patrimonial, memória e cidadania**. Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/22224/1/Dora%20Dimenstein.pdf> Acesso em: 16 de maio de 2019.

DÓREA, C. **Anísio Teixeira e a arquitetura escolar**: planejando escolas, construindo sonhos. Revista da FAEEVBA. Salvador, n. 13, p. 151-160, jan/jun. 2000.

FERNANDO, Sérgio Manuel Coelho; REIS, Dércio Cardoso. Os Grupos Escolares Sergipanos como Símbolo do Progresso. 8º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação. **ANAIS ISSN: 2179-4901**. outubro de 2017.

FILHO, Luciano Mendes de Faria; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. mai/jun/jul/ago 2000 nº 14. Disponível em <[http:// www. Scielo. br/ pdf / rbedu/ n14 a 03](http://www.scielo.br/rbedu/n14a03)>. Acesso em: 10 fev. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão, 24. ed. Petrópolis: vozes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FRAGO, A. V. e ESCOLANO, A. **Currículo, Espaço e Subjetividade**: A Arquitetura como programa. Rio de Janeiro, Editora DP & A. 1998, 152 p.

FRATINI, Renata. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVOS. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 34, 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia05/texto05.pdf>> Acesso em 17 de maio de 2019.

GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: edições Vértices, 1990.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Educação Patrimonial**: Histórico, Conceitos e Processos, 2014. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf> Acesso em: 16 de fev. 2019.

IPHAN. **Educação Patrimonial**, 2014. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>> Acesso em: 16 de fev. de 2019.

IPHAN. **Patrimônio Mundial**, 2014. Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24>> Acesso em: 16 de fev. de 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende. Progestão: Como gerenciar o espaço físico e o patrimônio da escola? Módulo VII. Brasília: Consed, 2001. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/documentos/plano-de-gestao-escolar-409/processo2016/progestao-modulos-atividades/4362-modulo-vii-como-gerenciar-o-espaco-fisico-e-o-patrimonio-da-escola/file>>Acesso em: 05 de jun. de 2019.

MELO, Alessandro de. CARDOZO, Poliana Fabiula. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-01059.pdf>> Acesso em: 16 de maio de 2019.

MELO, Ingrid Almeida. **Validação de um manual educativo como tecnologia de enfermagem para pessoas com Diabetes Mellitus tipo 2**. 2017. 184 p. Dissertação de Mestrado em Enfermagem, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão –SE, 2017.

MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Jayne Ramos Araújo. **Construção e validação de cartilha educativa para prevenção do excesso de peso em adolescentes**. 2018. 96 p. Dissertação de Mestrado em Ciências da Saúde, Universidade Federal do Piauí – Teresina, 2018.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Memórias do Aprendizado: oitenta anos de ensino agrícola em Sergipe**. Maceió: Edições Catavento, 2004.

NERY, Marco Arlindo Amorim. **A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. Aprendizados e patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 2, p. 25-32 jan./jun. 2009.

OLIVEIRA, Ana Carla Menezes de. **A trajetória histórica da formação em economia doméstica na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (1952 a 1967)**. Aracaju: IFS, 2016.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n51/07.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2019.

PELEGRINI, Sandra C. A. O Patrimônio Cultural no discurso e na lei: TRAJETÓRIA DO DEBATE SOBRE A PRESERVAÇÃO NO BRASIL. In: **Patrimônio e Memória UNESP-FCLAs-CEDAP**, v. 2, n. 2, 2006 p. 54-77. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/37>> Acesso em: 08 mar. 2019.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. In: **Patrimônio e Memória UNESP-FCLAs-CEDAP**, v. 3, n. 1, 2007 p. 87-100. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/33/459>> Acesso em: 08 mar. 2019.

POLLAK, Michael. **Memória esquecimento e silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PORTA, Paula. **Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil**: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010. Brasília, DF: IPHAN/Monumenta, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivCol_PoliticaPreservacaoPatrimonioCulturalBrasil_m.pdf> Acesso em: 20 de maio de 2019.

RABELO, R. C.; GUTJAHR, A. L. N.; HARADA, A. Y. Metodologia do Processo de Elaboração da Cartilha Educativa “O papel das Formigas na Natureza”. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer-Goiânia, v.11 n.21 p. 2769-2777. 2015. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2015b/multidisciplinar/a%20cartilha.pdf>> Acesso em: 30 de maio de 2019.

RAIMANN, E. G.; RAIMANN, Cristiane. **Arquitetura e Espaço Escolar na Produção de Subjetividades**. *Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí - UFG*. Vol. II - n. 5 jul/dez/2008 ISSN: 1807-9342.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade**: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926). São Cristóvão: editora UFS, 2013.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Sob o Vão da Águia**: os grupos escolares em Sergipe nos tempos de Graccho Cardoso (1922-1926). Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/vi-ennhe/anais/trabalhos/eixo_2/submissao-14648017332701472992328691.pdf> Acesso em: 28 abr. 2018.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Aos Pés da Águia Alada**: os grupos escolares e a infância Sergipana nos tempos de Graccho Cardoso (1922-1926). *Interfaces Científicas – educação- Aracaju*. V.2 - N3. P.59-70 – jun.2014.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira; AZEVEDO, Crislane Barbosa. **Escola da ordem e do progresso**: grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte. Brasília: Liver Livro, 2012.

VIÑAO, Antonio. Espaços, usos e funções; a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Maucus Levy (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

ENTREVISTAS

BRAÚNA, Aloisio dos Santos. Entrevista concedida à autora em e 5 de maio de 2019.

CRUZ, Marita dos Santos. Entrevista concedida a Joaquim Tavares da Conceição em 4 de janeiro de 2006.

LIMA, João Ferreira. Entrevista concedida à autora em 30 de abril de 2019.

SANTOS, Ademilson Vieira. Entrevista concedida à autora em 30 de abril de 2019.

SILVA, Laonte Gama da. Entrevista concedida à autora em 20 de maio de 2019.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL



Organização e elaboração do texto:

Ana Lúcia Silva Santos

Orientador:

Marco Arlindo Amorim Melo Nery

Apoio:

Joaquim Tavares da Conceição

Karine Lessa Dantas

Petrovsk Faro Leite Rolemberg

Designer gráfico e diagramação:

Rafael Silva

Aracaju, Sergipe

2019

Lista de Figuras

Figura 1 – Maurício Graccho Cardoso, presidente do estado de Sergipe no período 1922-1926.	- 10
Figura 2 – São Maurício, soldado de Tebas que morreu como mártir da fé cristã.	- 13
Figura 3 – Aspecto do Patronato Agrícola São Maurício – 1924.	- 14
Figura 4 - Sala de aula no Patronato São Maurício.	- 16
Figura 5 – Aspecto do dormitório do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant em 1940.	- 18
Figura 6 – Configuração do Refeitório.	- 19
Figura 7 – O pátio do prédio central no tempo de Patronato São Maurício.	- 20
Figura 8 – Planta baixa do edifício-internato.	- 21
Figura 9 – Fachada do edifício-internato do Colégio Agrícola Benjamin Constant 1970.	- 23
Figura 10 – Alunos na formatura defronte ao edifício-internato para as homenagens ao patrono Benjamin Constant (18/10/1956).	- 24
Figura 11 – Retrato de Benjamin Constant Botelho de Magalhães (acervo do Instituto Benjamin Constant).	- 25
Figura 12 – Visão panorâmica do Colégio Agrícola Benjamin Constant em 1960.	- 27
Figura 13 – Ex-aluno e ex-funcionário Ademilson Vieira Santos.	- 29

Figura 14 – Ex-aluno Aloisio dos Santos Braúna. - **30**

Figura 15 – Ex-aluno e ex-funcionário João Ferreira Lima. - **31**

Figura 16 – Ex-funcionário Laonte Gama da Silva. - **33**

Figura 17 – Ex-funcionária Marita Santos da Cruz. - **34**

Sumário

Apresentação	- 8
Introdução	-9
O Surgimento do Prédio Central.	- 10
Ante a Denominação de Patronato Agrícola São Maurício Nasce o Prédio Central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE.	- 14
O Dormitório Coletivo do Prédio Central Permaneceu no Interior do Prédio até o Ano de 1964.	- 18
Configuração do Refeitório.	- 19
O Pátio do Prédio Central.	- 20
A Planta Baixa do Prédio Central Mostra Suas Divisões até 1948.	- 21
Mudança na Fachada do Prédio Central: Construção do Pavimento Superior.	- 22
O Uso do Prédio Central Para Além do Internato.	- 24
Modificação dos Espaços Arquitetônicos na Década de 1960: Transferência do Dormitório do Prédio Central Para os Pavilhões de Alojamentos.	- 27
Um Prédio e Suas Memórias	- 29
Pensamento	- 36

Referências	- 38
Entrevistas	- 40

Apresentação

Esta cartilha é um produto educacional integrante e fruto da dissertação intitulada “Configurações e Usos do Espaço Escolar: Uma Abordagem Histórico-Educativa do Prédio Central da Escola Agrotécnica Federal De São Cristóvão-Se (1924-1964)”, uma proposta do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) coordenado pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), sendo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) uma das instituições associadas (IAs).

Este produto educacional tem como objetivo ressaltar a trajetória dos espaços arquitetônicos do prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (SE), atual Instituto Federal de Sergipe (IFS) *campus* São Cristóvão, durante o período de 1924 a 1964, enfatizando seu surgimento e as principais mudanças ocorridas nas décadas de 1930, 1950 e 1960, incluindo, igualmente, o relato das memórias de alguns ex-alunos e ex-funcionários que vivenciaram alguma etapa do referido período. Salientamos que o prédio central é a mais antiga edificação do IFS ainda em funcionamento.

O teor das informações contidas nesta cartilha representa um material educativo que, esperamos, sirva de instrumento pedagógico a ser trabalhado pelos professores das diversas áreas de ensino a partir da perspectiva histórica, bem como possibilite ao público o acesso à história de um patrimônio histórico cultural do início do século XX, como forma de preservar sua memória e, conseqüentemente, valorizar a história institucional.

Introdução

Tendo como marco temporal inicial o ano de 1924, a criação oficial da instituição Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão -SE, atual Instituto Federal de Sergipe Campus São Cristóvão, ocorreu no dia 31 de outubro, com a denominação primeira de Patronato Agrícola São Maurício, cujas finalidades eram a regeneração da infância desvalida e a preparação de mão de obra para atender as necessidades do meio agrícola. A efetiva inauguração desse patronato deu-se no dia 7 de maio de 1925 (NERY, 2006).

O final do ano de 1964 foi marcante para a história do internato do prédio central, tendo em vista que, até aquela data, a construção agregava funções administrativas e pedagógicas, devido à vivência dos estudantes no local. Sendo assim, o prédio central serviu até o ano de 1963 como um edifício-internato, sendo que entre 1960 e 1964 os alunos já eram distribuídos em ambientes distintos, conforme o nível de escolaridade: o dormitório do prédio central era ocupado pelos internos mais novos do Curso Ginásial; os novos alojamentos, por alunos do Curso Colegial. “Finalmente, em 1964, o dormitório do edifício-internato foi completamente desativado, sendo o espaço reformado e aproveitado para atividades burocráticas. Iniciava-se a fase dos dormitórios-apartamentos.” (CONCEIÇÃO, 2007, p. 115).

Situado à altura do Km 96 da BR 101, no Povoado Quissamã, em São Cristóvão (SE), o prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, hoje Instituto Federal de Sergipe *campus* São Cristóvão, integra a mais antiga instituição do Instituto Federal de Sergipe (IFS).

Diante do exposto na cartilha, podemos perceber, portanto, o quanto os objetivos educacionais estiveram relacionados à organização dos espaços arquitetônicos para a vida humana.

O Surgimento do Prédio Central.

O prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (SE) nasceu da edificação do Patronato Agrícola São Maurício durante o governo do presidente do estado de Sergipe Maurício Graccho Cardoso (1922-1926).

Figura 1 – Maurício Graccho Cardoso, presidente do estado de Sergipe no período 1922-1926.



Fonte: Acervo do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura – ITBEC.

Na inauguração do Patronato São Maurício, o discurso proferido por Graccho Cardoso (NERY, 2006) foi permeado de valores cristãos, ressaltando a obra caridosa que se estava ali inaugurando, os aspectos morais destacados pela instituição e a regeneração da juventude, vislumbrando um futuro de esplendor para o estado de Sergipe:

“Com o convencimento de um crente, elevo o espírito ao Todo Poderoso que me inspirou a criação deste instituto [...] O princípio divino das assistências à infância, da caridade legal, ensaia, pela primeira vez, insinuar-se na legislação do Estado e se estrutura no regulamento desta casa, fadada a reconstruir, pelo ensino, a nossa vitalidade agrária. Reconhecendo indubitavelmente no homem o mais precioso dos capitais, a administração pública espontaneamente se imite na tutela dos menores abandonados [...] Bem compreendeis que a ideia de institutos como este não admite cálculos egoísticos nem propósitos que não sejam frutos de uma paixão acendrada pelos ideais humanos [...] O poder público no presente tem obrigações mais amplas ante os graves e fundamentais destinos da pátria: não só instruir, mas educar; tomar pela mão, a beira da voragem, a infância desamparada e convertê-la em fator útil a potencialidade produtiva da comunhão [...] Não esquecer que são os primeiros dezesseis anos que se faz mister acautelar e garantir por medidas profiláticas [...] O Patronato Agrícola S. Maurício tem, sob esse aspecto, incontrastável finalidade patriótica e educativa. Não é seu objetivo diplomar agrônomos, fabricar doutores nem formar sábios; mas exclusivamente constituir o braço agrícola, torná-lo apto para as fainas do campo, mediante noções práticas rudimentares e imprescindíveis [...] E tudo aqui – salas de dormir, compartimentos de aulas, refeitórios – reveste-se de mínima sobriedade, de sorte a desde logo habituar os educandos às singelas condições da vida rústica; para que se predispõem. Simplicidade em tudo, no mobiliário e na alimentação higiênica e frugal, nos trajes de trabalho ou de passeio [...] A dentro destas

paredes andarão, pois, de mãos dadas, o asseio individual e coletivo, a ordem e a disciplina [...] O zelo da pátria, de que se originou o nosso ser, e a obrigação de contribuir para a defesa da República e dos seus cânones, deverão ser despertados pela educação moral e cívica [...] Destarte, o ensino religioso não pode ser banido deste recinto. Deus tem, conseguintemente, de ser aqui também ensinado e reverenciado como autor que é da Natureza.”

Devoto de impetuosa religiosidade, não foi por acaso que Maurício Graccho Cardoso escolheu para o Patronato Agrícola de Sergipe o nome de “São Maurício”, santo escolhido para ser o padroeiro da instituição, ou seja, aquele que vela, protege e guarda. “A primeira denominação do Patronato Agrícola de Sergipe foi São Maurício, talvez uma auto-homenagem do Presidente do Estado Maurício Graccho Cardoso, idealizador da instituição [...]” (NERY, 2006, p. 26).

Figura 2 – São Maurício, soldado de Tebas que morreu como mártir da fé cristã.



Fonte: Nery (2006, p. 27).

***Ante a Denominação de Patronato Agrícola São
Maurício Nasce o Prédio Central da Escola
Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE.***

Figura 3 – Aspecto do Patronato Agrícola São Maurício –
1924



*Fonte: Acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
(IGHB, 1924).*

Criado por Maurício Graccho Cardoso, presidente do estado de Sergipe (1922-1926), tinha formato de “U”, com fachada típica das escolas construídas naquela época, bem como contava com a presença de uma águia (fachada principal), símbolo muito utilizado nos prédios construídos durante o seu governo.

O corpo central, todo construído de tijolo e alvenaria, é coberto de telhas tipo nacional, mede treze metros de largura e treze metros de comprimento, constituído por duas alas distintas, dispondo cada uma de dez metros de largura e sete metros de comprimento (NERY, 2006, p. 28).

A instituição em referência desde sua origem recebeu várias denominações e modelos de ensino:

Quadro 1 – Denominações da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (SE).

DENOMINAÇÃO	PERÍODO	MODELOS DE ENSINO	
		ENSINO PROFISSIONAL AGRÍCOLA	ENSINO PROPEDEÚTICO
Patronato São Maurício	1924	Curso Agrícola Básico	Curso Primário
Patronato de Menores Francisco de Sá	1926		
Patronato de Menores Cyro de Azevedo	1931		
Aprendizado Agrícola de Sergipe	1934-1939		
Aprendizado Agrícola Benjamin Constant	1939-1946	Curso de Iniciação Agrícola	Curso Primário
Escola de Iniciação Agrícola Benjamin Constant	1946-1952		
Escola Agrícola Benjamin Constant	1952-1957	Curso de Iniciação Agrícola	Ensino Secundário (Curso Ginásial)
		Curso de Mestria Agrícola	
Escola Agrotécnica Benjamin Constant	1957-1964	Curso de Iniciação Agrícola	Ensino Secundário (Cursos Ginásial e Colegial)
		Curso de Mestria Agrícola	
		Curso Técnico Agrícola	
Colégio Agrícola Benjamin Constant	1964-1979	Curso de Iniciação Agrícola	Ensino Médio (Cursos Ginásial e Colegial)
		Curso de Mestria Agrícola	
		Curso Técnico Agrícola	

Fonte: Nery (2006); Conceição (2007).

A partir de 1979, a instituição em referência recebeu a denominação de Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE, com a qual permaneceu até o ano de 2008, quando, através da “LEI Nº 11.892, de 29 DE DEZEMBRO DE 2008” (SILVA,

2009, p. 13), com a criação dos Institutos Federais, passou a ser denominada de Instituto Federal de Sergipe Campus São Cristóvão.

Durante o período de 1924 a 1934, o espaço arquitetônico do prédio central não sofreu modificações significativas em sua estrutura física. Em seu interior, tinha a sala do diretor, a enfermaria, o museu, a biblioteca, a secretaria, os banheiros e os dormitórios, além das salas de aula (NERY, 2006).

Figura 4 - Sala de aula no Patronato São Maurício.



Aspecto de uma aula no Patronato São Maurício.

Fonte: Revista Fon-Fon, 1925, nº 25, p. 66.

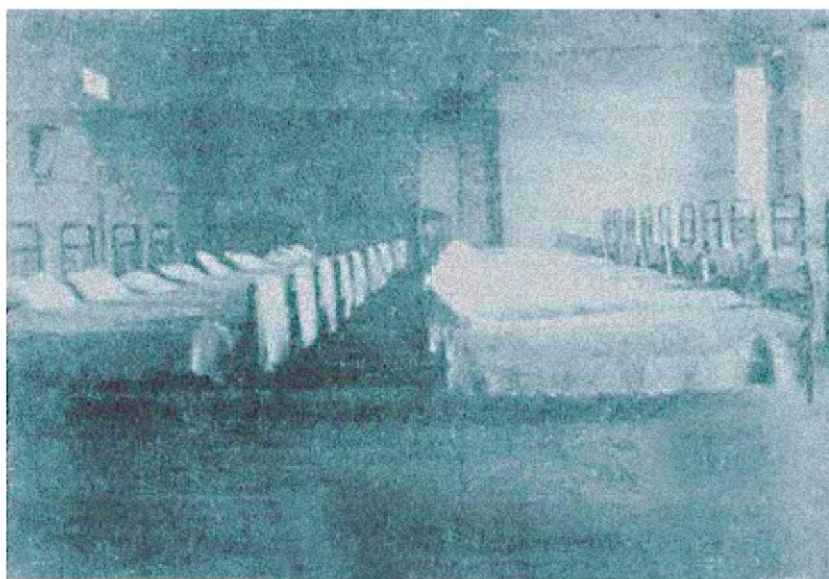
Dez anos após a sua criação, o Patronato de Menores Cyro de Azevedo, última denominação do Patronato São Maurício, foi federalizado e transformado em Aprendizado Agrícola de Sergipe (NASCIMENTO, 2004), passando do governo do estado de Sergipe à vinculação ao Ministério da Agricultura. Na fase de instalação do Aprendizado Agrícola de Sergipe, no período de 1935 a 1940, ocorreram remodelações e novas construções para efetivação do novo modelo de ensino.

Na remodelação na década de 1930,

[...] o edifício-internato sofreu transformações internas e externas. Internamente, o edifício-internato passou a contar com o gabinete do diretor, o setor de escrituração, um salão de aulas e celebrações religiosas, sala do gabinete de física, quatro salões de aula, o dormitório (um grande vão coletivo), rouparia, refeitório, cozinha, banheiros e sanitários e um grande pátio descoberto de terra batida, rodeado por uma pequena varanda (CONCEIÇÃO, 2012, p. 120).

***O Dormitório Coletivo do Prédio Central
Permaneceu no Interior do Prédio até o Ano de
1964.***

Figura 5 – Aspecto do dormitório do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant em 1940.

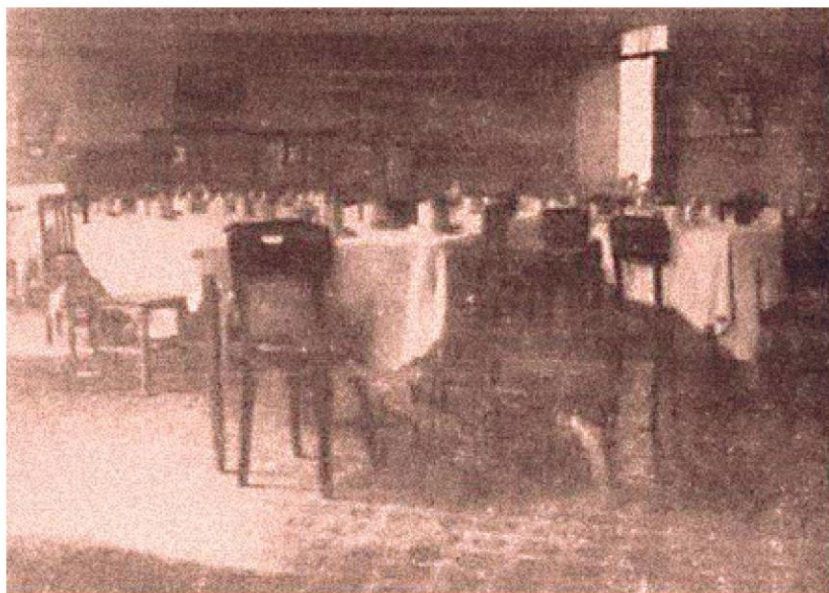


Fonte: Conceição (2007, p. 111).

O espaço ocupado pelo dormitório coletivo mostra um grande vão com camas dispostas em fileiras, de forma que todas podiam ser vistas, provavelmente para facilidade de vigilância e controle dos internos, “uma organização do dormitório semelhante ao de um quartel” (CONCEIÇÃO, 2007, p. 114), típica de uma disciplina severa. O dormitório coletivo foi herança do Patronato Agrícola construído para menores desvalidos.

Configuração do Refeitório.

Figura 6 – Aspecto do refeitório do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant em 1940.



Fonte: Conceição (2007, p. 116).

A disposição do refeitório, onde eram servidas as refeições dos internos, era do lado esquerdo do prédio, separado do dormitório pelo grande pátio. O ambiente do refeitório contava com mesas de madeira retangulares, com capacidade para dez pessoas e forradas com toalhas brancas. “Inicialmente, os copeiros colocavam os alimentos em tigelas, e os internos se serviam em pratos: Sentavam dez alunos, quatro de um lado e quatro do outro, e os dois chefes de mesa” (LIMA, 2005, apud CONCEIÇÃO, 2012, p. 135).

O Pátio do Prédio Central.

Figura 7 – O pátio do prédio central no tempo de Patronato São Maurício.

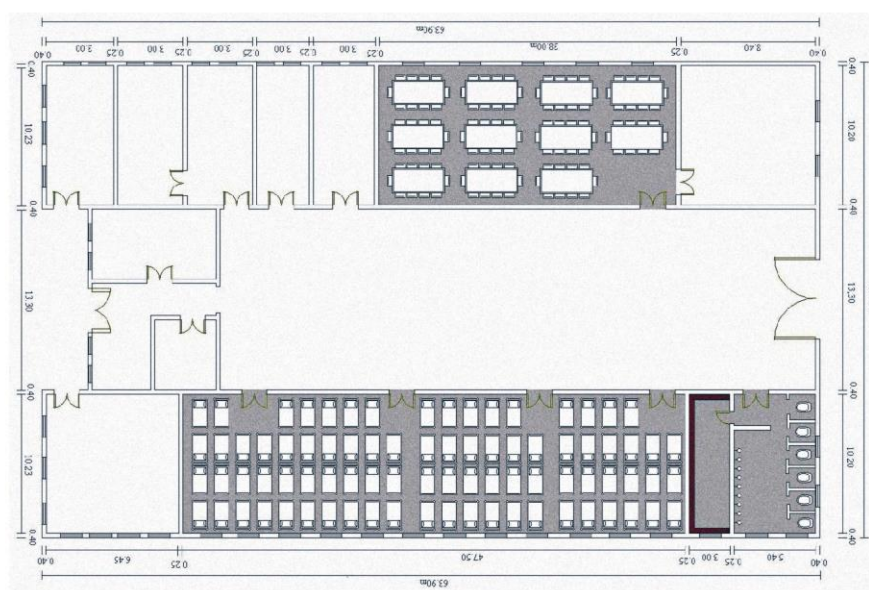


Fonte: Revista Fon-Fon, 1925, nº 25, p. 66.

O pátio localizava-se no interior do prédio central; nos fundos, existia um muro grande, com um portão. Em formato de “U”, esse pátio favorecia a atividade de inspeção dos internos, revista antes de entrar no dormitório para dormir, exercícios físicos, cumprimento de castigos e descanso, organização de filas para entrar no refeitório, ou no dormitório, bem como servia para ventilação e iluminação (CONCEIÇÃO, 2012).

A Planta Baixa do Prédio Central Mostra Suas Divisões até 1948.

Figura 8 – Planta baixa do edifício-internato.



Fonte: Conceição (2007, p. 108).

Na primeira parte do prédio, funcionavam a administração (gabinete do diretor e escrituraria), “gabinete de história natural e física e química” e os salões de aula. Na segunda parte, funcionavam os espaços específicos do internato. No lado direito do prédio, ficavam o dormitório coletivo, o conjunto de banheiros e o vestiário. No lado esquerdo, ficavam a cozinha, o refeitório, rouparia e salões para aulas e outras finalidades, tais como a biblioteca, secretaria, “salão de honra”. Na parte

central, ficava o pátio; no “fundo do prédio, existia um muro grande com um portão” (CONCEIÇÃO, 2007, p. 108).

A partir de 1948, houve mudanças nos espaços arquitetônicos do prédio central: a transferência do gabinete do diretor para o pavimento superior; os salões de aula foram destinados para outras atividades devido à construção do pavilhão pedagógico, espaço onde ficavam as salas de aula (CONCEIÇÃO, 2007).

Mudança na Fachada do Prédio Central: Construção do Pavimento Superior.

No início de 1948, houve a ampliação do conjunto arquitetônico com a reforma da fachada do prédio central e a construção do pavimento superior. Essa remodelação seguiu a determinação do Ministério da Agricultura sobre as normas pedagógicas do Ministério da Educação para realização de construções novas ou reformas nos prédios existentes, devendo obedecer ao modelo padrão adotado pelos estabelecimentos federais de ensino agrícola do Ministério da Agricultura (CONCEIÇÃO, 2007).

Então, o pavimento superior do edifício-internato, com uma área total construída de 222,75 m², foi concluído em 1950. Com a nova reforma, a fachada foi alterada, sendo retirada a escultura da águia situada na frente do prédio; este ganhou um primeiro andar, no qual foram instalados o gabinete do diretor e a escrituraria. “A disposição do gabinete do diretor, na parte superior do prédio possibilitava a este uma visão pri-

vilegiada para o pátio de recreio, entrada do dormitório e do refeitório, enquanto da varanda frontal tinha uma visão do movimento externo [...]” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 122-123).

Figura 9 – Fachada do edifício-internato do Colégio Agrícola Benjamin Constant 1970.



Fonte: Conceição (2007, p. 103).

O Uso do Prédio Central Para Além do Internato.

No prédio central, também havia comemorações cívicas e celebrações religiosas.

Figura 10 – Alunos na formatura defronte ao edifício-internato para as homenagens ao patrono Benjamin Constant (18/10/1956).



Fonte: Conceição (2007, p. 138).

Em frente ao prédio central, foi realizada a “[...] cerimônia de homenagem a Benjamin Constant no dia 18 de outubro de 1956, em que se observam os alunos na formatura dispostos em colunas, em posição de sentido, defronte ao edifício-internato, preparados para o canto do hino e hasteamento dos pavilhões. Benjamin Constant Botelho de Magalhães nasceu no dia 18 de outubro de 1836, na cidade de Niterói e faleceu no dia 22 de janeiro de 1891, na cidade do Rio de Janeiro [...]” (CONCEIÇÃO, 2007, p. 133-134, 137).

Figura 11 – Retrato de Benjamin Constant Botelho de Magalhães (acervo do Instituto Benjamin Constant).



Fonte: Conceição (2007, p. 134).

O dia 18 de outubro, nascimento de Benjamin Constant, foi a data mais comemorada na escola e ensejou cerimônias anuais com diversos atos solenes alusivos. “Benjamin Constant, veja bem, ele era o patrono da escola, aí todo ano havia uma festividade lá no dia de Benjamin Constant. Nessa época havia festa, hasteamento da bandeira, cantava o hino nacional, o profes-

sor discursava, era festa o dia todo. Era comemoração ao dia de Benjamin Constant que era o Patrono da escola. Enquanto não fizeram mudança no nome da escola ele era o patrono da escola” (LIMA, 2019).

Até o início de 1950, as missas eram celebradas em um salão do edifício-internato (prédio central), onde ficava o altar de São Maurício e de Nossa Senhora da Conceição, destacando-se a função religiosa praticada no prédio central (CONCEIÇÃO, 2007).

Em 1957, ocorreu autorização para a escola ministrar o Curso Técnico, o que provocou o aumento do número de internos. Essa nova modalidade de ensino foi instituída com o objetivo de formar técnicos agrícolas de nível médio, aumentando a demanda de internos pela possibilidade de oferta do Curso Profissional Agrícola concomitantemente ao Curso Colegial Agrícola (CONCEIÇÃO, 2012).

***Modificação dos Espaços Arquitetônicos na
Década de 1960: Transferência do Dormitório
do Prédio Central Para os Pavilhões de
Alojamentos.***

Figura 12 – Visão panorâmica do Colégio Agrícola Benjamin Constant em 1960.



Fonte: Conceição (2007, p. 107).

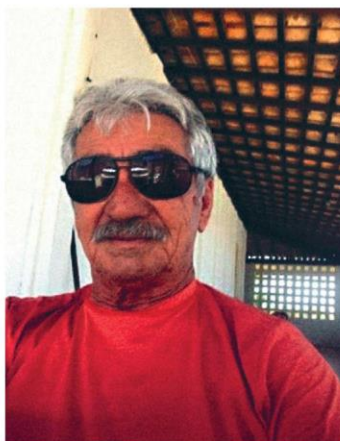
As inovações do novo modelo de ensino provocaram uma outra mudança no espaço físico de grande importância para o internato, que implicou na construção de dois pavilhões de alojamentos (letra L) defronte ao prédio central (letra A). “O crescimento de matrículas nas décadas de 1950 e 1960 impôs ampliações permanentes [...]” (NASCIMENTO, 2004, p. 103), resultando nas modificações dos espaços arquitetônicos do prédio central.

Em 1964, o dormitório do edifício-internato (prédio central) foi completamente desativado, sendo o espaço aproveitado para atividades administrativas (CONCEIÇÃO, 2012). O prédio central, ao longo de quatro décadas (1924 a 1964), absorveu funções administrativas e pedagógicas disciplinares, sendo, desde Patronato Agrícola São Maurício até os dias atuais, a maior referência de valor histórico institucional de extremo significado para a história da instituição.

Diante das informações inferidas sobre a trajetória dos espaços arquitetônicos do prédio central desde seu surgimento, em 1924, com a edificação do Patronato Agrícola São Maurício, até 1964, quando o internato foi desativado completamente, passando a desempenhar funções administrativas, o prédio central passou a ser conhecido como prédio central administrativo. Ora, faz-se necessária a preservação desse patrimônio histórico cultural para a identidade institucional, bem como para que as gerações futuras possam compreender e valorizar a instituição, mantendo viva a sua memória. Partindo desse princípio, trechos de relatos de ex-alunos e ex-funcionários que conviveram no prédio central durante alguma etapa dos períodos compreendidos entre as décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960 serão compartilhados em “Um Prédio e Suas Memórias”.

Um Prédio e Suas Memórias

Figura 13 – Ex-aluno e ex-funcionário Ademilson Vieira Santos.



Fonte: arquivo da autora.

Relato de Santos, em entrevista realizada em 30 de abril de 2019

“Estudei na instituição de 1961 a 1967, sendo que, de 1961 a 1964, cursei Mestria Agrícola, o qual correspondia ao curso ginásial, e, de 1964 a 1967, cursei o Técnico Agrícola. Dormi no prédio central por quatro anos. Eu era interno. Todo o curso naquela época era interno. Ali, a gente dormia, estudava, fazia banca, se alimentava, fazia a atividade que cada aluno tinha que executar, seja na limpeza do banheiro, de pavilhão de alojamento. Então, só tenho gratas lembranças do que a escola me deu, pois triste de quem era do interior se não tivesse aquela escola. Algumas pessoas não se adaptavam bem, porque nós chegávamos no mês de março, retornávamos na Semana Santa, voltávamos, íamos para casa no meio do ano, e só voltávamos em dezembro. Então, era pesado, e muitas pessoas desistiam; nem todos se tornavam Técnico Agrícola.”

Figura 14 – Ex-aluno Aloisio dos Santos Braúna.



Fonte: arquivo da autora.

Relato de Braúna, em entrevista realizada em 5 de maio de 2019

“Estudei e morei no prédio central durante o período de 1959 a 1961. Na época, a escola possuía a denominação de Colégio Agrícola Benjamin Constant. A lembrança mais marcante que carrego, até os dias de hoje, é das palmeiras que ficavam em frete ao prédio. Quando cheguei lá, tinha o dormitório, refeitório, alfaiataria, logo na entrada a administração, as salas de aula. Saindo do prédio, à esquerda, mais ou menos dez metros, já começavam as salas de aula. Lá, só tinha o restaurante, a cozinha, o pátio aberto. Tinha uma alfaiataria e, saindo do prédio, a administração. O diretor era Dr. Wanderley. Já existia a parte de cima, não houve muita mudança das instalações da época que estudei. A representação e o significado do prédio central foram muito importantes pra minha vida ultimamente, principalmente na maneira de agir de respeitar as pessoas.

Foi muito bom quanto às regras. À noite, quando terminava a janta, começava o período de estudar. Estudava no refeitório. Do outro lado, tinha o dormitório e não tinha como conversar. As regras eram muito rígidas e tinha que cumprir. Os guardas ficavam a noite toda rondando. Saindo da porta principal do prédio, entrando para a direita, logo anexo, tinha a cantina e o lugar de jogar. O estudo era muito bom, bem disciplinado. No refeitório, se conversasse, era posto pra fora. A mesa comportava oito pessoas, entre alunos e funcionários. No refeitório, ou comia calado ou era colocado pra fora. Tinha que respeitar as normas do colégio. O pátio era só pra estudar. Podia ficar até nove, dez horas estudando, mas se tivesse conversando o guarda chamava a atenção: *vai estudar ou conversar?* Estudei o ginásial durante quatro anos, e dormia lá mesmo no dormitório dentro do prédio.”

Figura 15 – Ex-aluno e ex-funcionário João Ferreira Lima.

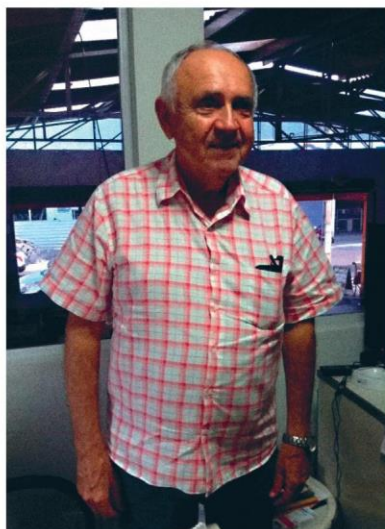


Fonte: arquivo da autora.

Relato de Lima, em entrevista realizada em 30 de abril de 2019

“Quando comecei a estudar ali, em 1947, 1948, até a metade de 1949, quando caiu o telhado do refeitório e o diretor mandou todo mundo embora... nós voltamos em 1950, quando já estava tudo reformado. Eu não me formei porque não havia Curso Técnico, só tinha o segundo ano de Mestria Agrícola. Pra mim, o melhor momento foi com Dr. João, quando me empreguei. Ele construiu tudo ali, ele assumiu no fim de 1950. Ele veio de lá do exército e foi nomeado na escola. O andar de cima, ali, quem construiu foi Dr. Lima, o primeiro diretor quando passou pra federal, porque ali tudo era do estado. Aí os pais iam levar os meninos pra estudar. Naquela época, quando era do estado, tinha uma caminhonete que pegava os meninos de rua e levava pra lá, era Patronato Agrícola. Aí, quando passou pra federal, foi Dr. Lima, tinha a águia representando Graccho Cardoso, tudo que ele construía ele colocava uma águia. Quando eu cheguei pra estudar, em 1947, ali não tinha piso nem nada, nem escada, tava construindo em cima, mas só funcionava em baixo. A lembrança que mais marcou é que o prédio central praticamente foi a minha casa; ali a gente dormia, tomava banho, estudava, fazia tudo ali dentro, a casa do estudante era ali. Todas as necessidades dos alunos a partir da alimentação era ali. O prédio central representou tudo, porque na época, tudo dos alunos era ali dentro (dormitório, refeitório, salas de aula). Representa a vida dos alunos, era quase tudo ali dentro. A melhor lembrança também que tenho da escola foi quando me empreguei lá em 1951, passei a ser funcionário. Tudo corria bem, todo mundo produzia. Fiquei conhecido por ‘João Pelotão’ porque todo ano, em 7 de setembro, eu puxava o segundo pelotão. Aí, os colegas colocaram o apelido de ‘João Pelotão’.”

Figura 16 – Ex-funcionário Laonte Gama da Silva.



Fonte: arquivo da autora.

Relato de Silva, em entrevista realizada em 20 de maio de 2019

“Entrei na escola em 1961; como professor, ensinei Filosofia e Sociologia, em 1968 assumi a escola como diretor e fiquei até me aposentar. O prédio central, para mim, é um prédio histórico, bonito; eu, às vezes, da sacada, pegava um binóculo e avistava os alunos no campo. O prédio central, para mim, representa os lados sentimentais, ali era o ponto central: era casa, comida e roupa lavada. As lavadeiras lavavam as roupas dos alunos dentro do rio. Foi quando a SUDENE me deu as máquinas para lavar as roupas.”

Figura 17 – Ex-funcionária Marita Santos da Cruz.



Fonte: acervo de Nery.

Relato de Cruz, em entrevista concedida a Joaquim Tavares da Conceição em 4 de janeiro de 2006

“Minha mãe chegou em 1935 para trabalhar como lavadeira, quando ainda era do estado, era Patronato com o diretor Dr. Aristóteles Barreto, que era compadre de minha mãe; ele era meu padrinho. Quando cheguei para trabalhar, em 1936, com 18 anos de idade, já era Aprendizado, não era mais do estado, passou para federal. Comecei a trabalhar como lavadeira; naquela época, as roupas dos alunos eram lavadas no rio, logo abaixo do prédio central. Lavava as roupas no rio e passava com ferro de brasa. O prédio central não tinha o andar... era baixo, tudo era em baixo, tinha uma águia em cima, não dava para ver o telhado, tinha platibanda, era parecido com a escola Manoel Luiz, que também tinha uma águia. Dentro, funcionava tudo: a sala do diretor era na frente, o dormitório era dentro, depois o banheiro, a padaria funcionava no fundo do prédio. A farda, os lençóis dos alunos eram feitos no colégio,

tinha um alfaiate que fazia. Tudo era de lá. Os alunos ajudavam na limpeza do prédio (copa, padaria, dormitório etc.). Desde que cheguei, havia celebrações de missas, formatura, procissão de Nossa Senhora da Conceição. A imagem do Santo padroeiro São Maurício e Nossa Senhora da Conceição ficavam no salão de aula dentro do prédio central. Quando era do estado, tava muito fracassado; quando passou para federal, aí Dr. Lima assumiu; passou dez anos e melhorou tudo: veio cama nova, tudo melhorou.”

Pensamento

Um povo que preserva a sua história, sua memória e seus habitantes está possibilitando diretamente a construção de um futuro para com sua gente e sua cultura. E, por mais que estejamos em outro tempo (com a tecnologia de ponta, as novas mídias, a internet, era digital, etc.), um povo se torna “rico” mantendo seus traços e requintes culturais dos seus antepassados, fazendo um encontro do velho como o novo, do erudito com o popular, do local/regional com o nacional, da literatura com os causos regionalistas, do simples com o complexo.

Joelson Ramalho Rolim

Referências:

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **A pedagogia de internar:** uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1934-1967). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. O Controle do Espaço, do Tempo e das Atividades no Internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 1, p. 57-70, jul./dez. 2008.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **A pedagogia de internar:** história do internato no ensino agrícola federal (1934-1967). São Cristóvão: UFS, 2012.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Cerimônias de homenagens ao “fundador da República brasileira” realizadas na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1939-1960). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 34, p. 225-241, maio/ago. 2016.

DE VARAZZE, Jacopo. **Legenda áurea.** Vida de santos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB, 1924)

Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura – ITBEC.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Memórias do aprendizado:** oitenta anos de ensino agrícola em Sergipe. Maceió: Catavento, 2004.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **A regeneração da infância pobre sergipana no início do Século XX:** o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas. 2006.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. Aprendizados e patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 2, p. 25-32 jan./jun. 2009.

OLIVEIRA, Ana Carla Menezes de. **A trajetória histórica da formação em economia doméstica na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (1952 a 1967)**. Aracaju: IFS, 2016.

REVISTA FON-FON, ano XIX, nº 25, Rio de Janeiro/RJ, 29 de agosto de 1925, p.66.

SILVA, Caetana Juracy Resende (Org.). **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009. 70p. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192>
Acesso em: 17 de jun. de 2019.

Entrevistas:

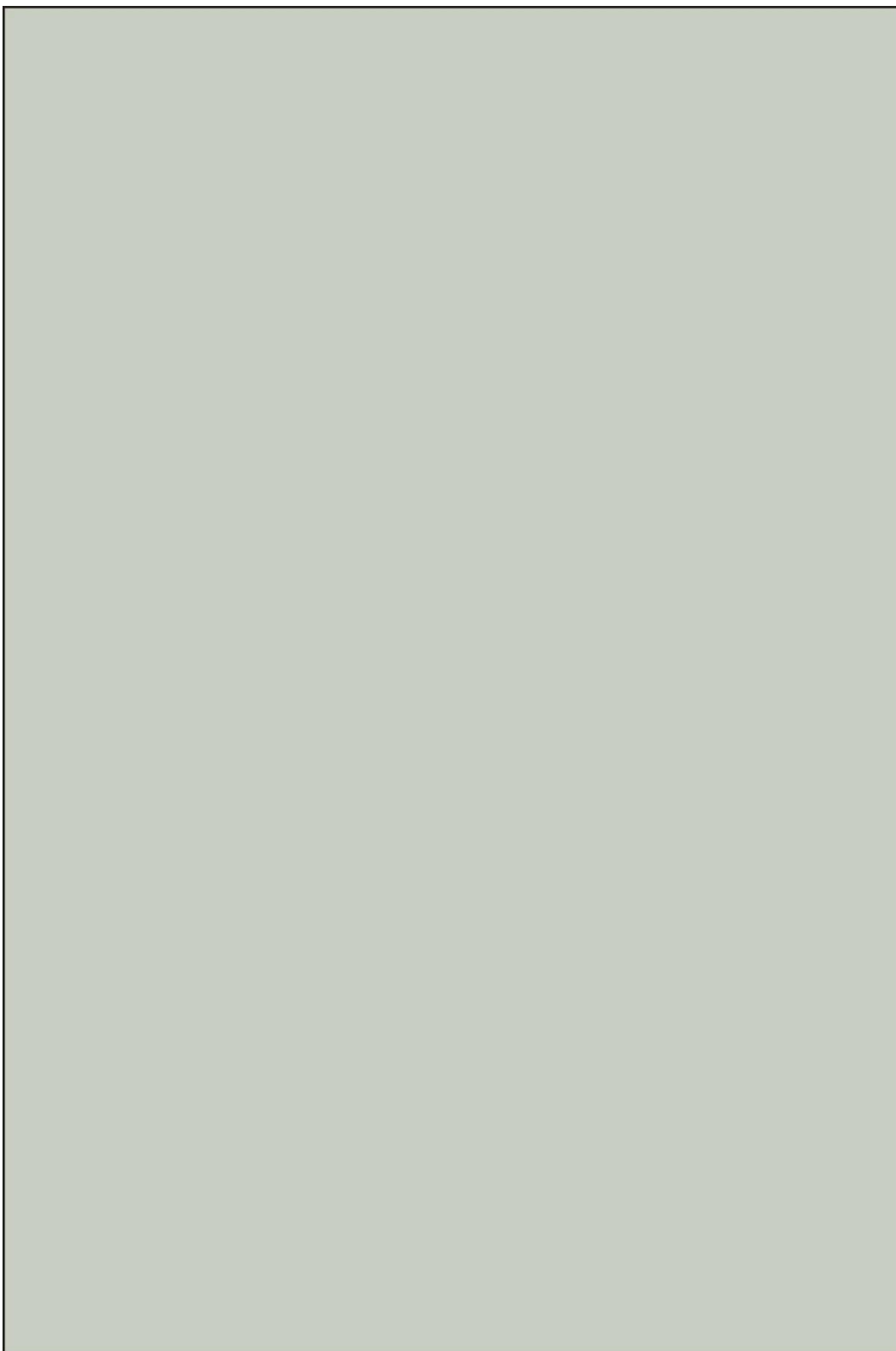
BRAÚNA, Aloisio dos Santos. Entrevista concedida à autora em 5 de maio de 2019.

CRUZ, Marita Santos da. Entrevista concedida a Joaquim Tavares da Conceição em 4 de janeiro de 2006.

LIMA, João Ferreira. Entrevista concedida à autora em 30 de abril de 2019.

SANTOS, Ademilson Vieira. Entrevista concedida à autora em 30 de abril de 2019.

SILVA, Laonte Gama da. Entrevista concedida à autora em 20 de maio de 2019.



APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM EX-ALUNOS E/OU EX-FUNCIONÁRIOS

Data: ____/____/____

Horário de início e término: _____.

DADOS REFRENTES AO ENTREVISTADO

Nome:

Idade:

Período que estudou e ou/trabalhou:

PERGUNTAS:

- a) Que lembranças o Sr. tem do prédio central?
- b) O que continha nas instalações do prédio central durante o período que estudou e /ou trabalhou na instituição?
- c) O Sr. presenciou alguma mudança nos espaços arquitetônicos do prédio central?
- d) Como eram utilizados os espaços do prédio central?
- e) O que representou o prédio central para o Sr.?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL-DISCENTES

Caro Estudante,

Após assistir à apresentação da cartilha digital “Configurações e usos do espaço escolar: uma abordagem histórico-educativa do prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1924-1964)” por meio de data show, faça a gentileza de responder os itens abaixo. As respostas devem refletir sobre os itens elaborados. Para isso, basta marcar sua avaliação no questionário. É muito importante que **TODOS OS ITENS SEJAM AVALIADOS**. Assim, por favor verifique se todos os itens foram respondidos.

Quando sua avaliação for **DISCORDO PARCIALMENTE** ou **DISCORDO TOTALMENTE**, favor registrar suas sugestões no espaço destinado para que possamos melhorar a cartilha.

Desde já agradeço a contribuição de cada um de vocês! Obrigada!

1- Qual a sua idade?

() 14 anos () 15 anos () 16 anos () 17 anos () 18 anos () Outra _____

2- Qual a cidade onde reside? _____

3- Qual o seu sexo? () Feminino () Masculino

4) Conteúdo:

	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
O conteúdo da cartilha aborda informações importantes sobre o prédio central.				
Os textos parecem claros e compreensivos.				
O título da cartilha é sugestivo.				
O conteúdo da cartilha ajuda a entender a evolução das modificações dos espaços arquitetônicos do prédio central.				
Considera importante o conhecimento sobre o prédio central, (no passado serviu de internato para os alunos).				

Caso tenha marcado **DISCORDO PARCIALMENTE** OU **DISCORDO TOTALMENTE** favor registrar abaixo suas sugestões: _____

5) Linguagem:

	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
O texto é atrativo e de fácil leitura.				
As palavras são de fácil compreensão.				
O tamanho das letras facilitam a leitura.				

Caso tenha marcado DISCORDO PARCIALMENTE OU DISCORDO TOTALMENTE favor registrar abaixo suas sugestões: _____

6) Ilustração:

	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
As ilustrações ajudam no entendimento do conteúdo.				
As ilustrações são importantes para retratar o passado histórico.				
A capa é sugestiva.				

Caso tenha marcado DISCORDO PARCIALMENTE OU DISCORDO TOTALMENTE favor registrar abaixo suas sugestões: _____

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DE APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL-DOCENTE

Caro professor (a),

Após visualizar a cartilha digital “Configurações e usos do espaço escolar: uma abordagem histórico-educativa do prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1924-1964)”, favor responder os itens abaixo. As respostas devem refletir sua opinião sobre os itens contemplados. Para isso, basta marcar sua avaliação no questionário. É muito importante que **TODOS OS ITENS SEJAM AVALIADOS**. Assim, por favor verifique se todos os itens foram respondidos.

Quando sua avaliação for **DISCORDO PARCIALMENTE** ou **DISCORDO TOTALMENTE**, favor registrar suas sugestões no espaço destinado para que possamos melhorar a cartilha.

Desde já agradeço a contribuição de cada um de vocês! Obrigada!

1- Sexo () Masculino () Feminino

2- Idade: _____

3- Quanto tempo trabalha no IFS Campus São Cristóvão? _____

4) Conteúdo:

	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
O conteúdo da cartilha aborda informações importantes sobre o prédio central				
Os textos parecem claros e compreensivos				
O título da cartilha é sugestivo				
O conteúdo da cartilha ajuda a entender a evolução das modificações dos espaços arquitetônicos do prédio central				
A cartilha é apropriada para uso como material de apoio didático pedagógico				

Caso tenha marcado **DISCORDO PARCIALMENTE** OU **DISCORDO TOTALMENTE** favor registrar abaixo suas sugestões: _____

5) Linguagem:

	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
O texto é atrativo e de fácil leitura.				
As palavras são de fácil compreensão.				
O tamanho das letras facilitam a leitura.				

Caso tenha marcado DISCORDO PARCIALMENTE OU DISCORDO TOTALMENTE
favor registrar abaixo suas sugestões: _____

6) Ilustração:

	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
As ilustrações ajudam no entendimento do conteúdo.				
As ilustrações são importantes para retratar o passado histórico.				
A capa é sugestiva.				

Caso tenha marcado DISCORDO PARCIALMENTE OU DISCORDO TOTALMENTE
favor registrar abaixo suas sugestões: _____

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DE APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL-TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Prezado Servidor (a),

Após visualizar a cartilha digital “Configurações e usos do espaço escolar: uma abordagem histórico-educativa do prédio central da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1924-1964)”, favor responder os itens abaixo. As respostas devem refletir sua opinião sobre os itens contemplados. Para isso, basta marcar sua avaliação no questionário. É muito importante que **TODOS OS ITENS SEJAM AVALIADOS**. Assim, por favor verifique se todos os itens foram respondidos.

Quando sua avaliação for **DISCORDO PARCIALMENTE** ou **DISCORDO TOTALMENTE**, favor registrar suas sugestões no espaço destinado para que possamos melhorar a cartilha.

Desde já agradeço a contribuição de cada um de vocês! Obrigada!

1- Sexo () Masculino () Feminino

2- Idade: _____

3- Quanto tempo trabalha no IFS Campus São Cristóvão? _____

4) Conteúdo:

	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
O conteúdo da cartilha aborda informações importantes sobre o prédio central.				
Os textos parecem claros e compreensivos				
O título da cartilha é sugestivo.				
O conteúdo da cartilha ajuda a entender a evolução das modificações dos espaços arquitetônicos do prédio central.				

Caso tenha marcado **DISCORDO PARCIALMENTE** OU **DISCORDO TOTALMENTE** favor registrar abaixo suas sugestões: _____

5) Linguagem:

	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
O texto é atrativo e de fácil leitura.				
As palavras são de fácil compreensão.				
O tamanho das letras facilitam a leitura.				

Caso tenha marcado DISCORDO PARCIALMENTE OU DISCORDO TOTALMENTE
favor registrar abaixo suas sugestões: _____

6) Ilustração:

	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
As ilustrações ajudam no entendimento do conteúdo.				
As ilustrações são importantes para retratar o passado histórico.				
A capa é sugestiva.				

Caso tenha marcado DISCORDO PARCIALMENTE OU DISCORDO TOTALMENTE
favor registrar abaixo suas sugestões: _____

APÊNDICE F –ENTREVISTA GRAVADA COM EX-ALUNO E/ EX-FUNCIONÁRIO

ENTREVISTADO: ADEMILSON VIEIRA SANTOS

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA:

- Qual o período em que o senhor estudou lá na escola?

“Eu fiz o exame admissional em 1961, de 61 a 67, nessa época nos passávamos por 2 estágios, da primeira a segunda série que seria a 7 e 8 nós fazíamos operário agrícola, quando você terminava até a 8 você era mestre agrícola e fazia uma nova admissão para você passar para o curso técnico, então de 61 a 64 mestre agrícola de 64 a 67 técnico agrícola”

- Chegou a dormir no prédio central?

“ Dormir lá por 4 anos, eu era interno, todo curso naquela época era interno, toda turma que chegava lá era de 50 alunos, então quando eu cheguei lá era a 4,5 e 6 serie e cada uma com 50 alunos e 1,2 e 3 técnico cada um com 50 também só que naquela época se ensinava e se cobrava então as coisas iam apertando e nem todas as turmas terminavam com o mesmo número de alunos, a minha mesmo terminamos com 28, algumas pessoas não se adaptavam bem, porque nos chegávamos no mês de março, retornávamos na semana santa voltávamos e íamos para casa no meio do ano e só voltávamos em dezembro então era pesado e muitas pessoas desistiam e nem todos se tornavam técnico agrícola”

-Onde você morava?

“Eu morava em cedro de São Joao, a maioria dos colegas era de várias cidades do estado, porque o colégio agrícola era referência em todo estado, como o Atheneu o Tobias Barreto e escola de comercio, então nós que éramos do interior dávamos preferência ao colégio agrícola, porque era uma maneira de você ter um aprendizado e um campo de trabalho pronto para sua vida cotidiana”

-Que lembrança o senhor tem do prédio central quando chegou?

“De 61 a 64 foi tudo para mim pois ali foi minha casa durante 7 anos, no prédio central durante 4 anos então ali a gente dormia, estudava, fazia banca, se alimentava, fazia as atividades que cada aluno tinha que executar, seja na limpeza de banheiro, de pavilhão de alojamento, então só tenho gratas lembranças de que a escola me deu, pois triste de quem era do interior se não tivesse aquela escola”

- Como era essa banca?

“Nós tínhamos aula ou pela manhã ou pela tarde sempre as atividades práticas ou de campo, quando chegávamos se fosse a tarde íamos para o refeitório tomávamos banho e depois íamos jantar após a janta nós tínhamos que fazer a banca, todos os alunos eram convocados ao refeitório e a gente sentava em 4 parceiros e em silencio estudava entre a gente mesmo”

-Como era o ensino na sua cidade?

“Não desmerecendo o ensino que tem hoje, os doutorados, mestrados coisas dessa natureza, mas a gente via pessoas capacitadas, como hoje existe também mas percebia uma coisa, que eles tinha vontade de fazer a gente aprender, que depois veio o aprender a fazer fazendo, mas naquela época a gente também já fazia isso, fazíamos tudo e aprendíamos, é tanto que quando nos saíamos do curso técnico tínhamos emprego para tudo, tinha na Bahia, no banco do nordeste, todos os alunos que se escreviam passavam então a escola era uma dádiva para todos nós”

-De 61 a 64 já tinha lavanderia?

“Já tinha, não lavávamos mais a roupa no rio”

-O que continha as instalações do prédio?

“Tinha aonde é a biblioteca ali era a secretaria escolar, que depois passou a secretaria para onde você hoje trabalha e lá ficou a biblioteca, mais na frente tinha a lavanderia e os banheiros, do lado esquerdo tinha a secretaria, onde era a biblioteca passou a ser a Dat, o almoxarifado continua sendo no mesmo local, vizinho ao auditório tinha a lavanderia e a rouparia, refeitório e padaria no fundo do refeitório, e na parte de cima ficava o todo poderoso diretor”

-Tinha muita vigilância?

“Tinha cobrança, mas tinha cobrança para pessoa sair de lá uma pessoa digna, de responsabilidade, de respeito, as pessoas que estavam lá eles não tratavam a gente como se fosse no ferrão não, de vez em quando tinha um puxão de orelha, mas era pra ensinar a gente a ser gente”

-Quando você chegou lá, ainda tinha a ideia que era pra ir por punição ou para estudar mesmo?

“Algumas pessoas ainda tinham essa visão, quando as pessoas iam para lá sabiam que tinha um exame de admissão pesado e não se brincava, pois era puxadíssimo, a gente acordava cedo e ia até a mata e ficava lá estudando para as provas porque não era fácil e não é porque tinha muita matéria distribuída, mas porque era muito puxado” “a escola era muito respeitada, a gente sentava numa calçada que tinha perto do pedagógico e quando vinha um professor todos os alunos se levantavam” “nós tínhamos na minha época, toda semana na segunda feira nos cantávamos o hino nacional, em frente ao prédio central, esteávamos a bandeira e cantávamos”

- Que mudanças o senhor viu além do prédio central?

“Quando eu cheguei aquele prédio já existia não foi mudado praticamente nada só o dormitório que com o passar do tempo quando eu cheguei a 4 serie já tinha sido iniciado os 2 prédios lá embaixo, foram as primeiras mudanças que eu peguei, pois no lado esquerdo já existia o centro social, já existia o gabinete do médio odontológico, o auditório, a casa dos funcionários e daí então começou a surgir quadra de futebol de salão que a gente construiu de

barro, os próprios alunos com a ajuda da diretoria, tínhamos um campo de futebol e a partir daí os recursos começaram a aparecer e as modernizações, recursos do ministério da educação que começaram as reformas, daí veio a quadra, modernização dos prédios os prédios lá embaixo, aí foi feita cooperativa, fábrica de laticínios os dormitórios” “em 61 o diretor era Vanderlei que ainda foi meu professor em 63” “5,6,7 e 8 eu estudei mestría, 1,2,3 técnico agrícola, primário lá só teve no patronato, quando mudou para colégio agrícola era aprendizagem, quando teve a primeira turma do curso técnico foi em 58”

-Como era utilizado os espaços dali de dentro?

“Tinha o refeitório pra refeição, o almoxarifado para distribuição dos alimentos, passava para os cozinheiros para preparar para a gente de manhã a tarde e a noite, tinha também os dormitórios, aí vinha a lavanderia os banheiros e a rouparia, quando eu cheguei lá em 61 nos levávamos apenas o macacão, lá nos tínhamos a farda, uma botinha, toalha, roupa de cama, então nos chegávamos lá de mãos vazias mas lá tínhamos tudo, mas os anos foram passando as coisas apertando e a gente começou a trazer uma toalha, aí foi pedindo uma coisa e outra até que na década de 70 começaram a pedir um enxoval, roupa de cama, sapato, colchão... os alunos eram conhecidos por números, até hoje tem pessoas que só conhecemos por números, meu número era o 3, passei 7 anos com o número 3”.

- Na sua época era parecido com o regime militar?

“Não, o regime militar era muito cavernoso, linha dura, e lá não, havia uma flexibilidade, apesar que um tempo a gente não podia sair da escola e quando saía tinha um acompanhamento para saber pra onde ia, quando volta, pois você poderia ser a qualquer momento tido como um marginal, que eles pensavam muito que fossem naquela época e você desaparecer”.

- Na sua época ainda tinha selaria?

“Tinha, tinha selaria, carpintaria, tinha torno, mecânico, alguns gostavam e se adaptavam as atividades e iam, mas a gente ficava mais na parte da agricultura, depois que começaram a aparecer essas partes”.

-Ainda tinha toque de acorda?

“Tinha. O coisa boa estudava até de madrugada e quando acordava batia a sirene, e seu Joao batendo na cabeceira das camas, aí tinha a educação física, banho, a rotina era ir pra educação física se tivesse, se não tivesse esperava dar a hora do café pra depois ir para o campo, retornava para o almoço descansava ou ia para o campo ou sala de aula 5 horas, tomava banho, quem quisesse deva mais uma lida, jantava ia para a banca ou ia dormir ou ficava no corredor do pavilhão estudando, fora do prédio a gente começou mais a sair quando tava utilizando os prédios lá embaixo, os dormitórios, aí ficava mais a vontade pra sair, ir caminhado, lá embaixo era só curso técnico, já não tinha mais mestría, ele foi sendo eliminado gradativamente, começou com 5,6,7 e 8 depois passou para 6, 7 e 8 até terminar e depois só ficou o curso técnico, no período técnico, de manhã tinham as aulas teóricas e a tarde as atividades no campo, (como professor) depois entrou o período escola fazenda que

veio agricultura 1 agricultura 2 e 3, zootecnia 1, zootecnia 2 e 3 então eu era professor eu ensinava zootecnia 2 e quando eles saiam, a tarde eles faziam a teórica comigo”.

-O que representou o prédio central?

“Tudo, como eu disse, minha segunda casa se não fosse as coisas que vinham acontecendo ainda seria minha segunda casa, mas hoje a gente vê tanta falta de interesse do governo, as vezes eu vou lá na escola e vejo tantas atrocidades, porque eu passei lá 36 anos dentro da escola e algumas vezes eu tive na escola e olhava para um canto e para o outro e me perguntava, será que eu nunca tive aqui, eu disse q a ultima vez que fui lá deu vontade de chorar, porque a gente vai visitar e não encontra nada daquilo que eu deixei, nós éramos autossuficiente em horticultura, agricultura, plantio de mandioca, ate quando Francisco entrou começou a decair, não desmerecendo a administração dele, mas do próprio governo, que preferiu pegar um cara mandar ele fazer um técnico de 6 meses e colocar ele como plantador de alface, ai o sentimento de ver aquilo que era um patrimônio de todos nós hoje não sei nem o que poderia dizer”.

APÊNDICE G –ENTREVISTA GRAVADA COM EX-ALUNO

ENTREVISTADO: ALUÍSIO DOS SANTOS BRAÚNA

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA:

Que o Senhor lembranças tem do prédio central?

A lembrança mais marcante que carrego, até os dias de hoje, é das palmeiras que ficavam em frete ao prédio.

O que continha nas instalações do prédio central durante o período que estudou e/ou trabalhou na instituição?

Quando cheguei lá, tinha o dormitório, refeitório, alfaiataria, logo na entrada a administração.

Presenciou alguma mudança nos espaços arquitetônicos do prédio central?

Já existia a parte de cima, não houve muita mudança das instalações da época que estudei.

Como eram utilizados os espaços do prédio central?

À noite, quando terminava a janta, começava o período de estudar. Podia estudar no pátio até nove, dez horas estudando, mas se tivesse conversando o guarda chamava a atenção: “*vai estudar ou conversar*”? Estudei o ginásio durante quatro anos, e dormia lá mesmo no dormitório dentro do prédio. Lá, só tinha o restaurante, a cozinha, o pátio aberto. Tinha uma alfaiataria e, saindo do prédio, a administração. O diretor era Dr. Wanderley. Estudava no refeitório. Do outro lado, tinha o dormitório e não tinha como conversar. As regras eram muito rígidas e tinha que cumprir. Os guarda ficavam a noite toda rondando. Saindo da porta principal do prédio, entrando para a direita, logo anexo, tinha a cantina e o lugar de jogar. No refeitório, se conversasse era posto pra fora ou comia calado ou era colocado pra fora tinha que respeitar as normas do colégio. A mesa comportava oito pessoas, entre alunos e funcionários. A noite depois da janta podia ficar estudando no pátio até nove dez horas.

O que representou o prédio central para o Senhor?

A representação e o significado do prédio central foram muito importantes pra minha vida ultimamente, principalmente na maneira de agir de respeitar as pessoas. Foi muito bom

quanto às regras. Estudei e morei no prédio central durante o período de 1959 a 1961. Na época, a escola possuía a denominação de Colégio Agrícola Benjamin Constant. O estudo era muito bom, tinha muita disciplina.

APÊNDICE H – ENTREVISTA GRAVADA COM EX-ALUNO E/ EX-FUNCIONÁRIO**ENTREVISTADO: JOÃO FERREIRA LIMA****ENTREVISTA REALIZADA NO DIA:****Qual sua data de nascimento sua data de nascimento?**

30 de novembro de 1932

O nome do seu pai, da sua mãe?

Sr. João: Manoel Ferreira Lima e Josefina Maria de Lima.

Onde o Senhor nasceu?

Eu nasci em ... mas fui registrado aqui em Aracaju, em Aracaju mesmo, eu nasci lá, mas meu registro veio Aracaju.

Qual foi o ano que o senhor chegou lá para estudar? Era aprendizado quando o senhor chegou?

Era em 1947, mas foi em 1947 quando eu cheguei lá para estudar. Agora não estudei logo porque já tinha completado o quadro de alunos e eu fiquei como X, era 150 alunos e depois de 150 aí agora não tinha mais número. A gente pegava X, X1, X2, X3, o meu foi X8, porque quando ia tendo vagas, a gente ia passando para o quadro de alunos, ia sendo X e ia passando, ia pegando número de alunos que era até 150. Aí o que eu peguei foi 136, quando sobrou uma vaga para mim eu estava como X certo? Aí peguei esse número 136, que era até 150 alunos, não podia botar mais, mas quando chegava mais gente aí colocava como X.

Quando o senhor chegou lá, qual a lembrança que o senhor tem quando o senhor chegou? Como era assim a aparência do prédio?

Ainda continua a aparência a mesma ali na frente, não mudou nada.

Quando o senhor chegou, já tinha tirado a água? Já tinha construído aquela parte de cima?

Já havia aquela parte de cima, agora não tinha terminado ainda, o acabamento. A área estava construída em cima, ela faltava acabamento, piso, essa coisa toda, instalações...

Ah, estava em construção...**Sei, mas já havia retirado a água, que tinha uma água, não é....?**

Já! Já, porque quando eles reformaram, tiraram.

Hum, E o Senhor chegou lá em 1947?

Sim.

E ainda tinha o que nas instalações ali dentro, funcionava o que ali dentro?

Ali dentro funcionava o refeitório, sala de aula.

Ainda tinha sala de aula ali dentro?

Tinha, não tinha aquele prédio novo com as salas de aula, não tinha, então a sala de aula era essa, o dormitório a sala de aula era tudo ali dentro do prédio central. Tudo ali. Só o almoxarifado é que não era. Era lá fora. Enfermaria e almoxarifado era lá fora.

Ali o aluno só saía quando era fim de semana, a gente se internava lá e só vinha para casa quando era semana santa, são João e fim de ano nem fim de semana, ali era todo mundo interno, não tinha semi-interno e lá só estudava homem não estudava mulher e tinha a ordem de ninguém sair, só em são João, semana santa e fim de ano nas férias.

Eu estudei em 47 e 48, 47 e 48, 47 e 48 até a metade do ano. Foi quando desabou aquela parte do refeitório, aí deu férias aos alunos, mandou todo mundo ir para casa, que não havia condições lá de continuar, porque as salas de aula eram ali dentro do prédio central, era tudo ali dentro. Sala de aula refeitório, aí deu férias aos alunos. Aí passou o ano de 1949 em construção. Depois que eles terminaram a construção aí chamaram novamente os alunos para estudar. Eu vim também, mas eu também não fui estudar mais, aí entrei na SIMBÁ, agente ganhava 150 cruzeiros por mês com cama e mesa e estudava a noite. Aí só tinha mãe, queria ajudar minha mãe, aí eu entrei nesse até quando me aposentei.

Até o senhor se aposentar?

Foi, aí passei a funcionário.

Passou a funcionário da escola, não é?

Foi em 1951, foi em 1º de julho de 1951.

Passou a ser funcionário?

Foi quando fui admitido. Saí da SIMBÁ.

Na função de que Sr. João era?

Era tudo operário Agrícola.

Operário agrícola, não era?

Operário Agrícola, as funções eram quase todas essa.

Aí quando o senhor voltou quando o diretor mandou chamar, aí já tinha construído a parte toda de cima ou ainda estava em construção?

Aí já tinha feito ‘os’ acabamentos todo.

E a sala do diretor era embaixo...A sala do diretor era ali onde é hoje a biblioteca. E ali, aquela parte da frente era secretaria, gabinete do diretor, por que lá em cima estava em construção, e depois que terminaram a construção aí subiu tudo, gabinete do diretor, tudo foi lá para cima.

O dormitório era um só, não era?

Era um só. Era um vão só.

A divisão era pelas camas, tinha o dormitório. O terceiro dormitório tinha as camas mais especiais, tinha as cabeceiras todas boas, era diferente das outras e as outras eram todas iguais. E o dormitório era um só, até ali onde é hoje a biblioteca, é até ali, era até ali o dormitório. Ali só tem aquela parte de frente, não tem a secretária, e o gabinete do diretor e dali até para lá era o todo dormitório. E os banheiros também ficavam lá no fim onde hoje é a lavanderia, os banheiros, sanitários, era tudo ali.

Tinha rouparia ali dentro tinha, não era?

A rouparia ficava ali vizinho ao almoxarifado, ali, a rouparia era ali.

Sei, lavanderia não tinha ainda não, não era?

Não, lugar de mulher lavar roupa é no rio, lá embaixo no rio, lá embaixo tinha uma casa grande onde lavava as roupas, a lavadeira lavava e lá embaixo passava ferro lá .

Tinha a alfaiataria, tudo lá dentro,

Alfaiataria também tinha, não era? Onde consertava as roupas?

Era, naquela época a roupa era um macacão de trabalho e tinha a farda que a gente tinha para estudar, era calça e camisa. E de trabalho aquele macacão azul, para o trabalho, né? Bota pra andar.

Sei. Então sobre as mudanças que houve ali dentro dos espaços o senhor já falou, não é? Que foi isso que aconteceu.

É, ali era refeitório, sala de aula.

Quantas salas de aula? Uma só?

Não.

Tinha várias, não é?

Ali dentro tinha 3 salas de aula.

Ali onde é o almoxarifado era uma, vizinho ao almoxarifado era outra e lá vizinho ao refeitório tinha outra. Eram três salas de aula que eu me lembro. Era tudo ali dentro. E a rouparia.

Tinha inspetor de aluno, não é? Que tomava conta, não é?

Tinha, tínhamos guarda de alunos e tinha o inspetor, só tinha um inspetor só que era finado Pereira, Antônio Pereira dos Silva, ele até veio de Juazeiro da Bahia para cá. Ele era inspetor de alunos. E o guarda de aluno tinha naquela época, tinha o Sr. Miúdo que é o José Emelindo Santos, João Oliveira Tavares, guarda de alunos e um tinha outro guarda, tinha um outro ainda. Eram 3 guardas, e Galdino era um funcionário que, depois, ele saiu de lá. Eram 3 guardas de alunos e um inspetor de alunos e um professor de Educação Física era José de Souza Sobrinho, ele era o professor de Educação Física. Quando era 5 horas da manhã ele estava ali no pátio com o apito, apitava e o guarda chamava os alunos para fazer educação física.

Fazia ali mesmo é? Lá dentro? Ou saia?

Formava no pátio ali dentro, algumas aulas eram ali dentro e as outras eram lá embaixo no campo de futebol.

Sei, mas algumas eram ali no pátio, não é?

Era no pátio, ali dentro.

Certo, o senhor tem alguma lembrança assim do Patronato São Maurício? Daquele, lembra daquela estátua que tem de São Maurício? Tinha alguma comemoração de... com relação a esse Santo não, não é?

Não, veja bem, é porque o São Maurício era o padroeiro dali, do prédio

Do prédio, aí tinha a estátua, ... Aí naquela época era aprendizado, aprendizado agrícola.

Hum, certo. E levava o mesmo nome de de Graccho Cardoso, que era Maurício Graccho Cardoso, não é? Que foi quem fundou a escola.

Será que foi por causa disso que ele colocou o Santo como padroeiro porque levava o nome dele?

Eu não sei...!

Eu sei que São Maurício era o padroeiro dali. Santo, aquele, com aquela lança não é?

Aquele negócio que ele tinha na mão, São Maurício. E Graccho Cardoso foi o, foi o.... fundador.

Que era o governo, não era? Do estado. Era, Graccho Cardoso era, do estado.

Certo. E Benjamin Constant, o que senhor lembra? Porque teve uma época que comemorava, não é?

Ela era o... Patrono. Benjamin Constant, veja bem, ele era o patrono da escola, aí todo ano havia uma festividade lá no dia de Benjamin Constant. Nessa época havia festa, festividade, o clube daqui jogava com os alunos lá. Que lá tinha um time de futebol muito bom, então os daqui de Aracaju iam lá para jogar! Aí fazia uma festividade e nesse dia não tinha aula, não tinha trabalho.... As vezes havia churrasco. Hasteamento da bandeira ali na frente do prédio, cantava o hino nacional.

O professor discursava. Era uma festa o dia todo. Era em comemoração ao dia de Benjamin Constant que é o patrono da escola.

Hum. Quando o senhor chegou lá para estudar o curso era só primário?

É, lá tinha um curso chamado 2º ano, e quando terminava...

Tinha horário para tudo, não era? Ali dentro, ali no prédio?

Tinha.

Para os alunos, tinha horário para tudo, uma regra bem.... era bem rígido o sistema lá.

5 horas, é 9 horas, veja bem. Ali onde é a escada que sobe para a secretaria, ali tinha uma porta ali. Então os alunos todos depois do café, ficavam todos ali dentro do pátio. Sentar, estudar... A noite. As salas de aula eram abertas, as três salas para quem queria estudar e ali tinha uma porta ali e botavam um estudante como porteiro e ninguém saía lá para fora mais. De jeito nenhum. Dali para o dormitório, aí abria os dormitórios, e podiam ir lá para o dormitório, estudar naquelas salas de aula ali nas 3. Quando era 9 horas então aí desligava a luz do dormitório, aí agora era silêncio. Ninguém estudava, todo mundo ia dormir, fechava as salas de aula, e quando era 9 horas aí desligava a luz, aí ficava em silêncio e todo mundo ia dormir. Quando era 5 da manhã o guarda de alunos chamava os alunos todos porque o professor de educação física já estava ali esperando para fazer educação física.

Hum...

Fazia educação física, depois da educação física, subia, iam tomar banho, tomava café para ir para sala de aula e os outros iam trabalhar. Tinha as escalas ... E eles mesmos que faziam a limpeza do prédio ali da parte de dentro...

É, porque havia as escalas, havia escala de refeitório, de cozinha... Isso eram os alunos que faziam a limpeza, limpeza de pátio, sanitário do banheiro eram os alunos que faziam aquela limpeza ali dentro.

A higiene era bem exigida, não é?

A disciplina também era bem rígida, não é?

Era.

Tinha algum tipo de castigo sério assim, para quem descumprisse alguma regra?

Veja bem, era. Quando cheguei lá o inspetor era, mas não ... não havia. O castigo dos alunos era... era suspensão, quando havia, quando a gente fazia, quando alguém fazia alguma infração era suspenso, mandava chamar o pai, o pai vinha e levava...

- Tinha aquele pátio ali do meio né?

“Toda vida teve aquele pátio ali, quando era na hora do almoço, formava todo mundo pra entrar no refeitório de fila em fila e fazia também educação física, começava 5 da manhã até 6, era 1 hora de educação física e a aula era ali dentro, havia uma escala dos alunos para fazer a limpeza, do pátio, refeitório, copa, cozinha naquela época não tinha lavanderia, a mulher que ia lavar a roupa no rio, depois que construíram aquela lavanderia ali, trouxeram uma máquina moderna que montou caldeira e montou tudo ali pra dentro, isso ai foi em 1947 quando eu cheguei lá era assim até 1950, quando Vanderlei assumiu, que ele foi fazer um curso nos Estados Unidos, ai tudo aquilo veio com ele, caldeira, os banheiros e os dormitórios”.

- Essa escala que o senhor falou quem fazia?

“Quem fazia era Seu Pereira e quando ele se aposentou quem fazia era eu envolvia também o trabalho agrícola, as escalas eram horta grande, horta de economia, agricultura, suinocultura, avicultura, selaria, oficinas, isso era tudo fora do colégio, os funcionários vinham pegar as escalas e levavam os alunos, ai voltava pra tomar banho se preparar, almoçar e sala de aula ou os que estudavam de manhã a tarde trabalhava e era assim uma de manhã e outra a tarde, ai os funcionários vinham pegar os alunos pra trabalhar no campo”.

- O prédio central vocês usavam muito?

“Aquele prédio ali um lado era o dormitório era todo fechado, o lado do almoxarifado tinham duas salas de aula ali, mas depois passou tudo pra lá e ai ficou o arquivo, biblioteca que já tinha quando eu cheguei e depois que saíram os dormitórios a biblioteca aumentou, a biblioteca é onde é hoje mesmo, onde agora é a secretaria só que na parte interna do prédio”.

- Aquele prédio representou muita coisa para o senhor não foi?

“veja bem, quando eu comecei a estudar ali em 1947,1948 e até a metade dos 1949 quando começou a reforma, que o diretor mandou todo mundo embora por causa da reforma e nos voltássemos em 1950, quando já estava tudo reformado, eu não me formei porque não havia curso técnico só tinha o segundo ano de mestria agrícola e de lá ia pra Satuba, ai quando eles terminavam lá ia fazer o curso de técnico em Satuba, em bananeiras ou em barreiros, eu não fui porque deixei de estudar em 1949, no meio do ano ai entrei na Cibam e daí passei para funcionário em 1 de julho de 1951 fui admitido como funcionário, fiquei até 1989, passei 39

anos trabalhando lá e passei um tempo morando numa casa construída lá embaixo por Dr. Vanderlei por 19 anos”.

- A Cimbá era uma empresa?

“Era uma verba americana, que distribuiu para o Brasil, estudava a noite e trabalhava em horta, estabulo, pocilgas e recebia 150 cruzeiros por mês, aí já não era mais aluno da escola e sim da Cimbá, eu na Cimbá era responsável pela horta, já Crispim era responsável pelo campo todo, depois da horta eu fui fazer um curso em Pernambuco, porque aqui montaram uma escola de tratorista e estava precisando, e eu fui fazer esse curso de instrutor, foi eu, Luiz Marreta, Inaldo e fomos fazer esse curso em Recife na escola de São Bento e depois nós voltamos a escola já estava montada e Dr. Vanderlei era o professor, aí começou a escola tratorista, teve a primeira turma e o instrutor foi Naldo e o segundo foi eu, pra ensinar o aluno no campo, nas aulas práticas e as teóricas eram nas salas com o professor Vanderlei, aí depois acabou a escola tratorista e com Dr. Vanderlei e eu entrei lá com Dr. Manoel que em 1947 o diretor era ele depois que a escola entrou em reforma veio Dr. Valdemar Mendes Costa, depois Dr. Joao e depois “Ludervan” de Souza que passou 4 anos como diretor, aí construiu as oficinas toda, de suinocultura, construiu o salão pedagógico foi ele, o bangalô, onde a casa que o diretor morava, Laonte morou lá, agora Vanderlei não morou lá uma noite, ele passou lá 10 anos e não morou aí veio Dr. Laonte e ficou uns 16 ou 17 anos.

-Quando o senhor voltou, percebeu muitas mudanças?

“Eu fiquei afastado só 6 meses, quando eu voltei em 50 já estava tudo reformado, aí chamou os alunos que estavam afastados e todo mundo veio para cá, mas quando eu vim não foi mais para estudar, foi para Cibam, trabalhava e estudava a noite, tinha a sala dos alunos da Cibam, que era só um curso primário, todos internatos, só que agora não era pela escola e nos recebíamos para trabalhar, os 20 alunos em todas as áreas, suinocultura, agricultura, passei dois anos lá e dormíamos tudo junto pois só tinha um dormitório depois que foram construir o de lá debaixo ”

- Para o senhor qual foi o melhor momento da escola?

“Para mim foi com” Dr. Joao quando me empreguei, ele construiu tudo ali, ele assumiu no fim de 1950, ele veio de La do exército e foi nomeado na escola, ele comprou muita mobília, comprou cavalo comprou tudo, construiu as oficinas todas, auditório, então pra mim essa foi uma época boa, depois daí Laonte também foi uma época boa também produziu muito,

Francisco quando entrou, Laonte deixou tudo e ele não comprou quase nada, a escola tinha tudo, muito gado, muita ave.

- E aquele andar de cima?

Ali quem construiu foi Dr. Lima o primeiro diretor quando passou pra federal, porque aquilo ali era do estado, ai os pais iam levar os meninos para estudar, naquela época quando era do estado, tinha uma caminhonete que pegava os meninos de rua e levava para lá, era patronato agrícola, ai quando passou pra federal foi Dr. Lima, tinha a águia representando Graccho Cardoso, tudo que ele construía ele colocava uma águia, quando eu cheguei para estudar em 1947 ali não tinha piso nem nada, nem escada, tava construindo encima mas só funcionava embaixo”.

APÊNDICE I –ENTREVISTA GRAVADA COM EX-FUNCIONÁRIO

ENTREVISTADO: LAONTE GAMA DA SILVA

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA:

Qual o seu completo e onde nasceu e sua data de nascimento?

Sou Laonte Gama da Silva. Eu nasci em Aracaju, na antiga Praia Formosa (hoje praia treze de julho) em 16 de dezembro de 1938. Fui aluno do salesiano, no ensino ginasial e o ensino médio estudei no Atheneu, uma beleza de escola! Minha formação profissional e universitária foi Agronomia. Estudei no estado da Paraíba e para a minha formação como agrônomo eu fiz concurso para ministério da agricultura na época eu sempre fui apaixonado pela educação eu só acredito que os problemas do Brasil só se resolvem pela educação, esse é o meu credito mantive e mantenho até hoje. Entrei inicialmente na escola como professor em 1961 e assumi como diretor da escola em 1968.

foi concursado?

Não. Eu entrei inicialmente ensinava história natural que hoje é biologia e filosofia e sociologia e depois peguei também que a minha origem eu fui e comecei minha profissional na Caminas serviço de extensão rural educação assistemática.

Que lembranças o senhor tem do prédio central.

Veja, é um prédio histórico bonito permite aquela varanda que hoje vista o prédio todo, os estudantes eu as vezes pegava um binóculo e de cima avistava quem ia e quem não ia para o campo.

O que continha nas instalações do prédio central durante o período que estudou e/ou trabalhou na instituição?

Tinha a biblioteca, a secretaria escolar, a ala do diretor, então a administração estava centralizada ali.

Presenciou alguma mudança nos espaços arquitetônicos do prédio central?

No decorrer da conversa chegaremos lá

Como eram utilizados os espaços do prédio central?

Quando cheguei era casa comida e roupa lavada. As lavadeiras lavavam a roupa dos alunos no rio, foi quando a SUDENE me deu as máquinas de lavar roupa.

O que representou o prédio central para você?

O prédio central para mim representa os lados sentimentais ali era o ponto centra

APÊNDICE J –PERFIL DO DEPOENTE

Figura 16 —Ex-aluno e ex-funcionário Ademilson Vieira Santos



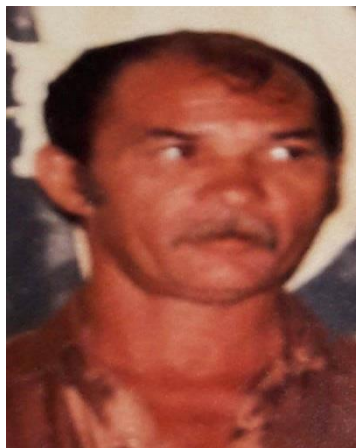
Fonte: Arquivo da autora.

Entrevista realizada em 30 de abril de 2019

Ademilson Vieira Santos, filho de Cícero Vieira Santos e Adélia Alves Melo, nascido em 19 de abril de 1945, natural de Cedro de São João/SE, através de exame admissional, entrou para o ensino agrícola com 15 anos de idade na instituição “Colégio Agrícola Benjamin Constant” cursou de 1961 a 1964 o curso de Mestria Agrícola, o qual correspondia ao curso ginásial. De 1964 a 1967, através de uma nova admissão cursou o ensino Técnico Agrícola. No ano de 1969 iniciou a carreira de professor nesta instituição. Lecionou as disciplinas: Agricultura 1, 2 e 3(olericultura, culturas anuais); Zootecnia 2 e 3 (animais de médio e grande porte) e de Construções e Instalações Rurais do Curso Técnico em Agropecuária.

APÊNDICE L –PERFIL DO DEPOENTE

Figura 17– ex-aluno Aloisio dos Santos Braúna



Fonte: Arquivo da autora.

Entrevista realizada em 5 de maio de 2019

Aloísio dos Santos Braúna, nascido em 21 de junho de 1944 na cidade de Traipu/AL, filho de Joviano Henrique Braúna e Maria do O dos Santos (ambos agricultores), inscreveu-se para prestar exame vestibular para o curso de Iniciação Agrícola em 15 de janeiro de 1959, na instituição Escola Agrotécnica Benjamin Constant”, tendo se matriculado em 24 de fevereiro de 1959. Estudou e morou no prédio central durante o período de 1959 a 1961, cursou o ginásial durante quatro anos.

APÊNDICE M – PERFIL DO DEPOENTE

Figura 18– Ex-aluno e ex-funcionário João Ferreira Lima



Fonte:Arquivo da autora

Entrevista realizada em 30 de abril de 2019

João Ferreira Lima, nascido em 30 de novembro de 1932 na cidade de Aracaju/SE, filho de Manoel Ferreira Lima e Josefina Maria de Lima, Chegou na Instituição quando era aprendizado Agrícola, cursou de 1947 a 1949, começou a estudar em 1947, 1948, até a metade de 1949, não se formou em técnico agrícola pois na época não havia curso técnico, e sim até o segundo ano de Mestria Agrícola. Em 1º de julho de 1951 passou a ser funcionário da escola na função de Operário Agrícola. Ficou conhecido por João Pelotão porque todo ano, em 7 de setembro, puxava o segundo pelotão, o que levou os colegas a colocarem o apelido de João Pelotão”.

APÊNDICE N – PERFIL DO DEPOENTE

Figura 19– Ex-funcionário Laonte Gama da Silva



Entrevista realizada em 20 de maio de 2019

Laonte Gama da Silva, nasceu em Aracaju, na antiga Praia Formosa (hoje praia treze de julho), em 16 de dezembro de 1938. Foi aluno do colégio salesiano em Aracaju/SE, onde cursou o ensino ginásial e o ensino médio cursou no Atheneu, “uma beleza de escola” (SILVA, 2019). Sua formação profissional e universitária foi em Agronomia. Estudou no estado da Paraíba e sua formação foi como agrônomo, fez concurso para ministério da agricultura “sempre fui apaixonado pela educação eu só acredito que os problemas do Brasil só se resolve pela educação, esse é o meu credito mantive e mantenho até hoje” (SILVA, 2019). Entrou na escola Colégio Agrícola Benjamin Constant no ano de 1961 como professor das disciplinas de filosofia e sociologia e assumiu como diretor da escola no ano de 1968.

APÊNDICE O – PERFIL DO DEPOENTE

Figura 20 – Ex-funcionária Marita Santos da Cruz

(Entrevista realizada por Joaquim Tavares da Conceição em 4 de janeiro de 2006 e cedida a autora)



Fonte: Arcevo de Nery

Marita Santos da Cruz, filha de Amélia dos Santos e Vigêncio dos Santos, nasceu na cidade de Rosário do Catete/SE no ano de 1916, chegou na instituição com a mãe quando esta passou a trabalhar como lavadeira no ano de 1935, nesta época, a escola ainda estava sob a administração do estado, era Patronato Agrícola, e sob a direção do Dr. Aristóteles Barreto, compadre da mãe de D. Marita. Com 18 anos a Sra. Marita começou a trabalhar na instituição também na função de lavadeira, nesse período, a escola já havia passado para Aprendizado Agrícola, sendo administrada pelo governo federal. D. Marita lavava as roupas dos alunos no rio, logo abaixo do prédio central, e passava as roupas com ferro a brasa, permaneceu na instituição até o ano de 1978 quando então se aposentou.